EX-LÍBRIS

DUARTE BARBOSA

Pissurlekar

Duarte Barbosa

PIONEIRO REVELADOR

dos

COSTUMES DAS ÍNDIAS

•

RELAÇÃO BIOGRÁFICA

COORDENADA

POR

EDUARDO REIS

•

MACAU
IMPRENSA NACIONAL
1 9 4 8

888 P

À

SOCIEDADE HAKLUYT

DE LONDRES

COMO HOMENAGEM À INICIATIVA DONDE RESULTOU O ELABORADO ESTUDO E DIVULGAÇÃO DO ESCRITO DESTE PIONEIRO, CUJA LEITURA SUGERIU O PREPARO DO PRESENTE TRABALHO E O EMPENHO DA SUA UTILIDADE,

OFERTA

O AUTOR.

PREÂMBULO

A mais agra existência dos povos setentrionais que decorre sob os escassos dons concedidos por uma desabrida Natureza parece haver-lhes talhado um génio peculiar propendendo-os a tendências mais generosas nos seus actos de fé. Possuidores de uma singela teogonia povoada de divindades que intervinham apenas nos fenómenos naturais consoante aprazia a seus bruscos caprichos, esta imaginação tornava-os aptos a receberem os grandiosos ritos do Cristianismo aos quais iriam por sua vez comunicar a refulgente espiritualidade que no seu seio veio a atingir a mesma religião.

Desenvolvido na Ásia Menor quando entrava no declínio o absorvente poder do Império Romano, o movimento que punha em acção o património filosó-

fico de muitas gerações particularmente enriquecido pelas escolas grega e alexandrina, visaria talvez uma luta oculta contra o descaroável domínio estrangeiro; mas no seu ascencional triunfo podia oferecer já ostensivamente a todos os oprimidos, bens que constituiam até então uma partilha dos privilegiados seres dominantes de que o mundo romano patenteava frisante exemplo.

No seu avanço setentrional a nova religião era acolhida por uma fervente fé. O entusiasmo ficou bem documentado nos templos que lhe erigiam onde se sente a inspiração dos arquitectos e canteiros que os fabricaram. O delicado talhe da pedra formando os mais rendilhados ornatos e a profusão de molduras, as esculturas de todos os personagens da Bíblia e da corte dos santos emprindo os nichos que restavam, preparavam o espírito para a ostentosa visão das naves lançadas a grandes alturas cujas ogivas lemlravam as mãos enclavinhadas para a fervorosa

oração, dirigindo as flechas das torres os olhares suplicantes ao poder punitivo ou protector contido nas amplitudes celestes.

O ardente culto recrudescia decorridos uns séculos com o alor que pregoou as cruzadas. Foi entre os nórdicos que o moto conseguiu o essencial arrolamento das hostes e os seus chefes. Um símbolo único guiava essas multidões descuidadas de todos os sofrimentos e incertezas da aventura. Tombando nos feros embates, sofrendo também grande número de privações e contágios, apossaram-se enfim do místico Graal, subtil venera que galardoava de sobejo os provados sacrifícios.

A primeira cruzada precedeu a formação da monarquia portuguesa mas algumas coortes das cruzadas ulteriores que seguiam a rota marítima e escalavam pelos portos portugueses, foram requestadas a participar na investida de alguns castelos fron-

teiriços possuídos pelos inimigos da Fé sequazes dos invasores da Palestina. Grande parte do território português aumentou pela acção combinada dos monarcas conquistadores e dessas aguerridas hostes onde se pelejava com tal alento que os soberanos eram usualmente compelidos a contê-los mais do que animá-los.

Operosos foram na verdade; mas os cruzados que atingiam as regiões da Ásia Menor tornavam contacto com os resultados daquelas civilizações, costumes, produtos, manufacturas e os seus artífices. Os que se davam a leituras encontravam pelas comunidades manuscritos, pousando as armas para se esforçarem antes pelo seu conhecimento. Se calhava regressarem ao torrão natal, fazendo o itinerário através da Europa central, novas experiências adquiriam para as aplicarem por fim nos seus países. Assim se foram esclarecendo essas zonas setentrio-

nais da Europa habilitando-se a desenvolver igual fé e vigor no novo moto que ali surgiu séculos depois e se denominou Renascença.

Portugal foi ajudado pelos cruzados que seguiam e não pelo desfalcado número dos que regressavam convertidos em peregrinos, jornadeando incapazes já de lutas de corpo a corpo. Isolado, como toda a Espanha, pela espessa cadeia pirenaica que a defendia de incursões armadas, ele preservava-se também da invasão das ideias na forma de brusco curso. A Renascença sòmente o inundaria por sendas desviadas e sequentemente mais detidas.

Pelo último quartel do século XIV sobrevinha em Portugal uma crise dinástica que trazia a iminência da sua absorção por Castela. O caudilho da independência, Dom João, Mestre da Ordem de Avis, e a sua facção, assentando na inferioridade numérica das suas forças devido a grande parte da nobreza do

país favorecer a causa do oponente, circunvagaram as vistas em busca de uma nação que lhes pudesse dar auxílio e pousaram-nas na Inglaterra que possuia valor militar muito efectivo.

Das negociações entabuladas conseguiram o envio de uma expedição que partia quando estes facciónários da independência detinham já a seu crédito sucessos em que avultava o de Aljubarrota. O chefe dessa expedição, Duque de Lencastre, vinha acompanhado de duas filhas uma das quais, Dona Filipa, muito provàvelmente recomendada já para rainha.

Esta senhora assegurou com o adorno das suas grandes virtudes a afeição do marido tornando-o um monarca dos mais exemplares, devotando-se ambos pela esmerada educação dos filhos, no juízo da História a esplendente progénie jamais nascida sob o céu da nação. Cessaram as lutas registradas na primeira dinastia, ora de descendentes com progenitores, ora entre irmãos, por a obtenção do poder; bem que os anais apontem mais tarde o massacre de Alfarrobeira, essa luta consanguínea que foi provocada por um ramo bastardo precedentemente nascido e cuja desigual condição embora erguida pelos costumes do tempo às altas dignidades do reino, calhou tornar-se alfobre de ambições e intrigas susceptíveis de influência junto de um monarca que a orfandade colocou demasiado jovem no trono.

Natural era que estes infantes ocupassem cargos proeminentes na administração superior. Tendo muitos deles constituído família própria permitiram que o maior quinhão de glória coubesse a Dom Henrique porquanto concedendo-lhe o celibato uma existência mais desprendida, as suas predilecções de cenobita favorecendo a inquebrantável energia de que era dotado concorriam a tornar fecunda a sua acção temperada como não podia deixar de ser pela ponderação de seus mais velhos irmãos.

Criara o reinado a expansão territorial na Mauritânia com uma expedição a Ceuta. Favorecera tais planos o génio tutelar de rainha que pressentindo a proximidade da morte, com um zelo igualável a uma divina inspiração de Pallas instigava a que o luto em que ia envolvê-los não retardasse a abalada. Embora bem sucedidos no feito qualquer óbice determinou a descontinuidade, pelo menos temporária dos planos do alargamento dessa conquista. Dom Henrique que superintendia então na Armada, orientou-se em retomar o plano concebido por Dom Afonso IV, da aquisição das Canárias.

Este arquipélago igualmente designado por Ilhas Afortunadas ou Canárias, possuía uma população que segundo o cronista Zurara existia ali desde o começo do mundo. Modernamente atribuiu-se o povoamento a uma das civilizações que demoraram no Noroeste africano e cuja tradição poderia estar hoje inteiramente esbatida. Qualquer que fosse deveria

entregar-se às lidas de navegação para vencer a distância de 125 milhas que medeia do fronteiro litoral à mais próxima das ilhas de traços perceptíveis que deviam denunciá-la.

Reveses sofridos por esta nação originária concorreram a fazer cessar as ligações exteriores destas colónias e os costumes de sua gente pouco a pouco retrogradaram para aspectos mais primitivos. A tradição, porém, da sua existência não esvaeceu totalmente; pelo contrário, conservou-se no folclore das vizinhas raias do Mediterrâneo que prezava essas ilhas como sendo as Hespérides de mais notória antiguidade.

Entre 1341-45 recebia o rei de Portugal, Dom Afonso IV, a açodada notícia desses bens que existiam sem dono, e o engodo determinou-o a custear uma expedição com o fim de anexá-los. Mas no reino de Castela haviam recebido igual notícia e a

sua chancelaria adiantara-se a negociar com a Cúria Romana a doação das ilhas a favor de um recomendado que tomaria o encargo de cristianizá-las sob os auxílios concedidos por Castela. Aceite o donatário a quem a Cúria Romana concedeu o título de Príncipe da Fortuna, e, em princípio, a suzerania de Castela, teve Dom Afonso IV de desistir do seu intento pois que as negociações haviam sido conduzidas sob a hegemonia internacional do tempo.

Os gentílicos demogràficamente conhecidos por guanches, perante a invasão refugiaram-se nos recessos inacessíveis dos sertões, abrigando-se nos antros das rochas sustentados dos rebanhos caprinos, e convertidos em perfeitos trogloditas conseguiram uma resistência de guerrilheiros a ponto de passados três quartos de um século os sucessivos donatários conseguiram assento apenas em três das ilhas.

Era esse o estado da conquista quando Dom Henrique atraindo ao seu serviço um cosmógrafo maiorquino, da nação que mais navegava para aquelas águas, preparou uma expedição com que pretendia submeter uma das indomadas, a Grã Canária. O empreendimento, todavia, despertou os imediatos protestos do rei de Castela que considerava a sua suserania garantida na Grã Canária pela razão de vizinhança das outras ilhas onde se vinha já exercendo o culto cristão.

Estas razões não bastavam a demover o Infante pois que foi entabulando com o donatário negociações para a cessão dos direitos e renovando os ensaios de desembarque nas ilhas que ainda se conservavam gentias. A pretensão estava ainda de pé em 1460 quando ocorria a sua morte e veio a terminar apenas no ajuste com os monarcas castelhanos em 1479 por virtude do qual todo o arquipélago ficou reconhecido como pertença da coroa de Castela.

Dom Henrique era entretanto informado da existência de grupos de ilhas mais a poente. Expedindo a sua Armada a reconhecê-las, por esta forma incorporou na nação, o grupo da Madeira em 1418-19, e o dos Açores em 1431-32, ambos inabitados, fora portanto da concorrência de Castela, bem que para os actuais geógrafos não seria de todo desarrazoada a invocação de vizinhança e também o argumento de parentesco. Aquele foi objecto de particulares cuidados do Infante [1] merecendo os Açores os desvelos do regente Dom Pedro e, possivelmente, também de sua irmã Dona Isabel, a duquesa de Borgonha.

Se se tomar em linha de conta que o Cabo Bojador veio a ser transposto em 1434, os descobrimentos do Infante podem cindir-se em dois períodos. O primeiro abrange os ensaios de aquisições insulares, territórios apreciados pela ciência militar do tempo

como de melhor defesa, cercados pela vala natural do mar e susceptíveis de cultivo para sustentação das guarnições.

O segundo período vem a ser demarcado pela cessação de notícias certas de existência de novas ilhas e a obstinada defesa de Castela na cessão das Canárias. A actividade do Infante é posta ao serviço de outros objectivos muito mais elucidada pela experiência até então adquirida das explorações oceânicas.

É neste período que cabe o programa revelado na Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné em que Zurara apresenta o Infante conduzido por cinco razões que podem concretizar-se em duas: *a*) reconhecer a costa ocidental africana até ao termo da Mauritânia, onde começava a Etiópia; *b*) conseguir a aliança do sacerdote, Preste João, rei do país e, juntos, rechaçarem os maometanos que o separavam do mundo cristão.

Que tais pesquisas tivessem sido morosas compreende-se bem, pois iam expostas ao encontro de corsários, fortes em número e incendidos de sectarismo; suspeitosos de que esses reconhecimentos não lhes trariam bom fim descabeçariam sem piedade as tripulações que apanhassem forrando-se da fadiga de as levar aos mercados de cativos. Afora isso, como aceitar à letra esse medo do reconhecimento de que rezam os cronistas, naqueles mareantes que haviam transposto o pego para a conquista das ilhas? Os pavores da devoração pelos monstros do "Mar Tenebroso" são apenas a fantasiosa hipérbole do vago receio que se acerca de quem enfrenta o desconhecido.

Os planos de Dom Henrique no Noroeste africano obtiveram o apoio do rei, seu sobrinho, Dom Afonso V, do que dá evidência a presença de ambos em 1458 na jornada de Alcácer Ceguer. Mas na vizinha Castela, centro de procelas que periòdicamente acometiam o país, era então rainha uma das

irmãs de Dom Afonso V. Dissenções e intrigas conturbavam o viver dessa corte e uma renhida contenda ia ganhando vulto para se acuminar por morte do monarca Henrique IV. Possuia este, como descendente directa, uma única filha, Dona Joana, que uma possante facção rejeitava da herança do trono. Não tendo atalhado na devida altura tais dissidências, de que havia de lembrar-se a más horas Henrique IV? Nada menos do que casar essa filha com o tio dela, Dom Afonso V, então viúvo, tornando este herdeiro do trono. Tal prospecto que o monarca castelhano pelo seu frouxo temperamento não apoiou quanto era carecido, acabou por transportar o ânimo cavaleiroso do monarca português induzindo-o a promover obstinadamente a sua aplicação não concedendo a menor guarida aos azares.

Sobrevindo o instante da recolha da herança, os sagazes concorrentes que eram Dona Isabel, irmã do falecido, e Dom Fernando, marido dela, herdeiro

do trono de Aragão, decidiram conduzir o negócio pelas armas conseguindo assim trazer o maior direito para seu lado. E da fútil cabala só resultou a grande ruína do vencido e um escusável desprestígio para os últimos oito anos do seu reinado.

Afortunadamente um valor bem diverso acertou de investir-se na sucessão. Fruto de casamento consanguíneo de primos coirmãos, Dom João II herdara os valiosos caracteres da dinastia, fenómeno um tanto avesso à opinião comumente aceite mas que a eugenia explica. Aclamado em 1481, aos vinte e seis anos, de mais assente idade de que havia sido seu pai, retomou os planos do Infante em que estava irreparável apenas a pretensão sobre as Canárias, aliás simples levedo de questões, decidida mediante o descomedido preço das lutas a que em boa hora se punha um termo.

Numa singular coincidência com os tempos do Infante, aparece no reino um cosmógrafo nuremburguês cuja intervenção ainda hoje se conserva envolta de grande obscuridade. É certo todavia o facto de haver tomado parte em 1485 na segunda viagem de Diogo Cão, mantendo-se dubitativa a sua presença em 1482 na primeira viagem do mesmo navegador.

O desconhecido personagem, com o nome de Martim Behaim, apontado também por Martim da Boémia sob uma aura de aventureiro, reclamava se discípulo do célebre astrónomo de Königsberg, Johanes Müller, mais conhecido por Régio Montanus, o mais assimilativo nome académico profissionalmente adoptado. É bem difícil mesmo a um perspicaz indagador, desvendar as primeiras pegadas da carreira trilhada por qualquer celebridade. Assim sucede com o avanço de Behaim de que se conhecem apenas alguns passos ulteriores.

Além de 1485 é aceite por genro de Jobst van Huerter, donatário da colónia flamenga assente nos Açores, na ilha do Faial; numa visita feita depois ao seu país, ali construiu um mapa-múndi, pela primeira vez disposto na forma de globo; finalmente, em 1493 era recomendado numa carta escrita por ordem do imperador Maximiliano, da Alemanha, a Dom João II para efeito de lhe ser concedida uma viagem de descobrimento nas condições da que glorificou Colombo e em que este pode antecipar-se realizando-a de fortuna no ano precedente.

Uns esquivos vestígios recolhidos da tradição oral dão como efectuado um reconhecimento para Oeste por uma expedição secreta que retrocedeu ao fim de alguns dias de derrota abandonando os objectivos. Ligando-se tal notícia à mencionada recomendação e reflectindo-se no passo em que esta afirma "o enviado do nosso rei Maximiliano, senhor Martinho, boémio" ser pessoa idónea para se lhe confiar uma

viagem à Índia através do Poente (2), afigura-se o acto como o emprego de um recurso extremo. A conjectura encontra no terreno horizonte bastante a poder adejar livremente as asas e desferir voo alto para observar de melhor raio a furtiva tradição.

Behaim deveria ter sido escolhido por Régio Montanus como cosmógrafo capaz de chefiar uma expedição projectada por Dom João II, cargo preenchido mediante o solicitado conselho daquela autoridade reconhecida. O malogro da expedição descoroçoaria o monarca levando-o a desistir de novo ensaio. A intervenção de Maximiliano deixa perceber que Behaim não concorrera voluntàriamente a que a tentativa gorasse, e esgotara a sua influência particular em convencer o rei a organizar-lhe uma segunda expedição.

É curiosa a coincidência de se juntarem em Portugal dois cosmógrafos, Colombo e Behaim, a solicitarem de Dom João II navegações para Oeste.

Acossados ambos pela adversidade, Colombo ainda obteve um avaro favor da sorte mas para cair pouco depois, como Behaim, num completo esquecimento.

Cão e Behaim reconheceram um extenso tracto da costa ocidental africana, preparando o feito que coube à viagem seguinte, de Bartolomeu Dias, em 1487, de contornar a ponta extrema do continente. Os três grandes ensaios de exploração desse longo litoral, eram obra preclara para um reinado agitado de graves lutas com a nobreza e do abatimento profundo trazido pela morte do herdeiro do trono. Mesmo assim, quando se dava o falecimento do monarca em 1495, esboçada ficava a expedição que dois anos depois, em 1497, atingia a Índia e imortalizava o nome do seu comandante, Vasco da Gama. Nessas quatro memoráveis viagens, as instruções incluíam sempre uma minuciosa instância de indagar o possível acesso às terras onde assistia o Preste João, notícia que comprazia furtar-se às mais ima-

ginativas e pertinazes pesquisas. Tal acto tem pelo menos a graça de mostrar a austera observância do delineamento que havia sido traçado pelo Infante Dom Henrique.

No conceito do Infante tanto a Etiópia como as Índias, aonde de algum modo se estendia a influência de Preste João, eram povoadas de cristãos. No desembarque em Calecut, segundo a versão de Castanheda, quando Vasco da Gama acompanhado de alguns pilotos se dirigia à residência do Samorim, passando junto de um templo entrou com os seus companheiros e ajoelhando-se, fizeram todos uma curta oração.

Com o tempo, despersuadiam-se os portugueses de encontrar ali os almejados cristãos notando, ao invés, a presença de maometanos operando um volumoso comércio que não dissimulavam sentimentos hostis. Esta circunstância sobremaneira concorreria a mo-

dificar a expansão ultramarina do país, removendo para o Oriente o tablado das acções. Este ajustamento torna-se visível desde 1505 pois que seguindo nesse ano o capitão-mor Dom Francisco de Almeida para residir em Cochim com honras de vice-rei, largava logo no ano seguinte uma esquadrilha sob o comando de Afonso de Albuquerque destinada a desbaratar as embarcações dos maometanos que mantinham a ligação comercial da India com o Mar Vermelho, conduzindo ainda Albuquerque o inesperado poder de uma secreta carta régia provisionando o seu acesso oportuno a capitão-mor na sucessão do vice-rei.

Ingrata era a missão de Albuquerque e de difícil execução seria se nas suas operações desperdiçasse quaisquer recursos que concorressem a aviar-lhe o triunfo. Enveredando pelo cometimento de excessos, à medida que iam sendo conhecidos recolhia-os a opinião pública com grande desagrado. O desapreço

invadindo camada por camada, comunicou-se dos hindus aos portugueses residentes nas feitorias; chegou a vez do vice-rei quando lhe foi solicitada a cedência do governo, de se indecidir pela entrega do lugar à indigitada personalidade por quem tanta gente nutria uma acentuada aversão.

Dominado de tão convincente motivo, resolveu o vice-rei desobedecer ao que determinava a carta régia, na abertura do ano 1509 quando Albuquerque se apresentou a tomar posse do governo e a dispor o embarque do vice-rei numa das naus que iriam partir nessa monção de regresso.

Dos protestos de Albuquerque resultou finalmente sua prisão denotando tão enérgico acto o apoio de que o vice-rei dispunha na emergência. Forte parcialidade se agrupara abrangendo as forças regulares, contra a governação de Albuquerque com formal desobediência à ordem procedida do rei. Como a vingan-

ça era já um dos entretenimentos favoritos dos deuses não gera admiração que Albuquerque guardasse no seu íntimo um ressentimento contra toda essa gente contrária à fruição do que indubitàvelmente lhe pertencia e o viesse alguma vez a exteriorizar do futuro se o poder lhe caísse nas mãos.

Em Setembro, as naus vindas do reino traziam as ordens de Dom Manuel que mantinham a anterior nomeação e, para maior garantia do cumprimento, embarcara um enviado especial e sob o seu comando forças militares para quebrarem qualquer resistência, exercendo-se o seu primeiro acto na soltura do preso político. Estas particularidades dão noção das proporções que os distantes acontecimentos haviam atingido nos juízos da corte.

Senhor do poder, oportunidades de uma intensa actividade militar sobrelevavam a acção pròpriamente administrativa, envolvendo-se o nome de tanta gló-

ria que os panegiristas com fundamento ajustavam ao dos maiores capitães do passado, cujas biografias teriam mesmo acordado a ambição de igual fama.

O vasto poder de que carecia dadas as morosas e distanciadas comunicações com o reino, e as prontas decisões que impunham os ardis empregados pelo inimigo mais conhecedor dos recursos do terreno, tornaram Albuquerque um tanto árbitro do traçado do império cuja edificação lançada do lado do mar, tomou a caprichosa forma recortada dos litorais. Contudo na missiva que ditou pouco antes da morte, percebe-se num dos períodos ([3]), se o pensamento ficou expresso com rigor, que a responsabilidade cabe pròpriamente ao rei.

O acaso concorreu também com parte da iniciativa no traçado, de modo que Albuquerque é verdadeiramente o cabouqueiro tão diligente na tarefa que nela comburiu toda a energia. E a persuasão ganha foro ao encarar-se o contínuo avanço após a sua

morte das afastadíssimas estremas numa ocupação permanentemente litigiosa que ia fundindo o melhor cerne da grei.

Em 1529, catorze anos decorridos sobre o desaparecimento de Albuquerque, era depauperado o erário de Dom João III com o dispêndio de trezentos e cinquenta mil ducados, pelo acordo estabelecido com o seu cunhado, imperador Carlos V, em virtude do qual este último cedia os presumidos senhorios sobre as ilhas Molucas reconhecendo-as condicionalmente sob o domínio português.

A Terra era demasiado estreita para conter as ambições dos soberanos. Outro tanto tempo mais tarde, abandonava Dom João III umas praças marroquinas por se notar custosa a sustentação.

*
* *

Amestrando-se em demoradas locubrações definiu Damião de Góis que no tempo de Dom João I se

adoptara nos costumes da corte recopilar os sucedimentos relativos a cada reinado para compendiá-los numa crónica. A iniciativa coube ao primogénito Dom Duarte quando inda era infante, revelando-se nisto o índice de educação superior ministrada a esse mancebo e a excelente aplicação. De tal propósito sustentado depois como monarca, resultou redigir Fernão Lopes as crónicas desde o conde Dom Henrique, encarado fundador da monarquia, inclusiva a de Dom Duarte a quem sobreviveu. Criara-se assim o monumento significativo de uma cronologia privativa da Nação.

Estes obreiros donde iria manar a aptidão pelas letras, eram tirados dentre os escriturários que desempenhavam o serviço real. Os regiros com que alcançavam a necessária exactidão nos laudos e escrituras de seus normais ofícios, reflectiam-se nas narrações se calhava ascenderem a conservadores dos arquivos e desse degrau, a cronistas.

Quantas vezes ao ler esses anais, não depara o curioso com passagens bem obscuras? Se se detém cândidamente a interrogá-las nem logo, nem jamais lhe dão resposta. Detido por tais enigmas e consumido pela dúvida, acaba pouco a pouco por abrir a bossa da generosidade e reconhecer que o confidente esforço mesmo imperfeito propeliu a linguagem para sucessivos cômoros donde mais alado se foi tornando o bom gosto pelas letras.

Desvendando-se a comunicação marítima com a Índia e a patente vantagem do transporte ininterrupto das mercadorias por tal via, Lisboa tornava-se um entreposto obrigado desse comércio congregando maior afluência de correspondentes ocupando-se no câmbio e derivação de tais produtos para outros portos.

A cidade reproduzia acentuado, o aspecto que oferecera no século precedente observada de Fernão Lopes, e possivelmente o que sempre manifestara em

menor ponto antes de ser portuguesa. O seu amplo porto não podia deixar de ser escala obrigada das longas navegações mantidas do Mediterrâneo com a incerta ilha de Thule.

A montagem da primeira tipografia por Valentim Fernandes "alemam" que em 1502 imprimia já o Livro de Marco Polo, tão pouco demorou sobre o falecimento de Dom João II que não permite excluir a sua interferência. Todo o reinado contrasta com o de seu pai, Dom Afonso V, monarca dotado de qualidades e de educação, mas impregnado de tantas predilecções medievais que mais se tornou um rei cavaleiro, como Herculano o aprecia.

É pois possível que não seja 1497 o surto da prosperidade portuguesa, mas o tenha sido antes a paz de que gozou o reinado antecedente e a grande actividade das navegações trafegando na costa africana, manifestando-se na importação pelo menos dos apres tos para o fabrico das naus e das mercadorias que

careciam aviar, bem como na exportação dos produtos nelas recolhidos das permutas.

A operosidade desenvolvida por esse comércio e a exigência de relações com os produtores e consumidores estrangeiros, proporcionava a infiltração de avançadas ideias que agitavam alguns de tais países e que os mais receptivos fariam mesmo por difundir. Dom João II não moveu oposição a essas correntes renovadoras e a sua experiência adquirida no governo bem parece te-lo induzido a aproveitá-las buscando nas universidades de fora o preparo conveniente de uma classe média mais culta.

Surta a imprensa a prioridade da crónica diminuia no campo das letras e o "livro" que ela utilizava como elemento divisional de par com a "parte" e o "capítulo" adquiriu o seu estatuto de independência. Uma das prístinas referências aparece numa correspondência datada de 1500. Um português dentre os que receberam fora do país a instrução, tomado de

espírito aventureiro dispunha-se a repisar o parecido trilho de Marco Polo. Encontrando, porém, sérios obstáculos a embaraçarem-lhe a passagem no limite da Europa, determinou-se a torcer o itinerário percorrendo em direcção ao Norte os países sitos naquela orla até às praias do Ártico e, em seguida, do Báltico.

Regressando a Roma anos depois, escrevia a Dom Manuel no intuito de atrair-lhe a atenção para o comércio que essas capitais facultariam. Essas plagas eram servidas pelas embarcações que dos vários portos da Liga Hanseática velejavam para o Báltico; mas desconhecidas como estavam do Sudoeste europeu, a sugestão despertara a utilidade e o monarca ordenou a resposta dada em 1500 que nas ponderativas recomendações inseria a seguinte:

> .... E, porque nos prazerya de mais myudamente vermos tudo o que em vossa carta apomtaaes, rogamos vos que por nisso nos servirdes vos desponhaaes ha fazer de todo huum livro, no qual muy myudamente asentay todo o que vistes ....

Reconhecia-se o livro como mensageiro mais explícito, tomando melhor preensão do recado, restituindo-o com outra cuidada exposição pois que as imprecisas percepções se iriam aclarando mediante o auxílio de todos os factos acessórios cooperantes no preparamento.

A impressão proporcionava mais prontas cópias dos manuscritos de utilidade e a abundância com o seu menor preço difundiam a aquisição. O invento preparara-se e conservava-se dentro do ambiente das letras. A circunstância de Valentim Fernandes apresentar-se em Lisboa como impressor e escritor, não constituia particularidade local; tal associação tomava um aspecto genérico nos centros universitários onde o impressor se constituia como que um núcleo atractivo dos cenáculos de letrados.

Tornando-se desnecessários os copistas, ocupação que atrairia sobremodo os prelectores no moderado desejo de um acréscimo nos seus réditos, estes prole-

tários aproximaram-se das tipografias e erigiram seus donos num segundo posto, o de editores. A acentuada carestia de originais não acompanhava as facilidades industriais do livro e essa desproporção entre a procura e oferta desencadeou a busca por toda a parte do que houvesse mercável. Houve episódios que adquiriram uma feição anedótica entre eles um respeitante ao cosmógrafo florentino Américo Vespúcio merecedor de referência pois que de pouco espaço carece.

Após quatro navegações em que actuou como cosmógrafo, duas em 1497-99 por conta de Castela, e as restantes em 1501-03 ao serviço de Portugal, redigiu em Lisboa um relato das várias curiosidades que observara a fim de o remeter a um conterrâneo colocado numa situação de destaque, recomendando-se assim no conceito dele para lhe merecer porventura qualquer serviço. Quem quer que obteve do mensageiro ocasião de ler o escrito, conseguiu também o

ensejo de obter o transunto que remeteu para a Lorena. Vertido ali o texto, do italiano em que estava, para francês e depois, para a língua latina, deram-lhe publicidade indicando o relato como dirigido ao duque, suserano do país.

Adveio da divulgação renome a Vespúcio porque o folheto continha em primeira mão a notícia da descoberta de um novo "continente" que ele apelidava de "mundo novo". Dominado de entusiasmo, um autor que preparava a edição de uma cosmografia, incluiu nela um mapa nomeando essas regiões por "Terra de Américo", nome esse que a comodidade abreviou em "América".

Como tal nome começava pela inicial que possuiam a Ásia e a África, e aceitara a desinência feminina usada nas três partes conhecidas do globo, do mesmo modo breve e de igual branda pronúncia, aconteceu que de aplicável à extensa orla constitutiva da então futura nação brasileira, o aproveitaram para designar

a continuidade quando foi reconhecida como presa num todo pelo espinhaço dos Andes. A Fortuna bafejara Vespúcio no próprio instante do baptismo.

A habilidosos meios se recorria portanto para adquirir informação dos praticados descobrimentos e corrigir ou acrescer de novas luzes as publicações de obras didácticas. Essa substância vinha por tal forma servir de alimento ao labor intelectual dos filiados nos cenáculos.

Episódio de menor monta mas igual teor, sucedeu com um estudo de Damião de Góis reeditado recentemente (¹), por ele próprio referido no passo seguinte:

> Esta carta com alguns artigos da fé, religião, costumes e estado dos etíopes . . . fi-la traduzir de português para latim, e depois, sem conhecimento meu, foi impressa em Antuérpia.

A instrução universitária mais buscada pelos que se destinavam à carreira eclesiástica, possuia nos seus

preparatórios a demorada disciplina da língua e literatura latinas. Os que não abraçavam o sacerdócio e alcançavam com as suas luzes serem providos nos serviços civis, escreviam cingidos a essas composições que o aprendizado lhes vincara na mente.

Os escritores do século XVI estimulados pela admiração vieram a louvar os efeitos clamorosamente anunciados da Índia. Damião de Góis comentando a segunda guerra de Cambaia (5) ajuizava a sua elocução inadequada ao denodo da proeza confessando oportuna a composição de uma epopeia movido do alvoroço de caber-lhe um dia escrevê-la.

Parece porém que outras preocupações absorviam os espíritos da época. Circunscrevendo o exame a estes dois escritores de mais voga, — João de Barros, nascido em 1496, falecido em 1570 e Damião de Góis, nascido em 1502, falecido em 1574 — nota-se no primeiro a tardia aparição do terceiro volume das Décadas, que vieram a lume respectivamente em

1552, 1553 e 1563. O segundo que imprimiu a sua Crónica do Felecíssimo Rei Dom Manuel em 1566-67, narra este curiosíssimo facto de que essa crónica fora encomendada a Rui de Pina, em seguida ao filho deste, Fernão de Pina, depois a João de Barros que a teve cinco ou seis anos sem lhe pôr a mão. Confiando-a finalmente o cardeal Dom Henrique, ainda infante, a Damião de Góis, ao rematar a empresa confessa este (cap. xxxvii):

> .... ho que eu tomei a cargo, & acabei com tanto trabalho quanto Deos sabe, & ha historia, & processo della ho de fim stam mostrando.

Essas tarefas não desobrigavam da falácia e do louvor premiados de mercês. Quão diversas não eram as narrações dos colaboradores acidentais, Cadamosto, Colombo, Behaim e Vespúcio visando essencialmente o pessoal renome pela exposição de factos directamente observados!

Os arquivos de outros países resguardam parte da correspondência remetida de Lisboa, dos agentes comerciais para as suas casas matrizes. Como nas armadas se incorporavam naus expedidas por esses agentes para efectuarem o seu comércio, seguindo nelas delégados seus que relatavam depois o sucedido, os passos das crónicas são frequentemente cotejados com esses documentos particulares que têm adquirido grande crédito sobretudo no esclarecimento de tantas dúvidas entretidas nas narrações oficiais.

Damião de Góis cujas funções consulares lhe facultaram demoradas passagens pelos principais centros da Europa e o convívio de famosas individualidades da época, refracta desse trato o brilhantismo da Renascença. Quando circunstâncias indistintas o reconduziram definitivamente ao país, grandes desditas se foram acumulando prostrando-o na velhez de golpes tão profundos que lhe deram o aniquilamento.

Seria preciso que a desventura não lhe destruísse as faculdades elevadas do ser e o atingisse muito ainda na proximidade da juventude, condições que lhe poderiam conceder os dons do génio para louvar como o cego Homero os feitos dos seus guerreiros. A outro pertenceria a feitura de tal epopeia principiando por florejar a linguagem e com esses ornamentos ajustar a recamada estrutura do canto.

Luís de Camões educado numa similar preparação universitária que o elegeria para algum cargo civil, acabou por alistar-se no rol de voluntários que seguiam a preencher as fileiras nas conquistas. O fragor das pelejas tornara-lhe incómodo o continuado ruído induzindo-o a buscar nos momentos permitidos o favorável silêncio para se entregar à preferida meditação.

Nesse sossego adormeciam-no as musas aprestadas de semblantes conhecidos, murmurando falas de na-

moradas que o poeta igualava com réplicas graciosas. Réplicas repassadas de júbilo se demoravam junto de si, ou envoltas de melancolia se denotavam afastar-se, essas recordações escritas sob uma retida enlevação repercutiam-lhe como um eco as harmonias dos sonhos.

De dizeres singelos, num metro breve onde as cores se irmanavam à harmonia dos sons, formaram-se os cantares que o tempo habitualmente destruidor sempre poupou. Neles legava o poeta em moldes bem simples toda a gama das suas emoções e os seus mais esmerilhados pensamentos.

A dinastia de Avis incluia entre tantos fastos que a engrandeceram, a glória de conter no seu século a existência do excelso vate cujo divino estro bastou a consagrá-la de toda a magnitude nas altíssonas estâncias do poema que foi seu canto de cisne.

O LIVRO DE DUARTE BARBOSA pertence ao grupo daqueles relatos que o governo de Dom Manuel solicitava com toda a individuação para se informar suficientemente do que lhe conviesse saber acerca do mundo estranho. Pertencendo ao número dos primeiros relatos remetidos da Índia a sua oficiosidade condenava-o a permanecer no armário do pertencente arquivo.

As contínuas descobertas que se iam efectuando com as navegações e explorações de territórios e que entretinham ávida curiosidade com as singularidades reveladas, atraíam para os conhecimentos geográficos a grande predilecção do público. Um entusiasta, Gian Battista Ramúsio, secretário do Senado de Veneza, literato também, possuindo de sua família larga influência social e avultados recursos, acordou-se de

proporcionar uma normal divulgação dessas cubiçadas notícias reunindo em volume as narrações recolhidas.

A obtenção dos manuscritos originais era conseguida pelas excepcionais condições que se reuniam no coleccionador e a faculdade se evidencia na consecução do manuscrito de Duarte Barbosa, por ele vertido para italiano, incluído já no primeiro volume da colectânea seriadamente publicada desde 1550.

Essa aquisição constituia lance afortunado de Ramúsio mas concorria igualmente a libertar do oblívio a memória do autor pois que sendo uma narrativa de trinta anos, a vencida selecção honorava-a desde logo com a chamada prova do tempo.

Decorriam após isto mais de dois séculos e meio quando a Academia Real das Ciências de Lisboa, pretendendo avivar o culto nacional pelas glórias transactas, encetou várias publicações que erguiam a

esses maiores, monumentos literários. Uma colectânea prepararam também no género da de Ramúsio para ser preenchida todavia com o que respeitava a Portugal.

Debalde rebuscaram o manuscrito tendo de aceitar o seu desaparecimento e o recurso de uma reversão da colectânea de Ramúsio. Tinha a impressão atingido umas páginas quando se notou a semelhança do texto contido num códice onde a narração de Duarte Barbosa ficava junta em miscelânea com outros assuntos. Não era o original desejado, mas cotejando o contexto e a versão de Ramúsio, preenchendo com a matéria deste as lacunas daquele, reconstituiu-se quanto possível o texto original.

Adoptara-se na Índia guardar sempre um duplicado de todos os documentos enviados para o reino, prevendo-se assim a perda que os frequentes naufrágios das embarcações poderiam ocasionar. A narrativa de

Duarte Barbosa devia ter ficado também duplicada e foi de tal exemplar que um curioso, partido para a India em 1558, recolheu o traslado escrevendo-o nesse códice.

A Sociedade Hakluyt de Londres, corporação devotada ao cultivo da história da evolução geográfica e que com legítimo orgulho procura nas suas publicações incluir traduções comentadas dos livros estrangeiros que versem tal matéria, resolveu incluir nesse seu arquivo a narração de Duarte Barbosa. Cometido o encargo ao consócio Lord Stanley de Alderley, efectuou este a tradução de um outro manuscrito existente em Barcelona vertido em língua espanhola que a sua análise preferiu aos textos impressos, italiano e português. Parecendo-lhe que a narrativa carecia de um título, patrocinou-lho (6) sob este modo, UMA DESCRIÇÃO DAS COSTAS DA ÁFRICA ORIENTAL E MA-

LABAR. Anotada e prefaciada, a obra ficava impressa em um volume no ano de 1865, cinquenta e três depois da sua publicação portuguesa.

A Sociedade Hakluyt veio a reconhecer que a relação de Duarte Barbosa carecia de ser mais desenvolvidamente anotada e decidiu reeditá-la. O seu consócio a quem cometeu o encargo — o editor, como sói dizer-se nos países de língua inglesa — era o douto etnógrafo Sr. Mansel Longworth Dames, muito especializado por uma longa permanência na Índia. Refundiu a obra assentando a sua tradução na publicação portuguesa e restituindo-lhe o título que desde sempre tivera, LIVRO DE DUARTE BARBOSA (7). Liberalmente anotado e reunindo uma notícia biográfica do autor, cresceu este trabalho de ser dividido em dois volumes, constituindo tal tratamento da matéria uma homenagem que jamais ambicionaria qualquer escritor dos do passado.

Essa notícia biográfica traçada de acordo com os dados então possuídos, carece presentemente de renovação pois que outros subsídios esparsos nas colecções impressas de documentos exigem o preparo de novo esquema. É fenómeno familiar nas ciências ver as teorias perderem o seu terreno se novos factos caídos no seu âmbito não encontram nelas suficiente interpretação.

Anotações obtidas sobre o assunto sem definido propósito, foram adicionando-se a ponto de permitirem uma breve compilação. Como não minguasse o tempo, nem tão-pouco a boa-vontade de a suprir e as páginas foram tomando forma naquela canseira renovadora, segundo o conceito de Pascal ([8]), em que a sequência dos homens deve ser considerada como um único que subsiste para aprender continuamente.

Macau, Agosto de 1948.

I

O ESCORÇO BIOGRÁFICO

SEGUNDO

A CONCILIAÇÃO DAS NOTÍCIAS

§ 1. A Documentação de Albuquerque

EM 1884 a Academia Real das Ciências iniciava a preparação de sete volumes que tantos foram os que sob o título de Cartas de Afonso de Albuquerque reuniram o principal objectivo, a correspondência concernente aos negócios da India remetida a Dom Manuel pelo famoso capitão, juntando-lhe a publicidade de uma vasta colecção de documentos reveladores dos variadíssimos actos administrativos desenrolados no seu governo.

Albuquerque tomava a precaução de conservar os originais de suas laboriosas missivas onde exarava pontos de vista e prestava contas dos actos. Ao avizinhar-se-lhe a morte confiou a mãos leais esses papéis para serem entregues na idade própria ao único filho que deixava inda menor, cometendo-lhe a obrigação de reabilitá-lo das malversações propaladas a seu respeito na corte.

Antevia que ninguém mais o defendesse. Afagando-se da esperança no filho, solicitou na última carta dirigida ao rei que lhe favorecesse a educa-

ção em recompensa dos serviços por si prestados. Mas na dúvida de ser atendido, mandava recomendar ao filho com a sua imperativa vontade que requeresse tal prémio se de espontaneidade o não tivesse.

O monarca correspondeu generosamente mandando internar o menor num estabelecimento religioso educativo onde pudesse receber a melhor cultura do tempo. O educando satisfez plenamente a solicitude da educação como a expectativa paterna.

Na BIBLIOTECA LUSITANA, editada pela primeira vez em 1741-59, o seu autor, Diogo Barbosa Machado, afirma que Albuquerque possuia bastante conhecimento da língua latina. A linguagem que todavia empregava nas missivas era acentuadamente rude, em nada se afastando das formas usuais da época. Mas o filho, mercê dos amparados estudos, tornou-se um polido letrado. Tão competente na pena como seu pai o havia sido nas armas, encetou a tradição escrita do progenitor sob o entusiasmo do nome cuja grandeza sobejava a enobrecê-lo. Essa obra encerrada num volume com a denominação de COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO DE ALBUQUERQUE, teve publicidade em 1557, e novamente em 1576 com a edição refundida.

A obra foi inspirada no modelo oferecido pela literatura romana, dos COMENTÁRIOS do imperador Júlio César que narram as campanhas triunfantes condu-

zidas na conquista das Gálias. Quem quer que estivesse desprevenido tornaria o livro escrito de um modo igual pelo próprio Afonso de Albuquerque; mas a clara explicação dá-a logo a BIBLIOTECA LUSITANA:

> O nome de Brás, que no bautismo lhe fora imposto, o mudou no de Afonso por insinuação del-rey D. Manuel, querendo este Príncipe igualmente eternizar na sua Pessoa a memória de seu ilustre Progenitor.

Os COMENTÁRIOS de César que se apresentam como escritos pelo próprio, podem bem ter sido obra de algum alónimo que a burilasse melhor dos seus apontamentos a fim de que mais profundamente impressionasse o espírito receptível de seus patrícios. O similar autor conseguia que finda a leitura das narrativas de Albuquerque se adquirisse favorável impressão do pai.

Coligidos os factos das anotações em que estavam, todo o material das cartas passou pela fieira da sua crítica; mas, como um hábil advogado na defesa do constituinte, não subtraiu qualquer dos actos já supostos repreensíveis. Apresentou-os numa completa nudez mostrando que fazendo-se temer, o capitão conseguira tornar-se prontamente obedecido. Eram as lições da História; para que desperdiçá-las? Os mesmos defeitos haviam sido as lúcidas virtudes dos grandes capitães do passado. Sòmente servindo-se de tais processos, um imperante conseguia cercar-se de numerosas hordas de rústicos combatentes capazes das maiores violências mas aptos a verterem igualmente o próprio sangue por ele.

Vincando a forte personalidade do pai, teve cuidado o autor de não detrair escusadamente os caracteres restantes da acção. Ao preparar nova edição do volume, deu a entender na dedicatória que a anterior edição rareava; mas logo abaixo expôs que mais certas informações o advertiam de emendar umas passagens e acrescentar outras no que havia escrito, e isso ajudara a persuadi-lo da utilidade do novo tomo.

Essa seria de certo a razão mais forte. A narração conduzida sob o melhorado programa resultou tão interessante quer nos acontecimentos desvendados dos primeiros tempos das conquistas quer na esmerada forma da sua exposição que creditou o escritor entre os clássicos do seu século.

Respectivamente a Duarte Barbosa, enquanto uma das cartas inseridas na colectânea da Academia o apresenta como um dos péssimos elementos entre os funcionários civis espalhados pela Índia, os COMENTÁRIOS citam-no sem desfavorável referência em duas únicas notações sobre uma construção de galés. O decurso do tempo e mais precisas indagações contradisseram o dessaborido conceito paterno.

Mais numerosas são as citações trazidas pelas CARTAS nos miúdos documentos de ordens de pagamento e quitações. Eles serão oportunamente reproduzidos na sua elucidativa seriação.

§ 2. AS LENDAS DA ÍNDIA

CONSTITUEM uma narração epopeica concluída em 1561 abrangendo os feitos de pouco mais de meio século que assinalaram a influência portuguesa na Índia onde o autor, Gaspar Correia, faleceu deixando-a manuscrita. Vendido esse trabalho com o seu espólio e pelo possessor trazido para o reino, veio a obter publicidade em 1858-64 por iniciativa da Academia Real das Ciências. Uma notícia preliminar introduzida pelo académico Sr. Rodrigo de Lima Felner, apresenta as notas biográficas que lhe foi possível reunir.

O escritor embarcou do reino em 1514. O nome de Gaspar Correia aparece nas CARTAS desde 2 de Novembro desse ano, redigindo as ordens de Albuquerque. Nota-se que ficou exercendo as funções de seu secretário, dada a circunstância de ter acompanhado o capitão-mor a Cochim, e depois a Ormuz, redigindo as ordens até 22 de Abril do ano seguinte. Desde então são já outros nomes que substituem o dele nesse serviço.

Teria regressado ao reino em missão confidencial? Ignora-se não só o destino que tomou dessa feita bem como quaisquer outros passos durante larga porção da existência até à aproximação da velhice.

Pendendo para a composição literária avaliava-se "escritor testemunha de vista" no que divergia do

cronista do reino que o era "de ouvida". Traçava-se o seu plano de acção na pequena crónica que largo uso mais tarde adquiriria quando viesse a realizar-se o jornal. Posto porém a confeccionar as LENDAS, a determinação sofria algum novo estímulo para o resultante trabalho vir a obter a extensão de quatro livros e englobar nos feitos presenciados muito maior número de noções recolhidas de outiva.

Teve de buscar informações, lendo primeiramente os documentos que jaziam em algum arquivo local, vista a necessidade de incluir nos cadernos o que se havia passado nos dezasseis anos fluídos até à data em que conheceu o solo. Socorreu-se igualmente da tradição oral no que dizia respeito aos sucessos de que se conservava distanciado ou de que não tivera adequado conhecimento.

As LENDAS não ficaram concordes com o seu título pois incluem no texto os descobrimentos empreendidos na América, não faltando a proeza da travessia do estreito de Magalhães. Disso derivou tornarem-se tanto menos apuradas quanto mais longe estanciaram as incluídas acções. Contudo nos estritos acontecimentos da Índia, a obra é tida como um guia conhecedor do terreno. Uma data, por exemplo, submetida a minuciosa análise pelo Sr. Dames em virtude da diferença de um ano manifestada entre os vários cronistas, possuia nas LENDAS a sua exacta cronologia enquanto que nas DÉCADAS aparecia errada por defeito.

De vantagem seria conseguir apurar-se mais o traçado da passagem e as datas das possíveis interrupções incididas na demora de Gaspar Correia pela Índia. Uma relação de 1820 remetida ao monarca onde, de mistura com outros assuntos, se lhe dá o rol do pessoal ali em serviço, não inclue o nome dele. Envolta de qualquer mistério essa existência pela estranha conjunção de ter tido na Índia o seu termo, chega-se ao paradoxo de lamentar que havendo ele consumido tanto alento em falar dos outros tão-pouco deixasse dito de si.

§ 3. O CRONISTA VOLUNTÁRIO, CASTANHEDA

DE sua iniciativa, quiçá sob o vaticínio do nome e sobrenome, tomou Fernão Lopes de Castanheda o encargo de escrever a HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO E CONQUISTA DA ÍNDIA PELOS PORTUGUESES, publicando mediante auxílio, desde 1551, sucessivamente sete volumes. O oitavo, póstumo, foi revisto pelos filhos.

Em 1929, uma terceira edição adicionou-lhe um novo volume na forma minutada de rascunho, acidentalmente encontrado no espólio de um bibliófilo, considerando-se definitivamente perdido o décimo que, na pretensão do autor, remataria a sua obra.

Esta moderna edição anotada pelo académico, Sr. Pedro de Azevedo, insere uma notícia sua contendo os escassos traços biográficos que foi possível reunir do escritor. Acerta a notícia ter Castanheda acompanhado seu pai quando este embarcou para ocupar o cargo de ouvidor em Goa, seguindo na armada que levava o novo capitão-mor Nuno da Cunha.

Regressou ao reino numa data que se desconhece impelido talvez de qualquer mal-aventura, conseguindo empregar-se como bedel no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra lugar em que se conservou até falecer.

No prólogo do livro III deixou dito que havia consumido vinte anos com o preparo das suas narrações. Retrocedendo desde quando começou a impressão, a conta coloca os esforços iniciais em 1531 perfazendo então três anos de residência em Goa visto ter largado do Tejo em 18 de Abril de 1528. Assim, só depois de 1531 principiaria o afã das suas indagações.

Antes de mais teve de enfronhar-se quanto ao sucedido em trinta anos que precediam o seu contacto com a Índia; e da tradição se socorreu igualmente sobre aquilo de que se conservava contemporâneo mas de que se afastara com o reembarque de Goa; essas inquirições conduziu junto dos protagonistas ou dos colaboradores à medida que regressavam a seus lares.

Não obstante os prejuízos inerentes de tal método, pertence-lhe a decania da intenção de imortalizar as acções, supondo inadiável o empreendimento de as libertar do olvido antes que de todo se perdessem.

João de Barros, cronista oficial, publicava com mais privilégios a sua primeira DÉCADA em 1552; nem o antecipava no concebimento das narrações nem na publicação do seu códice. Legítima se tornava essa presunção da prioridade mormente quando houvesse podido verificar que Barros, acomodado a dar-lhe lições na matéria, avançara menos no parecido intento.

§ 4. A NAVEGAÇÃO DE CABRAL

ABJURAR o mistério que se formou sobre a acentuada navegação a Poente num rumo inteiramente oposto à destinação da armada sob o comando de Pedro Álvares Cabral, não é tarefa isenta de dano. Mas arredando-a do mistério para a deixar ante o sopro das agitações decorridas no seu tempo, descortina-se que sucedimentos houve susceptíveis de lhe prepararem a derrota. O que toma mais nítida evidência é sem sombra de dúvida o Tratado de Tordesilhas.

888

Conciliavam-se em 1494 os monarcas de Portugal e de Castela numa baliza para as explorações marítimas de que se ocupavam os dois países. Demarcaram-na pelo traçado de um meridiano situado 370 léguas a Ocidente do arquipélago de Cabo Verde, e dispunha a capitulação que astrólogos, pilotos e demais peritos assentariam a linha resultante nas terras encontradas sob esse arco.

No ano seguinte foi convocada uma reunião preparatória dos escolhidos técnicos para assentarem nos meios práticos de se realizar o traçado. Tão pouco ordeira decorreu a assembleia que teve de reconhecer-se o inconveniente de remeter os mesmos peritos para aquela distância sem dispor nas imediações qualquer poder moderativo aliás de difícil fabricação. Em consequência emendou-se a capitulação permitindo que cada um dos domínios procedesse separadamente e dos reconhecimentos efectuados dessem recíproca comunicação.

Logo em 1498 seguia Duarte Pacheco Pereira a explorar o sector, sendo-lhe coroada a pesquisa com a descoberta de uma vasta extensão de terras. Era costume não tomar uma simples constatação como prova suficiente mas esta servia contudo de reparo a uma sequente expedição que seguia mais bem dotada.

Vasco da Gama havia ensaiado a viagem com a aguada feita em São Tiago de Cabo Verde velejando seguidamente daí através do mar alto na direcção da ponta do continente africano. Ora a segunda armada expedida em Março de 1500, refez nessa ilha a aguada; mas em vez de seguir logo em direitura ao Cabo

da Boa Esperança, continuou para oeste a fim de reconhecer as novas terras, atravessando depois o mesmo golfão com a diferença de prolongar uns dias a mais o seu cruzeiro.

Assim se resolveu ordenando Dom Manuel a custosa frota de treze velas e deixando no regimento da viagem, em claro, as instruções sobre o adicional percurso. Levá-las-ia secretamente Cabral como o delatam alguns incidentes sobretudo o envio da mensagem ministrando informação da sua esteira, pois se tratava de percurso em mar mal conhecido dos pilotos que o serviam.

Dados os cuidados em que ficava o governo planeador da aventura, pode supor-se que as recomendações incluiam o envio de algum outro mensageiro além do que Cabral expediu em fins de Abril a anunciar o achado da ilha de Vera Cruz.

Pelas previsões definidas, a armada deveria atingir a Índia em Setembro desse ano e aportar a Lisboa por Julho ou Agosto seguintes. Não havia por isso motivo de fazer partir terceira frota antes que regressasse a de Cabral. Alguma ansiedade subjugava o governo para decidir preparar não uma só frota mas logo duas, ambas de quatro velas, expedindo-as no começo de 1501: uma, em Março, sob o comando do experimentado marinheiro João da Nova, com destino à Índia segundo o roteiro de Vasco da Gama; e a outra, em Maio, sob sigilo, de que resultou ficar muito encoberto o nome do comandante e sobressaído o de

Américo Vespúcio, alardeador cosmógrafo atraído a Lisboa para esse fim que mais tarde mencionou, de fazer uma viagem para Oeste.

É lícito, pois, julgar que em 1500, pelas alturas do Outono, ou seja na antecipação exigida para a mobilização das novas expedições, se aguardavam novas de Cabral anunciando o avanço da esquadra sem ocorrências desagradáveis. Tais notícias seriam possivelmente remetidas quando a armada atingisse a aguada de São Brás onde se agregariam para a travessia do Índico, separando-se nesse momento uma das naves com os despachos para o reino.

Fundamento possuiam os preságios que flutuavam na corte. Cabral, largando de Vera Cruz foi costeando o litoral na extensão sensível de 500 léguas — curso que apenas tomaria mediante expressa ordem — e, pela aproximação da latitude do Cabo da Boa Esperança deixou o rumo seguido mudando-o para o quadrante de leste. Nesse trajecto foi a esquadra acometida por uma furiosa tormenta afundando-se quatro das naves com toda a tripulação, conseguindo mesmo assim umas seis ou sete desgarradas, atingirem o Mar Índico cobertas de grandes danos.

Cabral careceria de maior tempo para restituir uma melhor ordem ao que lhe restava da armada; mas não lhe convindo perder a monção e a oportunidade de aportar à Índia nesse ano, deliberou prosseguir logo que se reajuntaram alguns dos barcos em número insuficiente todavia para deles poder segregar uma unidade que levasse ao reino as suas informações.

As desinteligências havidas do começo entre Vespúcio e o comandante quanto à derrota, deixam entender que este recebera regimento secreto ordenando-lhe a averiguação dos rastos de Cabral. Esta frota singrou ao longo da costa africana e foi encontrar no ancoradouro de Bezeguiche—próximo do actual porto de Dakar — uma nau veleira da armada de Cabral alvissareira do breve regresso das demais. Como se ficásse solto de qualquer preocupação que o dominasse, assentiu no rumo desejado de Vespúcio, seguindo a frota em direcção ao poente até às terras vistas de Duarte Pacheco Pereira, incumbido como estaria de as reconhecer e possivelmente cartografar, porquanto essa orla figurava logo depois no mapa designado "de Cantino" aperecido em 1502.

Ao mesmo tempo Dom Manuel possuidor das informações comunicadas por Cabral, escrevia a carta de 28 de Agosto de 1501 dirigida a seus sogros, os monarcas de Castela, notificando o achado de uma terra com o nome, corrigido, da Santa Cruz. Dizia a carta que o achado era "mui conveniente e necessário à navegação da Índia" parecendo, pelo contrário, mais certo que das sequentes viagens nenhuma efectuou tal escala. Receoso talvez que o conhecimento da verdadeira distância espertasse qualquer zelo nos parentes, Dom Manuel ministrava-lhes cautelosamente uma noção sugestiva de bem maior proximidade de terra reconhecida.

§ 5. O tio de Duarte Barbosa

AO fundar a feitoria de Cochim, a primeira que foi criada na Índia, Pedro Álvares Cabral deixou-a estabelecida com vinte portugueses tendo por feitor o tio de Duarte Barbosa. Falando da pessoa, as Lendas apresentam-na umas vezes sob o nome de Gonçalo Gil, outras como Gil Fernandes Barbosa.

Gaspar Correia não conheceu este indivíduo e do seu desempenho soube apenas o que recolheu numa diligência estendida a Cananor quando ali foi buscar dados informativos para a contextura das Lendas. O defeito derivaria dos seus informadores que eram vetustas pessoas enfraquecidas da memória; pois a coincidência de fazer catorze menções, sendo sete com cada uma das formas, leva a crer que incerto do verdadeiro nome, optou pelo uso alternativo dos dois como mais viável de atenuar o erro.

A unidade pode contudo ser restabelecida na forma Gonçalo Gil Barbosa visto as menções assinadas por Dom Manuel (9) empregarem Gonçalo Gil com exclusão do apelido, singeleza essa trivial do tempo. Castanheda na única referência que dele faz na sua História alcançou a forma verdadeira (10).

Embarcara na frota como um dos escrivães da carga (11) que seguia destinada às permutas. Deveria ficar por feitor Lourenço Moreno, mas a saúde precária deste determinou a sua substituição temporária (12) por Gonçalo Gil, e por fim definitiva (13).

Em 1502, na viagem que Vasco da Gama comandou, desta segunda vez com o posto de almirante, embarcava Diogo Fernandes provido (14) feitor de Cochim. Gonçalo Gil era por isso transferido para cargo igual em Cananor, a segunda feitoria criada na Índia e estabelecida nessa viagem (15).

As Lendas apontam-no ali ainda em 1505 (16) sendo essa a última dele feita. Mas nas Cartas verifica-se que o regimento da viagem de 1505 em que seguia o vice-rei Dom Francisco de Almeida, dispunha numa das instruções o regresso de Gonçalo Gil, mencionando o embarque de novos feitores e escrivães na mesma armada para substituição de todo o pessoal que se encontrava nas feitorias de Cananor e de Cochim (9).

Lopo Cabreira seria quem veio substituir Gonçalo Gil pois numa carta escrita de Cochim a 22 de Novembro de 1506, o subscritor Diogo de Alcáçova solicitava o mesmo lugar quando vagasse de suas mãos. (17) Contudo a 6 de Fevereiro de 1509, ainda sob a administração do vice-rei, a feitoria de Cananor estava entregue a Gonçalo Mendes (18) que dali saiu apenas em 1513 transferido para igual cargo de Calecut.

Uma carta concluída em 12 de Janeiro de 1506 (19) endereçada a Dom Manuel pelo escrivão da feitoria de Cochim, repleta de informações acerca do feitor cessante, Diogo Fernandes, nenhuma referência inclue sobre Gonçalo Gil bem que várias vezes fale de Cananor onde as naus receberiam provisões. Todos esses informes se coadunam a dar como falecido no ano

de 1505 Gonçalo Gil quando a sina que o mantivera no mais favorável conceito do rei, lhe havia preparado um regresso a Lisboa.

§ 6. Abono de propriedade literária

FALANDO do desembarque de Gonçalo Gil em Cananor, declaram as Lendas ter vindo com ele de Cochim um sobrinho de nome Duarte Barbosa que ali se familiarizara no uso da linguagem local ([20]) de modo a poder servir de intérprete a Francisco de Albuquerque quando, de passagem em 1503, visitara oficialmente o rajá de Cananor ([21]).

A presença de Duarte Barbosa em Cochim antes do fecho de 1502, quando mudaram de residência, permitiu o assomo da indagação: se teria embarcado juntamente com o tio na viagem de 1500, ou vindo para a sua companhia numa das naus da viagem de 1501. A dúvida desfaz-se ao contacto da data de despedida das naus da terceira viagem, em Março de 1501, quando era ainda ignorada em Lisboa a conclusão da segunda viagem de que estava dependente o assentamento dos portugueses na Índia. Não era pois plausível enviar-se um mancebo ao encontro de alguém cujo paradeiro se mantinha indefinido.

Permitiam os regulamentos o embarque de criados ou pagens para serviço particular dos comandantes e oficiais das frotas, os quais seguiam numerados no cômputo das tripulações como pessoal sobresselente de bordo. Sob o benefício de tal disposição tornava-se praticável a Gil Barbosa levar consigo o sobrinho, deixando esta singular circunstância inferir a existência de uma provável tutoria ou falta de pessoa idónea a quem pudesse cometer a vigilância do afeiçoado parente.

Pouco depois de 4 de Novembro de 1509, data de posse do governo da Índia, Afonso de Albuquerque seguindo do Cochim para Goa, visitou de caminho o rajá de Cananor. Nesses cumprimentos esteve presente Duarte Barbosa no costumado desempenho ([22]) de intérprete. Esta continuidade em Cananor, tão distanciada daquela data de 1505-06 em que estava ordenado o regresso do tio, do que adviria também o seu, aduz uma prova mais na deposição do falecimento de Gil Barbosa.

Contam as Lendas que Duarte Barbosa foi autor de um livro descritivo de terras e costumes abrangendo uma extensão que tinha seu começo nos Léquios correndo daí todo o mar até ao Cabo da Boa Esperança ([23]). Confrontados estes dizeres com a explicação que dá o Sr. M. L. Dames: uma descrição que principia um pouco acima do Cabo da Boa Esperança e termina nos Léquios — vê-se que concordam os conteúdos com a mínima diferença de terem escrito,

um a sua narração em Goa, e o outro em Londres, pondo no começo o meridiano mais próximo ou assim suputado nos velhos tempos.

Gaspar Correia avisa no prólogo que se absterá de delongar-se em explanações etnográficas porque outros haviam tratado já da mesma matéria e "principalmente" Duarte Barbosa ([21]). Talvez chegasse a adquirir conhecimento pessoal de Barbosa; se, ao invés disso, nunca o houvesse visto, teve o manuscrito dele sob os seus olhos e investigou o seu texto para poder inteirar-se correctamente do assunto. Nenhuma crónica fornece tão minuciosos detalhes a esse respeito como os proporcionados pelas LENDAS; estão intactos todos os elos da cadeia que prende a obra ao seu autor, certificando pelas minudências pertencer o manuscrito descritivo de "todas as terras, gentes, leis, costumes e tratos" daquelas nações orientais, à autoria do sobrinho de Gonçalo Gil Barbosa, feitor que foi das feitorias de Cochim e Cananor ([24]).

Sobreviesse acaso a omissão do manuscrito de Gaspar Correia e por ela o prejuízo desse único subsídio arrecadado, a incerteza permitiria imputar a autoria a qualquer homónimo de Duarte Barbosa que se abeirasse do seu tempo.

As LENDAS DA ÍNDIA tornaram-se assim guarida de um título de propriedade literária fortuitamente duradouro mas ainda comparável aos modernos registros que a regulam.

§ 7. Os dias da governação de Albuquerque

SEGUIU Afonso de Albuquerque para a Índia, pela segunda vez, em 1506, comandante de uma esquadrilha destinada a contrariar o comércio dos maometanos na entrada do Mar Vermelho. Ia também munido de uma ordem mandando-o assumir o governo da Índia três anos mais tarde, ao expirar o mandato que exercia Dom Francisco de Almeida.

Na primeira fase dos poderes conduziu a termo a conquista do reino de Ormuz, façanha que o elevou no conceito de Dom Manuel mas trouxe grandes animosidades da parte de seus subalternos. A malquerença após desenvolvimento nesse sector, infiltrou-se nas autoridades residentes em Cochim, sede principal da influência portuguesa.

Ao avizinhar-se a data da demarcada promoção, apresentou-se Albuquerque em Cochim para combinar com o vice-rei o que respeitava à sua investidura no governo. Grande deveria ser o seu anojo ao vir a saber por fim que esse vice-rei permaneceria no cargo enquanto aguardava directa instrução do monarca.

Aquele ambiente tornara-se intensamente suspeitoso. Melhor o expressarão umas anedotas insertas nos COMENTÁRIOS. Assim, por exemplo, Lourenço de Brito, capitão em Cananor, escrevia-lhe reco-

mendando que se acautelasse dos homens de Cochim. Pedindo-lhe também que inutilizasse a carta depois de lida, ia dizendo que ali, em Cananor, onde se encontrava, mantinha o cuidado ao levantar-se, de pedir nas suas orações que fosse guardado "das emburiladas e mexericos de Cochim".

Uma urdida rede de intrigas exacerbava a maior parte daqueles ânimos, podendo dizer-se que as paixões políticas dos presentes tempos pouco criaram de que já não houvesse experiência nas velhas eras. Poucos possuiam o atilado juízo que denotava Gaspar Pereira, feitor de Cochim, abeirando-se do vice-rei para lhe aconselhar, a que entregasse o governo. Como este último o admoestasse, respondeu: ". . . . . peço a vossa senhoria que, os ofícios que me tem dado, dê-os a quem quiser; el-rei há-de fazer-vos a ambos muita mercê, e eu hei-de ficar pagando todas estas diferenças". O que transcrito para uma expressão popular mais actual, viria a dizer: os grandes bem se defendem, os pequenos pagarão o patau.

Neste lapso, Albuquerque magoado e incendido pelos vários transes, concorreu para que lhe determinassem o aprisionamento donde veio libertá-lo o mensageiro das determinações do rei confirmando a contestada provisão e condenando assim todo o tumulto.

Albuquerque havia informado o rei de que na conquista de Ormuz, os capitães das naus ali estacionadas sob o seu comando, o tinham abandonado.

Por isso as queixas destes últimos, transmitidas por intermédio do vice-rei, justificando-se de discordarem do que o capitão fizera em contrário do requerido por eles, asseverando que ". . . . respondera muito más palavras, por ser homem muito áspero de condição, e muito súpito, sem ter conta com a honra dos homens", só podiam contribuir a que Dom Manuel mantivesse o que já estava determinado. Ser súpito era mesmo uma prova de que punha a maior coragem no seu serviço, como cumpria.

Para o reino instruiam os funcionários sobre os assuntos que corriam por suas mãos. Essa correspondência possuia uma expedição secreta, coligida por portadores adrede escolhidos. Deste modo, fora de vistas indiscretas, ia sempre alguma notícia adicional de um ou outro acto que parecesse irregular. Quando Albuquerque empreendeu a audaciosíssima conquista de Malaca, tão temerária que ninguém contava mais com o seu regresso, o envio de notícias desfiguradas teve assim em 1511 o mais franco desafogo: a conquista de Goa, fora desfavorável ao erário quer pelas reconquistas que incessantemente sobreviriam, quer pela sua manutenção sem receitas proporcionadas; aconselhava-se o monarca a aceitar as compensações oferecidas pela devolução da praça, cessando desse acto as hostilidades do influente adversário.

Dom Manuel escondendo os nomes dos discordantes, ia expondo as opiniões à apreciação de Albu-

querque. Por pequena que fosse, a dúvida denotava certa fraqueza da confiança. Isso compelia-o a soltar, quanto comportava o seu poder, imprecações contra os inimigos que o combatiam acobertados da sombra. Explicava assim ao monarca que os candidatos a longa demora na Índia, curavam antes de servir o rajá para que nas cartas este dissesse bem deles; buscavam também incompatibilizá-lo com o mesmo dando-lhe a compreender que as resoluções vindas do reino cujo cumprimento determinavam, provinham meramente de si. A sua experiência dera-lhe já a intuição de que se deveria renovar a curtos prazos aquele funcionalismo.

Dentro da sua nova situação de governador, Albuquerque jamais abandonara a actividade militar dos três anos precedentes; bem ao contrário, acrescentara-a dissipando nisso o melhor do seu vigor como se este lhe proviesse de uma nascença inexgotável As assíduas fadigas e os desconfortos das campanhas minaram-lhe o robusto arcabouço e decorridos nove anos consecutivos sob o depauperante clima, quando se dispunha a aguardar a favorável monção em 1515 de poder fender o mar Roxo, uma doença o invadia que o forçou a vir de Ormuz buscar tratamento em Goa.

De caminho soube que já se encontrava ali o governador que vinha substitui-lo. Acabrunhava-o particularmente o facto de saber que regressavam colocados na Índia os mesmos de que ele a havia divorciado. Não seria tão amaro desengano um aliado da morte como se concebera sob a emoção dos elogios. Os sinais

da doença de muito severa gravidade, davam ajustado emprego à expressão fatalista de ter ficado certa a conta dos seus dias naquela alva de 16 de Dezembro, algumas horas passadas de franqueado o porto.

A situação afastava-se do conflito predominantemente disciplinar de 1509 em que foi reiterada a confiança do rei. Alguns anos de acção governativa desenvolveram mais intensos antagonismos. Os rajás representavam a Dom Manuel quer por correspondência quer enviando-lhe emissários-embaixadores, queixando-se do cerceamento das suas prerrogativas.

Na ara da intransigência Albuquerque sacrificava o próprio prestígio das suas vitórias, pois que o monarca quando mesmo possuisse a convicção de não poder fàcilmente substituí-lo, temeria igualmente coadjuvar uma coalizão dos naturais donde resultasse perder-se a Índia.

A política de convénios e alianças preconizava-a Vasco da Gama que do mesmo passo aconselhara ao pessoal das feitorias a possível obediência aos rajás — segundo revela Duarte Barbosa, numa carta — procedimento esse que ainda seguiam, não obstante a flutuação dos pareceres. Não desagradava a Dom Manuel tal atitude a ponto de manter no pessoal das feitorias a obrigação de o informarem de quanto convinha ao seu serviço.

Acentuadamente radical uma dessas opiniões, conservadoras as do lado oposto, procediam supondo-se possuidas cada qual de mais acerto. Encarando o

caso sob a melhor luz de uma experiência de quatro séculos, ainda é difícil hoje em dia poder alguém pronunciar-se afoutamente na questão.

§ 8. O CAPITÃO-MOR ASSIM O QUIS

COMO ficou dito, pouco, além de 4 de Novembro de 1509, Duarte Barbosa assistia como intérprete em Cananor numa recepção do rajá de homenagem a Afonso de Albuquerque.

Os documentos conglobados na colecção das CARTAS encerram uma missiva para Dom Manuel, remetida de Cananor por Duarte Barbosa com data de 12 de Janeiro de 1513. Contém a notícia de uma viagem que fez ao reino e do regresso em 1511 com um alvará nomeando-o escrivão da feitoria de Cananor. O confronto das datas coloca esse embarque na monção de 1510.

A carta menciona os percalços que se sucederam contrariando a aguardada fortuna. Dois lugares de escrivão existiam na feitoria designados primeira e segunda escrivaninha, correspondentes naturalmente aos presentes primeiro e segundo-oficiais. O mando pertencia então ao capitão-mor por predominarem as conveniências militares da conquista e da defesa.

Os subsídios biográficos concedidos nessa carta levam a transcrever alguns dos períodos vertidos temporàriamente na linguagem actual, sem prejuízo da própria que será restituída ao aparecer adiante a carta na íntegra. Desta maneira será mais pronta a compreensão do leitor.

> Cheguei aqui no ano de 1511 com Dom Aires. O capitão-mor estava em Malaca . . . . .

Afonso de Albuquerque afastara-se da Índia nesse ano, para efectuar a conquista de Malaca donde regressou no meado de 1512 depois do que se cumpriu o alvará.

> Trouxe um alvará de Vossa Alteza para a primeira escrivaninha que vagasse em Cananor. Fui provido na de João de Ávila, por sua morte . . . . .

A assinatura de João de Ávila ainda aparece em um documento ([25]) de 25 de Abril de 1511. O nome de Duarte Barbosa só em 22 de Novembro de 1512 começa a divisar-se no expediente da feitoria ([26]). O falecimento de João de Ávila deve ter sido comunicado para o reino sendo provável que se participasse também o preenchimento da vaga como permitia o mencionado alvará. Deste modo tem completa explicação a consequência:

> Duarte Fernandes veio este ano para a escrivaninha de João de Ávila, com os seguros das naus da terra, ficando Pedro Homem, por feitor . . . . .

Foi grande o movimento no pessoal da feitoria: o feitor Gonçalo Méndes transferido para cargo

idêntico em Calecut; o primeiro escrivão Pedro Homem, promovido a feitor e conservado na feitoria. Se o mais recente, Duarte Fernandes, vinha apontado para a vaga de João de Ávila, como o afirma a carta, isto é, para segundo escrivão, isso implicava o acesso de Duarte Barbosa ao lugar que Pedro Homem deixava devoluto.

> Segundo a tenção de Vossa Alteza eu ficaria primeiro escrivão como era Pedro Homem, pois Duarte Fernandes trás no alvará a indicação da escrivaninha de João de Ávila. O capitão-mor entendeu o alvará como quis e proveu Duarte Fernandes primeiro escrivão, com os seguros de que aufere setenta mil réis, com parte também nos direitos do gengibre e drogarias; enquanto eu que trabalho melhor do que qualquer outro oficial pelo meu conhecimento da língua, fico com cinquenta mil réis exactos....

O signatário não inclue qualquer pergunta denunciadora de hesitação, tão certo está de ter compreendido tanto a determinação como a intenção do monarca. Às suas considerações torna-se lícito aduzir uma mais, que as conveniências recomendariam ocultar, de lhe haver o rei feito a dupla promessa de uma fortuita colocação imediata com regulação ulterior definitiva, favor de nenhum modo excessivo para um peticionário dotado como o circunstante da capacidade de intérprete.

A desolada expressão "o capitão-mor o entendeu como quis" define uma amarga queixa sem rancor, de um espírito familiar já dos desenganos, como se

dissesse que Albuquerque não patenteara o menor desejo de o favorecer, convicto de que a força do alvará se esgotara na posse da segunda escrivaninha.

> Beijarei as mãos de Vossa Alteza se ordenar que eu seja provido com justiça levando em conta o tempo de serviço, nomeando-me primeiro escrivão visto Duarte Fernandes trazer indicada no seu alvará a vaga de João de Ávila, e com isso me fará muita mercê.

Dom Manuel compreenderia logo o gravame expresso nesta carta, mas como intervir sem melindrar Albuquerque? Depois, como um dano geralmente nunca vem só, a adversidade juntou logo nesse ano, na correspondência regular que Albuquerque enviava ao rei, a notícia dos agravos recebidos do pessoal das feitorias ([27]) salientando Duarte Barbosa como o pior. A causa tinha de cair assim num completo desamparo.

> e asy senhor tiro Barbosa de cananor, porque ele he lyngua e causa de todas estas Revoltas....

Duarte Barbosa passou a servir na feitoria de Calecut. Os documentos do expediente contém a sua assinatura desde 18 de Dezembro de 1513 ([27]). Exposto como ficava nesta mudança a um mais forte vendaval de paixões, apenas a sagacidade movida pela sua ponderada reflexão o conseguiria capazmente defender.

§ 9. Socorro mais flagrante que oportuno

NA monografia publicada em 1898 sob o título Trabalhos náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII, o seu autor, Sousa Viterbo, inseriu os períodos iniciais de uma carta de 17 de Maio de 1514 com circunstanciada referência a um mandado de prisão movido contra Duarte Barbosa ([29]).

O volume VII das Cartas traz a pág. 122 o texto integral mas esse restante conteúdo versa já sobre diferente matéria. Conforme ele o notara, o contexto era bastante explícito para se perceber que fora expedida de Calecut e ia dirigida ao capitão-mor Albuquerque junto de quem os signatários procuravam justificar-se de não terem dado inteira execução à ordem comunicada dias antes ([30]).

O documento menciona as sucessivas fases da acção. O estafeta entregou na residência do rajá a correspondência que trazia de Goa para aquele reino. No dia imediato eram ali chamados Francisco Nogueira capitão da fortaleza e o feitor Gonçalo Mendes para receberem a que lhes era destinada, mostrando o rajá desejo de saber se alguma notícia havia respeitante a Duarte Barbosa.

Procedendo à leitura depois de deixarem o palácio, foram dando execução às ordens recebidas que incluiam a colocação daquele sob ferros e a sua remessa

sem demora num batel ao capitão da fortaleza de Cochim. Como não dispusessem de algemas e tivessem de ser forjadas, não remeteram imediatamente o preso.

Entrementes eram chamados segunda vez para os interrogar novamente o rajá do que havia sobre Duarte Barbosa. Não convindo furtarem-se à informação, contaram-lhe a natureza e extensão das ordens a tal respeito. Assim, ciente, disse-lhes o rajá que não usassem as cadeias, substituissem o encarceramento por uma menagem e nada fizessem sem seu mandado.

Ambos os funcionários manifestaram receios da falta que cometiam pela desobediência; mas o rajá tranquilizou-os prometendo que escreveria a assumir a responsabilidade e aguardaria a vinda de Albuquerque para lhe entregar o preso sem deixar de interferir no seu destino. Assim se fez, pois nada havia a retrucar.

Esse reino de Calecut fora sempre bem hostil aos portugueses. A fortaleza ali existente era puramente nominal, envidando Dom Manuel por torná-la efectiva. O rajá, contudo, não abrogava das suas qualidades de soberano independente e expelia qualquer domínio no seu estado.

O insucesso de conseguir a anuência do rajá para a edificação de tal fortaleza no porto de Calecut, era uma escorva que irritaria o impetuoso temperamento de Albuquerque. Francisco Nogueira seguira para ali a induzir as negociações na qualidade de embai-

xador, escrevendo Albuquerque aos oficiais e capitães domiciliados em Cochim e Cananor para darem àquele enviado todo o apoio ([29]). Em princípios de 1514, quando Albuquerque regressava a Goa, escrevia-lhe Francisco Nogueira a informar da dilação do assunto, salientando que a esses mesmos funcionários cabia sobretudo o malogro dos seus esforços ([31]).

Os rajás de Cochim e de Cananor receavam o maior poder do de Calecut e buscavam manter a aliança portuguesa que os havia favorecido na recuperação de territórios. Compreendiam que um entendimento dos portugueses com Calecut viria prejudicar essa equilibração política de que medravam. Tal luta inerme, servida apenas de uma estratégia de imaginativos meios, arrastava o conluio dos oficiais civis portugueses quando mesmo não lhes prazesse, para se manterem na melhor harmonia com os respectivos rajás.

A cena da prisão permite supor uma habilidosa urdidura, mas longe fica de uma farça pois que um dos seus personagens, Francisco Nogueira, só nela figuraria cautelosamente iludido. Mas para o aprazível desfecho concorreu o próprio Albuquerque cujos repentes se dissipavam de igual modo como surgiam. Mais empenhado que o seu monarca ([32]) em levantar a fortaleza, não contrariou o procedimento do rajá, dispondo-se todavia pelo sim e pelo não, a afastar dali Duarte Barbosa quando o permitisse uma oportunidade. Assentiram os fados que ela mesma se antecipasse na diligência.

Aproveitando a estada, pediu-lhe o rajá que concedesse a uns mercadores daquele porto, um salvo-conduto para uma viagem a Áden. Albuquerque anuiu com a condição de lhe custearem o fabrico de duas galés de que carecia para operações ([33]) no Mar Vermelho. Aceite a exigência, mandou Albuquerque desembarcar um dos carpinteiros de bordo para servir de contra-mestre aos artífices de Calecut e designou Duarte Barbosa para os efeitos de "feitor e negociante delas" ([33-34]). Dispondo isto, prosseguiu na viagem que trazia para Ormuz.

Desde esse período outro funcionário, Belchior de Carvalho, passou a referendar o expediente que transitava pela feitoria. O nome de Barbosa aparece sòmente na liquidação de créditos dos novos serviços de que estava incumbido ([35-36]). Tempo depois, Albuquerque escrevia de Ormuz ([37]) a instar com Duarte Barbosa pelo aparelhamento das galés que teria de utilizar dentro desse ano, plano que a morte tolheu.

Em 10 de Janeiro de 1516 aparecia ainda na feitoria de Calecut ([38]) Duarte Barbosa a receber dinheiro para um encargo cometido pelo novo capitão-mor Lopo Soares de Albergaria. Nenhum documento aparece a deixar supor o seu regresso ao anterior lugar de escrivão. Perdera-o de vez no trânsito para essa superintendência — não de construtor, situação de que o supuseram investido algum tempo — antes, talvez, de comprador e de responsável depois pela carga.

§ 10. Por um mínimo acertava

AS investigações efectuadas na Torre do Tombo conducentes à publicação Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII, patentearam ao Sr. Sousa Viterbo um alvará datado de 12 de Janeiro de 1517 nomeando para uma escrivaninha da feitoria de Calecut um indivíduo portador do nome Duarte Barbosa.

A obra pretendia fornecer uma relação dos nomes acompanhados da respectiva notícia biográfica, de quantos se envolveram nas explorações marítimas nacionais naquele decurso de dois séculos. Era de esperar que a atenção do autor dispersada por tão largo número de figuras, se distribuisse desigualmente, e melhor, pelas que contivessem mais evidente notoriedade.

Não passava pela imaginativa dos secretários dirigentes doutro tempo que decorridos três séculos, as gerações sequentes viessem a remexer na papelada enchida com as determinações dos monarcas, e pretendessem examinar os documentos para reconstituir o viver passado e fluí-lo em livros, em telas e com mais ilusiva movimentação ainda, nos palcos. Não tendo necessidade de precisas identificações porque ninguém se substituiria ao próprio na apresentação dos alvarás, os escreventes legaram grandes embaraços aos modernos

investigadores que se metem em palpos de aranha para conduzirem as pesquisas onde tenham de efectuar destrinças nas parecenças de nomes. Na apropriação deste alvará inclinou-se o Sr. Sousa Viterbo pela existência de um personagem de nome igual ao possuído pelo escrivão de Cananor.

De sorte, sucedeu ter saído neste caso o alvará bem recheado de circunstanciais concedidas no provável intuito de louvar, tecendo entre si um verdadeiro fio condutor na frase: "havendo respeito a nos ter bem servido nas partes da India e nos ora tornar lá a servir". Esta deixa só seria impercebível num momento em que a atenção estivesse estirada numa prolongada labuta, pois que o conteúdo não aproveitava a um principiador e mostrava-se ajustada a um funcionário de carreira.

Na frase desvenda-se o paradeiro do escrivão de Cananor. Encontrava-se em Lisboa, havendo saído da Índia em princípios de 1516 a fim de tentar readquirir a perdida nomeação. O rei elevara-o desta vez a cavaleiro da sua casa ([39]) reconhecendo bondade e discrição nos seus actos. Aquelas acusações formuladas por Albuquerque esboroaram-se ante os factos como os veio depor o oficial competente de quem o monarca aguardava a uniformidade de proceder. No tocante ao lugar concedia-lhe uma escrivaninha na feitoria de Calecut.

Tendo Duarte Barbosa adquirido uma esposa — possivelmente em Portugal, nessa estada — com ela seguiu para a India na frota largada do Tejo em 9

de Abril de 1517, composta de seis navios sob comando de António de Saldanha ([40]). Partia com instruções de ir proceder a um cruzeiro no Mar Vermelho.

Lopo Soares de Albergaria também havia recebido iguais ordens pelo que partira de Goa nesse ano a estabelecer o cruzeiro. Saldanha vinha libertá-lo da incumbência, trazendo o rumo provável destinado a buscar o seu encontro. A frota, porém, desmantelou-se numa acidentada viagem levando-o à arribação na Índia onde fundeou a 17 de Setembro.

Mas um dos barcos, desgregado da frota, ou por determinação de Saldanha para remeter a correspondência destinada a Albergaria, ou pela dispersão tomando assim um rumo prèviamente cometido, seguiu ao longo da costa oriental africana, transpôs o cabo de Guardafui e foi avistar-se com a esquadra de Lopo Soares um pouco ao sul do surgidouro mais actual de Djibouti.

Regressava já do Mar Vermelho, de efectuar operações, e o comando dispunha-se a assaltar um porto e povoação situados nesse sítio chamado Zeila. Deu-se por tal concorrência a ocasionalidade de presencearem o assalto aqueles que iam embarcados nessa nave separada, contando-se nos assistentes Duarte Barbosa, permitindo-lhe a fortuita circunstância, poder asseverar mais tarde ter contemplado esse feito.

A deposição de haver visto com os próprios olhos a tomada de Zeila e a sua paragem por aquele lugar nesse preciso momento, poderiam conceber-se de dois

modos: como simples expectador por virtude deste explicado encontro, ou como combatente na expedição de Albergaria.

Quando à última eventualidade contraria-a o facto da expedição haver largado de Goa em Fevereiro ([41]) data essa em que Duarte Barbosa se conservava ainda em Lisboa aguardando embarque; ao passo que a hipótese do encontro harmoniza-se de maneira bem adequada com a viagem de regresso à Índia encetada dois meses depois.

§ 11. Submissão à tarefa de escritor

UMA carta datada de 1520, de Cochim, apresenta Duarte Barbosa colocado na feitoria de Cananor. Chegado à Índia pelo declive do ano de 1517 com o alvará que lhe destinava uma das escrivaninhas de Calecut, o que não podia ser alterado sem conhecimento e nova indicação do rei, não é demasiado o intervalo entre essas duas datas concedido à referenda. A resultante inactividade exigida por esta delonga, poderia atenuá-la o capitão-mor criando-lhe uma ocupação temporária. No âmbito de tal conjectura, o mister mais adequado seria o preparo de um livro sob demarcado plano.

O trabalho realizado não constitue pròpriamente um roteiro destinado a mareantes. Não menciona latitudes, pouco fala das marés, nada do curso dos ventos e das conhecenças dos portos. Logo se devisa que o autor nunca fora profissional do mar. Tomou antes o aspecto de guia comercial buscando proporcionar informações utilizáveis nos negócios. Passando em revista os portos de valor mercantil, menciona-os numa sucessão regular na navegação do Mar Índico, desde a costa africana até aos confins da China.

Anota na derrota os rumos seguidos na efectuação dos percursos, aparecendo uma ou outra vez a distância a que o avanço deixa o porto precedente. Vai incluindo as ilhas vizinhas declinando o seu tráfico, aparecendo já no itinerário bastantes da Malásia actual. Mas mais além a narração começa a enveredar por páramos crescidamente recônditos para atingir no país dos Léquios seu término.

O último item do rol com a sua representação natural no grupo das ilhas de Liou-Kiou, parecia abranger as já reveladas terras além da China, ligadas à extensão continental que se aproximava da Europa e era representada nos mapas de então como "a ponta oriental da Ásia".

O assento acerca de cada porto começa pela lista dos produtos aí descarregados. Cita em seguida os lugares donde eles vêm e os mercados que lhes destinam; alguns dos ancoradouros que desse transporte aproveitavam, tinham maior função como lugar de abrigo ou de refazimento das provisões. Desdobra depois a enumeração das mercadorias produzidas nos interiores correspondentes, e trazidas aos litorais para gasto nas permutas. Aproximam-se tais quotas das referências sobre importação, exportação e reexportação das modernas publicações de estatística.

Entretanto vai lançando um olhar indagador quanto a aparências para inteirar-se da mediania ou riqueza que haja no povoado, firmando os juízos pelo tamanho e aspecto das edificações, pelo vestuário dos mercadores e pela ostentação das mulheres, os índices que menos falham. Se o lanço-de-olhos recolhe na sua passagem qualquer estranheza, apura o que a constitue e acrescenta esses períodos explicativos com notação impressionista.

Não esquece as aquisições portuguesas. Dá a menção das dispersas praças fortificadas e dos cometimentos famosos marcando-lhes datas rigorosas, mas narrados sob singelos informes desvestidos de comentários encomiásticos como se melhor coubesse à intimidade do leitor o apreço da celsitude de harmonia com o seu sentir.

Mereceram-lhe os países da península indostânica a distribuição de uma quarta parte do texto. Alarga-se mais com os da costa do Malabar conhecidos pela própria residência. Como alguns se estendiam além dos Gates, teve de referir-se aos centrais que lhes ficavam vizinhos e, para não deixar incompleta a relação, incluiu também os já distantes, situados na contra-costa.

Enumera as castas em que a população se parcela definindo as consecutivas características. O complexo estudo etnográfico discrimina ainda os actos de vida civil, os festivais periódicos e as cerimónias litúrgicas dos ritos.

Uma inata tolerância e instintiva conduta aliadas da recebida educação, facultaram-lhe a entrada em certos recintos de habitual resguardados da presença de estranhos. Recebido e estimado de pessoas elevadas, parece certo que lhe era concedido um agasalho igual, se não maior, ao que teria se houvesse nascido entre eles.

As lutas intestinas, guerras de conquista, suseranias de nações europeias, novos centros produtores, apagaram as veredas de outrora e essa separação concorreu a que pudessem ser detraídas as descrições difundidas pelo livro, como inquinadas de fantasia. Os usos tradicionais mantiveram-se contudo em várias plagas encobertas por acidentes inacessíveis aos antigos meios de comunicação. Com os progressos modernos, os investigadores puderam observar aí os costumes olvidados, reconhecendo que aparte ténues detalhes considerados como variantes locais, as narrativas do livro eram fundadas.

Vários factores se associaram arrastando o decaimento de povoações cuja localização chega a ser conseguida se restam traços dos fundamentos. Umas vezes eram assolações que iam até à incineração dos povoados; outras vezes assoreamentos, sobretudo em portos situados nos deltas, que a insuperável inacessibilidade forçava a abandonar de todo. Algumas das mencionadas no livro haviam já desaparecido pela acção dessas forças.

As designações toponímicas careceram, por sua vez, de que se lhes fixasse, pelo menos convencionalmente, uma forma correcta desde que os livros e mapas de outrora mostravam variabilidades como o caso de Afun, na costa africana, apresentando-se sob estes múltiplos aspectos: Afuni, Affuni, Ofoni e Orfuni.

Para esta confusão concorreram sensivelmente os árabes pronunciando com a sua acentuação racial os nomes indígenas possuídos pelos portos do Índico. Chegou a vez de os transmitirem assim modificados aos primeiros nautas portugueses que zelosamente buscavam conhecer esse mar. Por seu turno, estes marítimos dotados de desigual acuidade auditiva, lançavam nos seus roteiros as aprendidas nominações com os casuais prejuízos, e adicionavam-lhes da própria mão mais um último resultante das indecisas grafias com que na sua linguagem eram representados os sons.

Estas e outras dificuldades tiveram de ser removidas pelos tradutores ingleses mas mais exaustivamente pelo segundo que se devotou a uma lide de beneditina paciência enveredando pela etimologia dos termos para atingir as suas formas plausivelmente perfeitas. Idêntico trilho seguiu para conseguir explanar várias designações, umas nativas, outras exóticas, aplicadas a produtos naturais e também a manufac-

turas que constituiam um comércio de prezados artigos no qual se reflectiam tanto o luxo como o conforto daquelas refulgentes civilizações do Oriente.

Expressões houve porém que resistiram a uma livre ou instada delação, prontas ainda a devorar a curiosidade dos que assomem impelidos a decifrá-las, até chegar a vez de um futuro Oedipo encontrar a chave do seu sentido.

Quadra-se transcrever aqui um trecho do livro como uma ilustração da matéria versada. Elege-se para o caso o terminativo parágrafo, pela adequação de oferecer numa sóbria medida a norma geral do texto.

§ 127. Léquios

NO mar que fica em frente desta grande terra da China há muitas ilhas, para além das quais desdobra-se uma muito extensa terra que dizem ser continente. Daqui todos os anos vêm a Malaca três ou quatro navios semelhantes aos dos chins, pertencentes a um certo povo branco que diz-se serem grandes e ricos negociantes.

Trazem uma grande quantidade de ouro, prata em barras, seda e panos ricos, grande quantidade de bom trigo, finas porcelanas e muitas outras mercadorias. De Malaca tomam as mesmas mercadorias que os chins costumam tomar.

O povo de Malaca diz que eles são gente melhor e mais consumados e opulentos negociantes do que os chins. Desta gente conhecemos muito pouco porquanto eles não voltaram ainda a Malaca depois que ela ficou sob o domínio de el-rei nosso senhor.

Sente-se que uma maga influência tornava mais fluída a tinta, distanciando as orações dos moldes então em uso. Era o encanto oriental operado pelo íntimo contacto com o remanescente espírito de civilizações que na sua órbita de formação e ruína ofuscaram aqueles povos na precessão imensurável dos séculos.

§ 12. A laboração dos livros

OS primeiros assentamentos diligenciados numa base expectante, constituíram-se com pessoal de ocasião, desembarcado das naus para formarem as junções sucessivas de duas feitorias. À medida que se conseguiu uma maior segurança, os funcionários administrativos passaram a sair de um recrutamento peculiar dando-se-lhes o sobrelevado encargo de relatarem acerca do que o monarca lhes pedisse informação. Tais obrigações afizeram-nos à correspondência epistolar e como perseverantes mestras, acabaram por lhes comunicar um proporcionado engenho nas letras.

Aos informes que Albuquerque ia recolhendo dos seus giros ajuntou, depois de ascender a capitão-mor, as notícias obtidas de expedições enviadas aos países apartados das direcções percorridas. Um passo dos

COMENTÁRIOS, inteira do facto na parte 4.ª e cap. XX, ao descrever a circunstância que segue:

> "....Na companhia destes embaixadores vinha Manuel Fragoso, que ele tinha mandado com António de Miranda ao rei do Sião, para lhe fazer UM LIVRO de todas as cousas, mercadorias, trajos, e costumes da terra, e da altura em que os portos dela estavam, que Afonso de Albuquerque com os presentes mandou logo a Dom Garcia de Noronha, para que nas naus da carga, que estavam prestes para partirem para estes reinos, os mandasse a el-rei Dom Manuel.

Muitos desses livros perderam-se com o volver do tempo, mas é possível citar alguns nomes que perduraram como: a SUMA ORIENTAL, COMEÇANDO DO ESTREITO DO MAR ROXO ATÉ À ÍNDIA, de Tomé Pires; a NARRATIVA, de Domingos Pais; a CRÓNICA, de Fernão Nunes (42); e também, a NAVEGAÇÃO À ÍNDIA ORIENTAL (ou, ÀS ÍNDIAS ORIENTAIS), de Tomé Lopes (43).

Diogo Barbosa Machado na sua BIBLIOTECA LUSITANA, citando o primeiro (44) dá as seguintes notas do autor:

> Tomé Pires era escrivão da feitoria de Malaca. Como entendido em matéria de Botânica, foi escolhido pelo governador da Índia para uma missão na China a fim de observar as plantas e ervas medicinais deste país. Essa missão não foi recebida pelo Imperador, ao mesmo tempo que o detinham como suspeito de exercer espionagem. Veio a falecer pouco depois, em 1522, durante o seu encarceramento.

Não dá menção dos dous seguintes pelo que se depreende não haver tido conhecimento dos seus respectivos manuscritos.

Os apelidos palpitam na sua singeleza, a origem um tanto humilde de seus possuidores cingindo-os à única camada donde despontavam os exercitantes das letras pois que os nobres escolhiam a carreira das armas mais concessiva de recompensas e promoções. Do mesmo fundo proviria Duarte Barbosa mas hábeis dotes ingénitos auxiliaram-no na efectuação do labor e prepararam à obra resultante, a sua primazia entre as demais.

A narração adoptou o tom impessoal. As diminutas vezes em que se nota o emprego da primeira pessoa, de preferência aparece o plural como se o texto quisesse dizer: nós, os Portugueses. Salvo omissão, uma única vez utiliza o singular. Descrevia então uns insólita usança observada perto de Zeila parecendo-lhe que tal extravagância despertaria desde logo a incredulidade de quem quer que lesse a asserção. Tomado desse receio, recorreu a uma forma mais enfática de tornar credível o que contava, e afirmou com o seu próprio testemunho: "Eu estive presente à tomada de Zeila".

Não obstante esta nota pessoal, o livro saiu anónimo e inominado das mãos do escritor. E do mesmo modo permaneceria se ninguém lhe houvesse posto como distintivo esta simples legenda na fronte: "o livro de Duarte Barbosa". Quem tê-la-ia escrito? Pode indigitar-se o cuidado a quem rece-

beu o manuscrito e o conservou de suá guarda para no devido tempo remetê-lo ao reino.

Numa passagem das LENDAS ([24]) lê-se isto:

> "..... alguns que nisso se ocuparam, de que vi alguns volumes e mormente um livro que disso fez Duarte Barbosa ...."

e esta significante coincidência de ir além de unidade o quantitativo que lhe transitou sob a vista, permite induzir que ele consubstancie o desconhecido personagem. Torna-se assim plausível que Gaspar Correia desprendidamente se tornasse o paraninfo da narração.

Não causa embaraço estabelecer com suficiente rigor a idade do manuscrito. Como encerra duas acções históricas ocorridas em 1518 e nenhuma de data ulterior, convém assinalar-lhe esse ano como o da sua preparação que se estendeu provàvelmente pelo seguinte. Qualquer circunstância interveio a acelerar a conclusão. O apressuramento é conjecturado pelo Sr. M. L. Dames que o fundamenta no aparecimento de uma referência duplicada versando sobre o reino de Otisa e do encontro de algumas passagens menos claras do texto ([45]).

Por Setembro de 1519 estaria já de volta na Índia o alvará referendado com a colocação definida em Cananor. Esse facto concorreria a apressar o trabalho entre mãos, talvez pela exigência ou mesmo conveniência do desempenho imediato do cargo.

§ 13. A BORRASCA DOOU MAIS QUE A BONANÇA

QUANDO iam seleccionando os documentos de vária ordem destinados a constituir a valiosa colecção publicada sob o título de CARTAS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE, por acaso caiu na escolha uma missiva datada de 1520 escrita por Nuno de Castro, escrivão da feitoria de Cochim, que sob as preceituadas normas informava o monarca acerca dos negócios da Índia. Embora se percebesse o lapos a tempo de a excluir da selecção pela data já bastante ulterior do período circunscrito pelo objectivo, o académico nesse momento ocupado na colectânea, Sr. Henrique Lopes de Mendonça, decidiu inseri-la sob a sugestão comunicada por uma das contidas referências.

A carta proporciona entre outros artigos, o rol do pessoal civil e militar estacionado ao tempo na Índia em serviço do rei. Verifica-se que no pessoal de Calecut não está contido o nome de Duarte Barbosa; no de Cananor encontra-se um escrivão tratado apenas pelo apelido de Barbosa; em nenhuma outra parte se nota a menção total ou parcial do seu nome.

Posta em linguagem corrente, a lista do pessoal do Cananor ([46]) dá como existentes ali as seguintes individualidades: Dom Aires, capitão da fortaleza; António de Carvalho, feitor cujas funções passavam

para o recém-vindo Pedro Barreto; o escrivão Barbosa; outro escrivão de que não declina o nome; e Álvaro de Brito, alcaide-mor. Não passa o documento de uma epístola confidencial em que os personagens são apresentados com grande simplicidade mas suficiente clareza para quem ia dirigida, por se encontrar bem ao corrente dos factos.

Que se trata de Duarte Bárbosa não há a menor dúvida desde que outros documentos vieram coadunar-se em jus dessa interpretação. Um, apontado pelo Sr. Sousa Viterbo nos seus TRABALHOS NÁUTICOS sem reprodução de algum excerto, é desta maneira explanado:

> Este documento é uma carta escrita em Cananor a 15 de Janeiro de **1527**, em que se informa el-rei do estado dos negócios da feitoria. É assinado por três indivíduos, não se podendo ler já o nome de um deles, por o papel se achar nesse sítio deteriorado. As duas outras assinaturas, salvas felizmente para o nosso caso, são de Bastyã Reys Maresym e Duarte Barbosa. Cotejando a assinatura deste último com a da carta de 1513 vimos que eram inteiramente idênticas.

A notada ruína do documento aconselhava a reprodução da assinatura, ou melhor, das assinaturas para o confronto, restando a afirmação autorizada de quem o constatou. Por defectivos que pudessem ainda ser tidos estes dous testemunhos, a deposição acorda com um passo da 4.ª DÉCADA DA ASIA que varre toda a dúvida.

João de Barros quando falecia em 1570 deixava um quarto volume que deveria prolongar as DÉCADAS DA ÁSIA. Cerca de cinquenta anos depois, Filipe II de Castela nomeava cronista-mor o cientista português João Baptista Lavanha, encarregando-o de imprimir essa DÉCADA, trabalho que ele veio a concluir em 1615.

No aviso com que abriu o volume, Lavanha confessa que teve mais trabalho em reformar os dez livros componentes do rascunho a si entregue do que teria se inteiramente os compusesse. Assentou o seu amanho com os materiais recolhidos da Casa da Índia cujos documentos podia manusear por faculdade do ofício. Nessa DÉCADA introduzia Lavanha uma menção de Duarte Barbosa pelo modo recolhida, como se depreende, da leitura dos documentos.

Foi o autor da BIBLIOTECA LUSITANA que na entrada deferida ao nome de Duarte Barbosa, dá notícia da referência. Encontra-se a menção no livro IV, capítulo III do volume de Lavanha, ao abordar o facto de Diogo da Silveira dirigir uma esquadrilha que, cruzando na costa de Calecut, procurava todo o dano possível à navegação desse reino. Decidindo-se o respectivo rajá pedir paz ao novo capitão-mor Nuno da Cunha desembarcado em Goa a 22 de Outubro de 1529, deu este aos emissários todo o agasalho e a resposta em que estipulava as condições da concórdia.

Eis as palavras de texto:

> Esta resposta houveram os Naires escrita por apontamentos, os quais Nuno da Cunha mandou a Diogo da Silveira, e recado a Duarte Barbosa Escrivão da Feitoria de Cananor, que se fosse para Diogo da Silveira para intervir neste negócio com ele, por ser muito versado nos modos, e costumes dos Malabares, e saber bem sua língua (47).

Nisto parece não haver guarida nem a confusões nem a erros cronológicos. Estavam decorridos perto de treze anos sobre o alvará que renomeara Duarte Barbosa escrivão, e prestes a completarem-se oito da morte de Dom Manuel. O modesto escritor não obtivera em tão longo lapso a menor promoção, correcto prémio que poderia advir do seu manuscrito. Preciso seria que acendesse a sua lâmpada em Lisboa, mas a bonança que o cercou nesses anos suprimiu-lhe toda a oportunidade de nova romagem que permitisse depor a oferenda votiva.

§ 14. A CESSAÇÃO DE NOTÍCIAS.

ESTAS datas das últimas conhecidas menções acerca de Duarte Barbosa — 1517, 1520, 1527, 1529 — com a atribuível, 1519, do averiguado livro seu, comparam-se a poldras colocadas pelo acaso para se

poder transpor os vaus dessa vaga parte do circuito de sua vida. A anterior porção decorrida na primeira década do século quinhentista, aproveitou maior elucidação do monumento literário erigido ao conquistador de Goa, nas CARTAS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE, que utilizou todos os testemunhos preservados do seu tempo.

Alguma semelhante homenagem que viesse a erguer-se a qualquer laureada figura das duas décadas seguintes, operando novo revolvimento nos arquivos, talvez trouxesse à tona os jacentes dados para preenchimento dos lugares vazios, nos vários títulos do expediente administrativo onde apareceria aqui e além qualquer dos actos do escrivão ou do intérprete.

Diz Castanheda na HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO E CONQUISTA DA ÍNDIA PELOS PORTUGUESES (10) que em Cananor conheceu ainda um dos vinte ali deixados em 1502 por Vasco da Gama. Residindo em Goa, visitou aquela feitoria propositalmente para colher subsídios históricos dos mais antigos que por lá demorassem. Cita o nome desse encontrado dianteiro, João da Vila, o que quer dizer não ter visto ali Duarte Barbosa cujo nome participava dessa vintena e acerca do qual obteve informação.

Em que ano teria Castanheda visitado Cananor? Não o chegou a dizer mas deixou a magra ensancha que permite conjecturá-la além de 1531.

A ausência de Duarte Barbosa poderia derivar de haver regressado ao reino. Mais plausível é que afei-

çoado a essa terra onde lhe decorreu a juventude e grande parte da amadurecida idade, a escolhesse para guarida dos seus despojos.

Ignorados eram o seu nascimento, filiação e naturalidade. Incerta ficou igualmente a sua jazida e a data do falecimento. Este deve ter ocorrido, na hipótese de se haver verificado em Cananor, nas imediações do ano de 1531, certamente seguindo a sua idade na série dos quarenta.

Não são de estranhar estas lacunas pois que naquele tempo já não era desfavor conservar-se qualquer menção da fase mais activa das existências empreendedoras. Os registros da sua aparição e ocaso eram próprios mais das personalidades de grande estirpe.

O monarca Dom Manuel conceituara muito o tio, Gonçalo Gil, manifestando a sua avaliação num documento (9). A influência que uma tal estima pudesse exercer junto do rei, minuiria como é usual com o passamento da pessoa, de pouco servindo a seus herdeiros.

Com Duarte Barbosa é significante a obtenção das suas pretensões em 1510 e 1516, ambas conseguidas entre a chegada das naus da sua viagem e a partida das da seguinte, com a máxima redução possível da sua demora em Lisboa. Perante o rei, ele teria tido o ensejo de declinar o grau de parentesco e da afeição de seu tio, o que sobremodo prazeria àquele conhecer; mas a franca aceitação pelo paço deveria ter-lhe sido proporcionada por meios bem mais poderosos.

Não custa a aceitar que da primeira vez viesse recomendado pelo rajá de Cananor, e da segunda, pelo de Calecut. Numa qualidade parecida à de um enviado que leva como credencial a carta repleta de afáveis cumprimentos, faziam-no portador ainda de uma valiosa prenda que possuiria o mérito de interceder pela concessão solicitada, maré propiciadora de que os orientais se instruiam nas condescendências grangeadas pelas suas oblatas aos deuses.

As habilitações pessoais impresionariam; o próximo parentesco com um extinto servidor leal do rei comoveria; mas não possuiam o condão de se fazerem receber do monarca. Se os merecimentos alguma vez interferiam na provisão de um lugar, as mais das vezes vinham a ser adquiridos melhor ou pior do próprio exercício do cargo.

II

OS HOMÓNIMOS

DE

DUARTE BARBOSA

§ 15. O marujo da frota de Magalhães.

PRENDE-SE o assunto pelas suas radículas na conjuração delatada em 1483 de que era chefe o duque de Bragança, Dom Fernando, tendo a cumplicidade de maior nobreza do reino. O irmão, Dom Álvaro, conseguiu refugiar-se em Espanha levando consigo dois sobrinhos menores assegurando pelo êxito desse acto, a sucessão do ducado no primogénito, Dom Jaime. Os reis católicos deram ao foragido tratamento condizente da jerarquia, estabelecendo-o em Sevilha de onde não volveu ao seu país.

A antipatia resultante da conjura que Dom João II desde então ficou nutrindo pela mais privilegiada nobreza do reino manifestava-se ainda por ocasião da crise sobrevinda com o falecimento em 1491 do príncipe herdeiro, seu único filho legítimo, propendendo acentuadamento por levar à sucessão um filho bastardo que possuia. Alguém de sua intimidade o avisou das lutas intestinas que resultariam de tal escolha e as razões apresentadas convenceram o monarca a desviar-se do afagado desejo. Veio assim a nomear herdeiro da coroa o irmão da rainha, seu primo e cunhado duque de Beja, Dom Manuel, irmão do duque de Vizeu, Dom Diogo, que a lenda dá apunhalado pela própria mão do rei para se premunir de ser por ele assassinado consoante a advertência que tivera.

Acedendo assim ao agrado da rainha que seria a primeira a opor-se à aclamação do bastardo, não deixava todavia de recear do adoptado herdeiro o indulto aos criminosos com a restauração dos bens pela sua justiça confiscados. Sob tal influição estipulou no testamento como pacto da herança, que o seu sucessor nem autorizasse o regresso nem empossasse os descendentes nos títulos e bens suprimidos, recomendação que deixava também aos nobres do seu Conselho.

Bem ineficazes viriam a ser essas medidas uma vez aclamado o novo rei, desde que o seu poder absoluto não lhes prestasse a carecida veneração. Dom Manuel não adoptou a cláusula ao pé da letra pendendo antes a favorecer a Casa de Bragança. Seis anos volvidos da sua acessão ao trono, na frota enviada à Índia sob o comando de João da Nova, em 1501, uma das quatro naus que o compunham era pertença de Dom Álvaro de Bragança e seguia aparelhada à custa dele, levando por feitor um criado ou mordomo de sua confiança, tendo por nome Diogo Barbosa.

Não seriam compensadores os interesses auferidos dessa experiência pois não consta ter-se associado às seguintes expedições. Diogo Barbosa consorciou-se com uma dama de Sevilha obtendo desse modo a tácita qualidade de *vecino* ou cidadão do mesmo burgo, e por essa ou qualquer outra razão ali definitivamente ficou.

Em 1517 passando Fernão de Magalhães à Espanha para alcançar dos monarcas o contrato de uma navegação às Molucas, teve de demorar-se em Sevilha porque a cidade era a sede das preparações marítimas ligadas com os descobrimentos, onde portanto se dava o desembaraço às inerentes formalidades. Nessa detença Magalhães relacionou-se com Diogo Barbosa acabando por tornar-se seu genro.

Não pode excluir-se uma inclinação pela parte do noivo, muito usual quando se acentua a diferença de idades, como neste caso em que a noiva bem podia passar por sua filha; mas a precedência do desposório sobre a homologação do contrato da viagem, leva a crer que nisso mediasse interesse.

O regente Dom Carlos I que se tornou depois cumulativamente imperador da Alemanha sob o nome de Carlos V, era um mancebo voluntarioso sobre o qual só possuiam algum ascendente uns íntimos companheiros naturais da Flandres que trouxe consigo desse seu país natal quando veio para Castela. Foram esses exactamente os procurados pelos protectores de Magalhães, para as ultimações do contrato decorrerem encaminhadas sob a sua influência. Conhecedores por experiência própria, do bairrismo dos Castelhanos que consideravam o Novo Mundo uma conquista de Castela e nem concordavam que a partilhassem os outros reinos da Espanha, é natural que entre os avisos deles houvesse o de não aparecer Magalhães como um negociador estrangeiro. Ora

a sua naturalização era adquirível pelo simples acto nupcial que dava logo a qualidade de *vecino* de Sevilha, dependente do reino de Castela.

Magalhães entrou na Espanha, como costuma dizer-se, com o pé direito, isto é numa oportunidade que estava aguardando quem a servisse. Apesar dos reiterados entraves postos principalmente pelo governo de Dom Manuel, a influência favorável triunfou pela aprovação e assinatura do regente no contrato que concedia a Magalhães o comando de uma expedição ao arquipélago das Molucas seguindo a rota de Oeste.

Concluídos o arranjo das naus e os seus aviamentos surdiu a hora de recrutar a equipagem. As ordens vindas, mandavam contratar quanto possível profissionais espanhóis, marcando mesmo um estreito limite a tripulantes portugueses. Nesta fracção entrou um sobrinho de Diogo Barbosa, criado do bispo de Ciguença de cujo emprego se despediu para ser alistado como sobresselente ([48]) de bordo ao serviço pessoal do comandante. De tal condição se depara que esse indivíduo, de nome Duarte Barbosa, não era embarcadiço visto não ter ficado entre o pessoal mareante, participando ao envés, da quota pròpriamente militar da expedição.

A 10 de Agosto de 1519 a armada largava da cidade de Sevilha e descia o Guadalquivir para fundear em San Lucar, junto da foz, de onde desferia em 20 de Setembro para o mar. Compunham-na cinco naus, sendo seus nomes: *San Antonio*, *Victoria*, *Conception*,

Trinidad e *Santiago*. As três primeiras levavam comandantes naturais da Espanha, escolhidos pela Casa de Contratação, de Sevilha, e nomeados pelo monarca, respectivamente: Juan de Cartagena, com a acumulação de vedor da armada; Luís de Mendoza, acumulando igualmente as funções de tesoureiro-geral; e Gaspar de Quesada. A *Trinidad* comandava-a Fernão de Magalhães, tornando-a assim nau capitânia, seguindo a última sob o conhecido piloto João Serrão, nascido em Portugal, havia tempo ao serviço de Castela.

Dom Carlos usou da maior lealdade com Magalhães munindo-o dos mais latos poderes de que pudesse carecer na viagem; mas não deixou de o impressionar a aleivosa campanha que o advertia da perfídia incluída nos planos dessa viagem. Decidiu-se então a contrabalançar as fantasiosas tendências fementidas do navegador, pelo prático modo de dispor em mãos de espanhóis a maioria dos comandos a par do limitativo número concedido a tripulantes portugueses

A escolha desses comandantes era porém hàbilmente apresentada sob o imperioso motivo de seguir prevista a sucessão na chefia. As instruções subscritas pelo monarca e dadas sòmente a um deles, Juan de Cartagena, com a qualidade atribuída de *conjunta persona*, deixavam entender que lhe caberia a sucessão, não contendo todavia isso expresso. As indicações secretas partiriam da Casa de Contratação ou, melhor ainda, do bispo de Burgos, superintendente nos assuntos de descobrimentos e amigo particular de Cartagena.

Assim providos, calcularam os três comandantes tornar-se uma norma usual o pedido de seus pareceres; no primeiro pretexto aproveitado por um deles para levantar a grimpa, o comando-mor fez-lhe logo sentir que ali havia só um a mandar e os outros a obedecer. O modo rude denunciador do zelo obcessivo do seu poder, a par da arrogância nacionalista, audaz pela oculta força concedida ao lado oposto, foram atiçando o foco da malquerença que tornou o comando e subcomandos incompatíveis e inclinados a uma luta dissimulada sem transigências.

Logo no primeiro trecho da viagem Magalhães destituiu Cartagena do comando da *San Antonio*, colocando-o na *Victoria* sob prisão com menagem. Ficou substituindo-o o contador da mesma nau, António de Coca ([49]); mas na altura da baía do Rio de Janeiro — designada então, de Santa Luzia — emendou Magalhães a sua ordem provendo nesse cargo um primo coirmão, português portanto, de nome Álvaro de Mesquita contratado também como sobresselente e seu criado, no âmbito da maior comitiva que era permitida ao primeiro comando da frota ([48]).

Transposto o rio da Prata, conhecido ao tempo por rio de Solis, seguiam já abeirados do Inverno Austral. Encontraram então a 49° 20' de latitude um porto que Magalhães nomeou de São Julião adequado a poderem nele hibernar. Aí fundeou a armada com tal fim a 31 de Março de 1520. Aproveitaram-se os indispostos comandantes de deliberação para

um levantamento da marinhagem, defendendo o regresso à Espanha em vez da dilatada permanência naquele abrigo de aspecto desoladíssimo.

Teve começo a insubordinação na noute do dia imediato. Os revoltosos prenderam aquele Álvaro de Mesquita para se assegurarem da nau *San Antonio* dispondo assim de forças superiores. Nesse assalto conduzido por Gaspar de Quesada, feriu este mortalmente o mestre da nau que tentou obstar ao aprisionamento do comandante Mesquita.

Magalhães conseguiu dominar a sedição autorizando o sacrifício da vida de um dos chefes, recaindo a escolha em Luís de Mendoza; acto audacioso levado a efeito por um emissário que sob o pretexto de lhe entregar uma carta pôde dele aproximar-se. Essa expiação bastou a que os dois outros chefes se rendessem.

O cadáver de Mendoza foi esquartejado a 4 de Abril na praia. Três dias depois era ali decapitado Gaspar de Quesada sob a culpa do assassinato do mestre, e esquartejado em seguida. Cartagena ficou sob prisão para ser abandonado nesse local juntamente com o clérigo Pedro Sanches quando a esquadra retomasse a derrota.

Dada por finda a hibernação a 24 de Agosto suspenderam os ferros. A frota ia reduzida da nau *Santiago* submersa algumas léguas a sul numa exploração ordenada ao longo da costa. A sua tripulação toda escapa fez o regresso por terra. Provendo em duas das naus os comandos vagos pelas sentenças, deu Magalhães o da *Conception* ao desprovido João Serrão, e o da *Victoria* a Duarte Barbosa.

É singular a protecção concedida aos dois parentes, um afim outro consanguíneo, erguendo-os sem gradação de um extremo ao diametralmente oposto na escala dos acessos. Percebe-se assim quanto predominava nos comandos o alento militar e quão subordinados seguiam os práticos da ciência náutica. Todos os comandos passavam a mãos de portugueses o que tornava a cooperação mais sujeita. Mas como Magalhães não dispunha de poderes especificados para indigitar nominalmente a sucessão assegurada pelo monarca mas destruída com as sentenças, esta ficava eventualmente entregue aos comandantes.

Tendo hibernado nas proximidades do teatro das explorações concebidas, Magalhães ficara habilitado a proceder desde o começo da primavera, tendo diante de si uma quadra e um lapso de tempo favoráveis a poder distanciar-se levando as buscas até 75° de latitude se necessário fosse. Esta conduta fagueira do anelado êxito, adquirida de intuição ou por conselho do cosmógrafo seu associado Faleiro, acautelou-se Magalhães de a revelar a quem quer que fosse *inclusive* os seus subcomandantes que o contrariavam no intento, calculando que os não convenceria.

Da existência do canal seguia tão certo como os que o precederam no mesmo desígnio. A evidência era-lhe dada por uma razão de analogia com o continente africano. A extrema ao Meio-dia desta parte do mundo, balizava um canal porventura mais conjecturado que percorrido de través o qual na ciência

geográfica da época se considerava como um estreito separando o continente, das Terras Austrais possìvelmente nunca pisadas de seres humanos.

A descoberta massa continental dos Ibéricos designada por Terra de Santa Cruz e também por Terra do Brasil, que avançava — do mesmo modo que a África — para Sul, deveria ter homologamente uma extrema pouco mais ou menos semelhante ao Cabo da Boa Esperança, abrindo a comunicação para o mar que no cimo dos Andes para lá das Antilhas, vira em 1513 o navegador Vasco Nunes de Balboa e que ficou conhecido por Mar do Sul.

Dissemelhantemente porém do que dispusera no continente africano, a Natureza de sua feição caprichosa, parecia aguardar de longa data qualquer temerário aventureiro, e ajudada das potências geológicas preparara-lhe muito mais perto o carecido estreito, ornando-o de uma decoração surpreendente.

A 21 de Outubro, por 52° de latitude, deram os navegantes com uma brusca flexão da costa e avançaram nessa entrada do mar, designando Magalhães pelo nome de Cabo das Onze Mil Virgens o ângulo saliente do litoral. O reconhecimento foi revelando o canal em cujo percurso demoraram até 26 de Novembro, dia de transposição do seu término para continuação da viagem. Essa passagem denominou-a Magalhães, Estreito de Todos os Santos; os cultores da ciência convieram em substituir a designação pela do nome do navegador memória que nenhum outro monumento melhor perduraria (60).

A armada avançava agora reduzida de duas naus pois sendo ordenado à *San Antonio* afastar-se para efectuar o reconhecimento de um dos braços do canal, a tripulação aproveitou o ensejo para subjugar o comandante Mesquita e retroceder da derrota, sendo o seu maior objectivo ir em busca dos dois abandonados para os recolher e conduzir a Espanha.

Os ventos mantiveram longos dias as naus numa direcção predominante a Norte ([51]). Essa circunstância afastou-as dos grupos insulares da Polinésia e Micronésia onde encontrariam refresco; a travessia fez-se pela zona mais deserta desse mar ao preço das maiores privações. Atingidos quase todos pelo escorbuto, mal que foi sepultando alguns pelo caminho, conseguiram enfim ziguezaguear num melhor rumo que lhes mostrou ilhas umas após outras permitindo já a escolha de uma onde com proveito ancorassem. Atingiram assim o arquipélago que Magalhães denominou de S. Lázaro, mais tarde designado por Filipinas. Ancoraram para maior demora na ilha de Cebu ou Zebu, depois de algum descanso na de Masavá ou Masaguá. Nos régulos destas duas ilhas encontrou Magalhães o tratamento momentâneo de que carecia e o acordo para futura influência de Castela.

Mas numa ilha vizinha, de nome Matan ou Mactan, houve qualquer relutância por parte de alguns dos chefes em aceitarem o que deles se pretendia. Magalhães moveu-se a investi-los com o ataque sobre um lugar designado Bulaia onde incendiou umas vinte a trinta casas.

Num outro ataque em que tencionava acometer uma povoação com o mesmo nome da ilha, houve quem procurasse dissuadi-lo. A anterior cometida excitara todo o povo dali e congregara-o sendo provável que o entendimento abrangesse as populações de outras ilhas em redor. Os avisos desse alvoroço deveriam ter chegado ao conhecimento dos chefes já familiarizados com os castelhanos e isso os levaria a tentar o bom termo. Não aquiesceu Magalhães em desistir da inflicção do castigo.

Convicto do poder da estratégia, do valor das armaduras e do efeito dos arcabuzes, perto da meia-noute de 26 de Abril de 1521 embarcou com 60 combatentes em três batéis, tomando a direcção de Mactan onde chegou antes de alvorar o dia 27. Chegado lá, endereçou um ultimato ao chefe do povoado intimando-o a reconhecer a soberania do rei de Espanha, dando ele a entender que optava pela luta. Conta então Pigafeta que entrava também no bando:

> Ao romper do dia quarenta e nove dos nossos saltaram à água ficando molhados até às coxas e percorreram uma distância superior a dois tiros de balista, antes de chegarem à margem. As rochas submersas impediam a aproximação dos batéis os quais ficaram guardados pelos onze companheiros que nos restavam.

Esperados pelo inimigo alinhado em três alas, os espanhóis formaram em duas e romperam com os tiros dos mosquetes e projécteis das balistas. Não puderam contudo manter contínuo avanço pois que os continham as frechas e pedras lançadas pelos nativos.

Iam diminuindo as munições. Magalhães ordenou o apegamento de incêndio nas moradias que formavam reduto ao inimigo. Redobrou então a sua fúria e tomando a ofensiva, avançaram em grande número.

Foi decidida a retirada, mas distantes como ficavam as naus, faltava a artilharia para conter o avanço daquela chusma. Foi em si próprio que teve de concentrar a resistência. Com os pés já dentro da água, recuando a pelejar, visando-o a horda com maior aferro, uma vez ferido no braço direito não pôde defender um golpe de terçado dirigido a uma das pernas. Caindo de bruços, os combatentes precipitaram-se sobre ele e num curto instante lhe deram a morte.

A assombrosa quão inesperada notícia que chegou às naus da morte do comandante abalou a marinhagem afeita à ideia da impraticabilidade de navegar naquele oceano sem a sua orientação. Não foi menor a impressão nos dois chefes convertidos à influência de Castela, crentes já na invulnerabilidade das armaduras que Magalhães lhes dera a conhecer.

Duarte Barbosa e João Serrão assumiram juntos o comando principal ou porque assim houvesse sido predisposto ou pela necessidade de imediata solução. Reuniram logo um conselho geral para se assentar na rota conveniente, se se deveria prosseguir na senda das Molucas ou retroceder para a Espanha.

A visão da morte tornara-se inseparável daquela intérmina travessia do deserto oceânico percorrido desde o Estreito. Tal pavor fortaleceu a ideia patrocinada pelo piloto português João de Carvalho, sabedor do mester, de se persistir no rumo das Molucas comprometendo-se a conduzir ali a armada.

Pigafeta diz que foram eleitos os dois comandantes Duarte Barbosa e João Serrão, narrando o facto sem detalhes. Outros relatos ([52]), melhoram as informações segundo as quais Duarte Barbosa passou a comandar a *Trinidad*, ficando no comando da *Victoria* o marítimo português Luís Afonso de Góis, o que mantinha deste modo todos os comandos em mãos de portugueses.

Não é plausível, pois, que uma eleição directa entre os tripulantes de maior categoria conduzisse a tão uniforme resultado. Mais natural se mostra que os comandantes nomeados por Magalhães segurassem a força dos seus poderes persistindo na obstinação previdente de manterem a armada sob idêntico predomínio. No entanto nova característica oferecia desde então o comando-mor, de uno que havia sido tornava-se dualizado.

Preparava-se a armada para levantar ferro daquele porto de Cebu. Pretendeu o régulo da ilha homenagear a oficialidade despedindo-a num banquete em que entregaria uma valiosa prenda destinada ao soberano. João Serrão opinava em se não aceitar o festim em acatamento ao luto que os envolvia. Duarte Barbosa não concordava, decidindo-se então comparecerem num avultado número a fim de comunicarem ao acto a maior solenidade.

No primeiro de Maio desembarcaram uns trinta de cujo grupo faziam parte os três comandantes, dirigindo-se todos para o local do banquete. Dois retardatários, um dos quais era o piloto João de Carvalho, ao porem pé em terra notaram qualquer cousa de anormal que lhes incutiu um vago pressentimento de algum risco iminente e, num impulso instintivo apressaram-se em regressar a bordo.

Dentro de poucos momentos ouviam um alarido que partia do ponto da reunião. João de Carvalho a quem tinham distribuído o cargo de tesoureiro geral da frota, assumiu então o comando e ordenou o bombardeamento desse local. Logo depois aparecia na praia vindo dali, João Serrão ferido e amarrado a pedir-lhe que sustasse o fogo e que o resgatasse. Carvalho acedeu, mas percebendo que às suas tentativas só correspondiam por parte dos negociadores movimentos para a dilação, suspeitou dos seus intentos e para que não se apoderassem das naus, mandou erguer as amarras e largou imediatamente do porto.

João de Carvalho manteve-se ainda no comando principal, vindo a falecer depois de haver fundeado nas Molucas com duas naus apenas, visto terem resolvido queimar a *Conception* num porto pouco adiante de Cebu porque o muito cerceado número de mareantes não bastava para a equipagem das três.

Com o falecimento de João de Carvalho não sobrava tripulante algum português para suceder-lhe dentro daquela disciplina introduzida na armada pela

execução da sentença, tão impressionante ela fora que de si bastara a conter, salvo a fuga de *San Antonio*, qualquer gesto de revolta.

Tiveram os Espanhóis de tomar conta dos seus destinos. Resolveram assim dividir a frota. A *Trinidad* que carecia de algum maior reparo, carregaria mais tarde para se dirigir à costa ocidental do Panamá que era uma possessão já organizada da Espanha. Quanto à *Victoria* assentaram em carregá-la imediatamente para se dirigir a San Lucar dobrando o Cabo da Boa Esperança. Sob o comando do biscainho Sebastian del Cano que em energia se irmanou a Magalhães, a *Victoria* conseguiu atingir a Espanha perfazendo com a sua sucedida arribada a primeira circum-navegação do globo.

A Sociedade Hakluyt de Londres veio a adoptar como emblema uma miniatura da mesma nau ostentando bem evidente a meio do costado o seu nome de *Victoria*, baptismo que com sacrifícios inenarráveis galhardamente confirmou.

§ 16. O piloto em serviço na Índia

POR se tratar de um piloto incluiu o Sr. Sousa Viterbo nos Trabalhos Náuticos uma carta remetida de Cochim a Dom João III, com data de 20 de

Dezembro de 1527 e assinada de Duarte Barbosa. Seguindo o rasto veio a encontrar vários papéis que o ajudaram a reconstituir um personagem de algum interesse.

Este piloto chegou a ser condecorado com o Hábito de Cristo o que lhe proporcionava o percebimento da tença anual de 12.000 réis adicionada mais tarde, em 19 de Março de 1532, (53) da dotação de 8.000 réis concedida pelo mesmo monarca.

Residindo em Lisboa, passou à Índia já em tempo de Dom Manuel como se depreende de uma passagem da carta que assim reza:

> "....seu piloto, que ando nestas partes da Índia há oito anos...."

o que, feitas as contas, coloca a sua ida em 1519. Mas como mais adiante acrescenta:

> "Por duas vezes que voso pay me mãdou a Índia...."

dá isso a entender uma primeira vez antes de 1519, pois Dom Manuel veio a falecer dois anos depois, em 13 de Dezembro de 1521.

Este facto das duas viagens prestar-se-ia a confundir num mesmo indivíduo o escrivão e o piloto, pelo facto daquele contar duas viagens por nomeação de Dom Manuel, em 1511 e 1517. Mas a divergência do ano da suposta segunda viagem do último — 1519 — desenvencilha logo a junção.

Durante essa estada na Índia que contava já oito anos, passou-se o célebre facto das três sucessões que

incendeu os ânimos dos que ali residiam. Foi o caso de falecer o vice-rei Dom Vasco da Gama em 24 de Dezembro de 1524, após três meses da posse do cargo. Pela primeira vez, segundo Gaspar Correia, se tinham estabelecido as chamadas vias de sucessão. Aberta a primeira via a fim de se saber quem vinha indicado para o substituir, deu ela o nome de Dom Henrique de Meneses. Porém a 21 de Fevereiro de 1526 com o exercício de pouco mais de um ano do cargo, falecia este também. A segunda via de sucessão indicou Pero Mascarenhas que estava por capitão de Malaca e não poderia regressar a Goa tão cedo. Resolveu-se então abrir a terceira e última via que indicava Lopo Vaz de Sampaio, capitão em Cochim, obedecendo-se assim às provisões do monarca com a ressalva de que esta última seria todavia interina.

Regressando a Goa consoante o aviso que lhe foi enviado, esperava Mascarenhas que o integrassem na sucessão ao que Sampaio não anuiu por considerar a sua posse um facto consumado, aguardando como estava as novas vias de sucessão. Duas facções se haviam já formado alimentadas como sempre pelos interesses e simpatias que rodeavam os competidores. O temperamento arrebatado do piloto não lhe consentiu pôr-se de fora e dirigiu-o mesmo para o partido hostil a quem detinha o poder. Destarte o bando adversário movia-lhe toda a sorte de vindictas sem esquecer o encarceramento; mas este talvez com o viso de obstarem à transmissão do que ali se passava, conhe-

vulsão donde se soltaram as refreadas ideias procedidas da Renascença que as forças oponentes haviam represado mau grado seu em vez de suprimirem como haviam concebido.

A vigorosa vaga de ideais generosos, como eram tidos, não foi bastante a barreira pirenaica para deter nesse turno o alastramento. Por frisante contraste disseminavam-nas as baionetas das milícias de Bonaparte traspassando como sempre, por ironia da sorte, aqueles que menos conheciam os pretextos vectores do conflito envolvente.

Da turbação de alguma demora, resultou brotarem aspirações de uma mais justa humanidade e como acção, o sentimento nacional significando apenas o cerceamento das regalias do soberano absoluto senhor como era do seu povo. Em Portugal mostrou-se viridente o cultivo das leivas arroteadas para nutrir as vindouras gerações, supondo-se que as novas sendas poder algum conseguiria jamais obstruir.

Já em 1812 mostrava o seu ressurgimento a Academia Real das Ciências iniciando uma colectânea tendo por nome COLECÇÃO DE NOTÍCIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS, QUE VIVEM NOS DOMÍNIOS PORTUGUESES, OU LHE SÃO VIZINHAS, publicação que encorporou sete volumes.

O vocábulo inicial desse título podia deixar crer que o labor entendido, se inspirasse no empreendimento de Ramúsio; mais patente se manifestou a influência quando aproveitaram assuntos tratados na Colecção dele, vertendo-os mesmo dali por não serem encontrados nos arquivos portugueses os originais respectivos.

Parecia estar isso reservado à relação de Duarte Barbosa que inseriam no tomo segundo. Já algumas páginas haviam sido revertidas quando se percebeu a sua analogia com a matéria tratada num códice que, por falta de nome do autor e de título, não fora até então reconhecido.

O minudente exame a que logo submeteram o imputado manuscrito, mostrou não possuir o prefácio nem alguns dos parágrafos presentes em Ramúsio, ao mesmo tempo que apresentava ora períodos a mais, ora a menos, permeando-o também transposições nas frases. Tais constatações induziram os associados da Academia, sugestionados já pela carência de título e indefinição do autor — circunstâncias que mantiveram o encobrimento do manuscrito — a pronunciarem-se pela imperfeição da cópia, considerando-a extraída de alguma outra empobrecida de folhas.

Muito embora desmerecida desses senões resolveram todavia aproveitá-la destacando as divergências dos dois textos. O que pertencia sòmente à versão de Ramúsio manteve-o a edição portuguesa no respectivo lugar mas saliente em tipo itálico; o que era apresentado apenas no manuscrito, ficou igualmente onde estava destacado porém por uma colocação entre aspas. De tal maneira, durante a leitura se podia avaliar o que nos dois era omisso.

É do maior interesse ler a descrição desse códice que os académicos editores fizeram num preâmbulo e

aqui se reproduz um pouco abreviada.

Após as primeiras páginas que contêm assuntos de menor interesse, há uma carta de Lopo Vaz de Sampaio para o rei Dom João III que difere consideràvelmente da que foi impressa por Diogo do Couto.

Isto é seguido de um diário da viagem do vice-rei Dom Constantino, e algumas cartas de governadores da Índia naquele período; no fim disso está uma declaração em forma da carta, rezando assim:

Este livro pertence a Lizuarte de Áureo que o fez. Foi principiado na nau Rainha durante a sua primeira viagem que se deu no ano de 1558, ano em que uma frota foi aprestada na qual Dom Constantino, irmão do duque de Bragança, foi para a Índia como vice-rei. Na mesma nau embarcou Dom Aleixo de Sousa Chichorro, verificador do Tesouro da Índia e capitão de Cochim, e seu sobrinho Fernão de Sousa Chichorro como capitão da mesma nau.

Depois deste título vem outra curta descrição da viagem de Dom Constantino, e imediatamente depois disso segue-se o Livro de Duarte Barbosa que ocupa a maior parte da porção escrita do volume; todo o demais quase consiste de retratos dos governadores da Índia até esse período e pinturas das várias armadas enviadas àquelas águas desde a de Vasco da Gama.

Quanto à execução do manuscrito acharam haver sido feito por duas diferentes mãos do que resultou diversidade na ortografia e ainda no esmero da cópia.

Passando no mesmo preâmbulo a esboçar seguidamente a biografia do escritor, perfilharam a traçada de Ramúsio acrescida de alguns dados. Consideraram Duarte Barbosa filho de Diogo Barbosa e transmudaram este de criado ou mordomo em fidalgo, ao serviço privado de Dom Álvaro de Bragança. Sem precisarem datas, do embarque para a Índia e da vinda para o reino, aceitaram 1518 para regresso do filho à casa paterna após alguma demora em Lisboa donde se retirou movido de quaisquer desgostos ([58]). O espírito aventureiro e a afinidade provinda do casamento de Magalhães com sua irmã, induziram-no a compartilhar da contratada viagem às Molucas no decurso da qual falecia, dando-se a sua morte em 1521.

A incongruência que sobressala ante a sua nomeação por Nuno da Cunha, em 1529, facto divulgado pela BIBLIOTECA LUSITANA, solucionaram-na considerando tal nomeação aplicável a qualquer outro indivíduo; nesse tempo nem perpassaria pela ideia a lembrança sequer de uma homonímia. Admitiram finalmente: 1516 como data da conclusão do manuscrito.

Uns períodos que por virtude desta cronologia adquirem entrada intempestiva no texto da versão italiana e ou não aparecem ou surgem ali modificados, tomaram-nos os editores portugueses como interpolação de data ulterior baseando-se em não ser "o manuscrito português pròpriamente um autógrafo e tais passos não ocorrerem na versão de Ramúsio." É evidente a ascendência exercida por este autor.

Por isso conveniente se torna que o leitor julgue a anomalia oferecida pela comparação de excertos dos

dois textos. Diz o manuscrito português no § 22, acerca de Zeila:

> Este lugar foi tomado e destruído pelos portugueses, de quem o capitão-mor era Lopo Soares, que era nesse tempo governador da Índia, e tomou-o no seu caminho do porto de Judá no ano de 1517.

período que nunca passaria despercebido de Ramúsio, contendo uma data mais além da que concedera para conclusão do escrito. Deu-lhe todavia publicidade calculando naturalmente que os leitores a tomassem por uma interpolação inofensiva de quem quer que acrescentava gratuitamente um novo informe.

Um pouco adiante aparecia segunda referência ao mesmo assunto, desta vez feita com maior individualidade, no § 24, sobre Macuá, em que se dizia:

> Isto eu mesmo observei, porque estive presente à tomada de Zeila, como já referi, e ali aprisionamos muitas raparigas que encontramos assim.

a impropriedade do termo do manuscrito em 1516, tornava-se assim ofensiva pela presença do próprio autor um ano depois, nesse sucesso. Tomando o informe por uma interpolação de mau gosto, modificou-a Ramúsio substituindo-a por uma frase mais inócua:

> Isto me foi afirmado ([69]).

Quanto a dois outros passos igualmente embaraçadores, no § 21, sobre Barbará:

> Esta cidade foi tomada à força por uma armada portuguesa de que António de Saldanha era capitão-mor.

> Ele destruíu completamente o lugar no ano de 1518, e partiu então com a armada para Ormuz onde foram consertadas as naus que disso tinham necessidade.

e no § 95, sobre Ceilão:

> Onde o Rei nosso senhor possue uma fortaleza para comerciar, construída de novo que foi fundada por Lopo Soares quando era governador da Índia.

caídos ambos em 1518, o texto italiano suprimiu-os inteiramente.

Da nótula incluída no códice para estabelecer o seu pertence, depreende-se que o traslado da narrativa de Duarte Barbosa foi incluído no álbum de Lizuarte de Áureo depois do seu desembarque na Índia. Ali devia existir a duplicata da narrativa, por ser medida geral conservar-se o duplicado de todos os documentos remetidos para o reino, na previsão da sua perda em naufrágio. O manuscrito português de que tiveram vista os membros da Academia, deveria ser portanto um extracto ou da própria duplicata da narrativa ou de qualquer cópia secundária dela obtida.

Os copistas que não passavam de amanuenses ou profissionais, auferindo de tal trabalho a totalidade ou melhoria dos seus proventos, nenhuma vantagem recolhiam em alterarem os textos ao efectuarem as cópias quer ordenadas nos serviços públicos quer solicitadas por encomenda.

Deixavam lapsos no seu trabalho, comparáveis às modernas gralhas da composição tipográfica, devidos sobretudo à fadiga, um tanto ao apressamen-

to da tarefa e algumas vezes a deficiente cultura. Quem quer pode fazer a experiência se a não tem efectuado de contínuo, entregando-se a copiar umas páginas impressas contendo qualquer trecho que lhe interesse possuir. Se prolongar o exercício até cansaço da mão actuante ou da vista mais aplicada, notará ao depois o cometimento do alguns erros classificáveis nestes grupos: falta ou repetição de uma ou mais palavras seguidas; passagem em claro de uma ou mais linhas do texto; ou o fenómeno oposto, repetição de uma ou mais linhas, principalmente havendo interrupção nessa lida; deformação dos termos, especialmente estrangeiros.

Do adicionamento ou diminuição das orações, não resultará formarem sentido harmónico entre si as orações que restarem, anteriores e seguintes dentro do período. O mesmo raciocínio é aplicável se se trata da subtracção ou aumento, mais difíceis, de períodos completos em um parágrafo. Mas estas alterações que o copista procurará do melhor grado não cometer, podem interessar ao compilador que prepara o assunto para lhe dar publicidade.

O encadeamento das circunstâncias que impendem no manuscrito português, sobretudo a data da execução além de 1558, levam a crer que um copista amador não se limitaria a interpolar de sua conta sucessos ocorridos até 1518 silenciando tantos outros dos quarenta anos seguintes.

Os membros da Academia não tiveram conhecimento de qualquer outro manuscrito da mesma obra; compreende-se que se acautelassem de nele depositarem inteira fé. Outros achados viriam de futuro aparecendo sobre a matéria que permitiriam do cotejo efectuado por sucessivos investigadores, poderem ir surgindo ilações muito diferentes.

§ 20. Origem e acrescimento da lenda.

PARANDO um momento para reflectir nos factos já constatados, encontrará o leitor em primeiro lugar, Ramúsio obtendo um manuscrito em português, contendo na sua guarda a menção do autor, de nome idêntico ao de um tripulante da frota de Magalhães que era parente deste, segundo o depoimento de Pigafeta na sua Relação da viagem.

A igualdade dos nomes induziu Ramúsio a aplicá-los a um único indivíduo e, como ignorasse o detalhe de ter sido um deles escrivão nas feitorias da Índia, atribuiu-lhe uma ascendência nobiliária com a qualidade mais usual de gentil-homem e a vaga naturalidade de Lisboa. A sua suputação levou-o ainda a arbitrar a data de 1516 como a do fecho do manuscrito.

Depois disso reparará no abade de Sever possuidor desta primordial informação, ir incluí-la na

BIBLIOTECA LUSITANA alargada agora com a minudência do biografado ter exercido um serviço de escrivão em Cananor.

Este pormenor recolheu-o ele da 4.ª DÉCADA como se infere da transcrição incorporada na sua notícia. E logo a seguir cita também o informe dado por Damião de Góis na parte 1.ª, cap. XIII, da CRÓNICA DO SERENÍSSIMO REI DOM MANUEL quanto à matéria que compunha o manuscrito desse autor, num breve trecho que diz assim:

> ..... mas quomo meu offiçio seja screver Chronica, & nam costumes de gentes nem historia geral remeto ho lector aho liuro que fez Duarte barbosa em lingoa Portuguesa, dos costumes de toda a gente que ha do cabo de boa Sperança atte a China, & Lequeos, no qual trata dos costumes, çerimonias, & seita destes Canaris, & Beamanas, & de toda ha gente do Malabar, assaz copiosamente,

Damião de Góis que entretinha larga correspondência com muitos letrados estrangeiros inclusive Ramúsio, teve pronta notícia da publicação por este encetada e da sua leitura proveio o conhecimento obtido do LIVRO DE DUARTE BARBOSA. Quando se deu a publicação (1550) estava ele ainda longe de ser cronista, pois que a sua CRÓNICA teve publicação em 1566-67. Interpreta-se deste modo correctamente os seus dizeres quando "remete o leitor ao livro": é ao livro impresso de Ramúsio e não ao manuscrito encerrado no arquivo, o único texto português cuja leitura seria dificultada a quem quer que desejasse fazê-la.

Foi portanto da leitura de Colecção de Ramúsio que o abade de Sever, orientado de Góis, obteve as únicas informações utilizáveis que havia sobre Duarte Barbosa.

O abade de Sever, na entrada da sua BIBLIOTECA referente a Gaspar Correia, adverte que o manuscrito por este concluído já depois da morte de Ramúsio, existia na posse da casa da Vidigueira, dos descendentes de Vasco da Gama, possuindo nessa ocasião o título de HISTÓRIA DA ÍNDIA. Talvez obtivesse vista do manuscrito mas não a faculdade da leitura pois de outro modo angariaria melhores detalhes tanto de Duarte Barbosa como da sua Narração.

O leitor verá por fim os promotores da edição portuguesa, providos de novos informes procedentes da facilitada divulgação dos arquivos, averiguarem que Diogo Barbosa era o sogro de Magalhães. Inclinaram-se por que fosse pai igualmente de Duarte Barbosa e consideraram-no fidalgo por este ser filho de nobres pais conforme asseverava o abade de Sever.

Abordando a passagem a Castela mantêm-se na ambiguidade: "depois de passar algum tempo em Lisboa afastou-se dali, como Ramúsio diz, por certos desgostos e especialmente, como julgamos, incitado pelas sugestões de alguns dos seus amigos e parentes." É pouco mais que o decalque da anfibologia de Ramúsio: "movido a isso por certas causas que seria

supérfluo referir" que o abade de Sever substituíra por uma equivalente: "não recebendo prémio de que eram dignos os seus merecimentos."

O manuscrito de Sevilha que caiu na posse de Ramúsio, cópia directa ou indirecta do original existente em Lisboa, possuía na guarda uma indicação pela qual pôde ser reconhecido o seu autor; essa indicação deveria ser análoga ao conciso título adoptado no livro impresso que dá uma ideia suficiente de autoria.

O manuscrito organizado por Lizuarte de Áureo, obtido na Índia e cópia directa ou indirecta da duplicata, não tinha indicação por onde se lhe reconhecesse o autor. O facto pode explicar-se pela simples conjectura de terem entregado o original sem essa aposição, sendo em tais condições tirada dele o duplicado que assim arquivaram na Índia como habitual medida de precaução contra a perda por naufrágio, inscrevendo-se a apostilha no original só no momento em que o expediram para o reino.

A falta de um genuino título segundo os gostos da época, foi sentida por um autor português, José Carlos Pinto de Sousa, num seu estudo bibliográfico que foi publicado sob o nome de BIBLIOTECA HISTÓRICA DE PORTUGAL E SEUS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS e obteve uma segunda edição correcta e aumentada, em 1801.

A notícia que corresponde à entrada pelo nome de Duarte Barbosa, a pág. 32, mostra a influência da

BIBLIOTECA LUSITANA acrescida já do parentesco de cunhadia entre Magalhães e Barbosa, informação recolhida da mesma inquinada fonte que forniu a edição portuguesa de 1812.

Torna-se-lhe acessório curioso não mencionar a nominação fruida pela obra na Colecção de Ramúsio substituindo-o por uma explicação do contexto posta em tipo itálico dando a ideia de ter sido esse o possuído título. Segue a notícia reproduzida na íntegra.

§ 57 DUARTE BARBOSA (morto em 1521), natural de Lisboa, Escrivão da Feitoria de Cananor, foi Agente da paz com o Samorim por Ordem de Nuno da Cunha Governador do sobredito Estado; seguiu ao famoso Fernando de Magalhães (de quem era cunhado, tão insigne Naútico, como valoroso Soldado) na emigração deste para Castela, por não remunerar o Sr. D. Manuel ao dito Magalhães os seus serviços com o acrescentamento da Moraria, que ele requeria, e com o mesmo foi morto aleivosamente na ilha de Zabú, uma das Filipinas, por ordem do Despote dela, depois de Magalhães o ter auxiliado contra o outro Despote da Ilha de Matam, indo demandar o novo caminho que prometera descobrir a Carlos I de Castela para as Molucas. Dizem que o motivo da iniquidade do Bárbaro, fora o temor de que o despojasse do trono quem nele o havia segurado.

Escreveu *Relação do que tinha observado pelas partes de Oriente por onde tinha discorrido respectivo às situações das terras, costumes das gentes, virtudes das plantas, e pedras preciosas, concluída em 1516.*

Anda traduzida em Italiano na Colecção das Viagens Marítimas feita por João Baptista Ramúsio Secretário do Conselho dos dez em Veneza, donde era natural (morto em 1557). Venetia 1563, fol. tom. I. pág. 288.

§ 21. A versão inglesa

EM 1865 a Sociedade Hakluyt de Londres incluia na série das suas publicações um tomo com a versão inglesa do Livro de Duarte Barbosa, traduzida por Lord Stanley de Alderley. O desvestido título possuído pela obra condoeu o tradutor decidindo-o a conceder-lhe designação ataviada deste modo: Uma descrição das costas da África Oriental e Malabar no princípio do século XVI.

Teve o tradutor à sua escolha os vários manuscritos que até à data haviam sido desvendados: um, na Biblioteca de Barcelona, traduzido em linguagem espanhola; dois, na Biblioteca de Munique, que eram cópias quase autênticas daquele; a par do mencionado manuscrito português, do texto impresso pela Academia das Ciências, e do da Colecção de Ramúsio. Determinou-se Lord Stanley pelo manuscrito de Barcelona que nesse concurso prendeu a sua escolha.

O texto vertido decorre registrando de contínuo as divergências ligeiras e acentuadas que surgiam nos nomes das cidades e dos portos, perante a nomenclatura inserida nos mapas menos distantes da época nomeadamente o mapa-múndi de Diogo Ribeiro (1529) e as cartas do atlas de Ortelius publicado em 1753.

Tais designações foram submetidas a uma aturada análise para readquirirem a sua forma acertada. O

poliglotismo de Lord Stanley permitiu-lhe que muitas notas adicionasse sobre o significado e etimólogia de muitos termos exóticos e obsoletos; que localizasse povoamentos deslocados ou desaparecidos, e ainda os que com o decurso do tempo se sumiram sòmente por haverem recebido diferente toponímia.

O manuscrito de Barcelona continha no seu fecho, por *colophon*, um assentamento ali deixado dizendo o seguinte:

> Um intento de transferir este livro da linguagem portuguesa original, traduzindo-o para língua castelhana, em Vitória, quando ali residia o Imperador e Rei de Espanha, no primeiro dia de Março do ano de mil quinhentos e vinte e quatro, foi feito por M.....in Cinturion, Embaixador da Comunidade de Génova, com a interpretação de Diogo Ribeiro, português, cosmógrafo de Sua Magestade, e mestre de Cartas de Navegar.

nótula que orientou Lord Stanley pela frequente consulta do mapa de Diogo Ribeiro, a fim de recolher as paridades da sua toponímia com as designações contidas no texto. Bem que as analogias viessem a ficar prejudicadas por um número avultado de divergências, o poder sugestivo da apostilha não se aniquilou de todo. Observando que o texto de Ramúsio seguia muito de perto o manuscrito de Barcelona, Lord Stanley inclinou-se a fazer descender a versão italiana desse manuscrito, isto é diretamente da tradução espanhola efectuada por M(art)in Centurion.

Dada porém a asserção de Ramúsio de se haver servido de um manuscrito em linguagem portugue-

sa, mais provável se torna que a aproximação dos textos se realizasse por uma acção oposta, como a explicaria na falta de melhor hipótese a conjectura seguinte. Do original português concluído em 1519 saiu a tradução espanhola de Centurion em 1524 com a toponímia que Diogo Ribeiro usou no seu mapa de 1529. Vinte e seis anos decorridos sobre a feitura do texto espanhol, era impressa e conseguintemente muito mais divulgada, a versão italiana com as alterações que os aperfeiçoados conhecimentos e o gosto literário do tradutor lhe introduziram. O conservador da biblioteca do paço onde se guardava esse texto espanhol de utilidade para o governo do monarca — como tudo o que permitia observar a actividade das navegações portuguesas pelo Índico, para que estas não ultrapassassem os limites fixados no convénio — notando do confronto do texto de Ramúsio as deficiências que resultavam no manuscrito possuído, decidiu completá-lo.

Quem quer que realizou a tarefa, tendo em face o volume impresso de Ramúsio e o manuscrito de Centurion, seguia de ordinário o texto italiano vindo a retomar logo que pudesse o texto semelhante em espanhol. Incluídos os acrescentamentos e modificações avultadas de Ramúsio, o escrevente colocaria ao findar o *colophon* de modo igual. De posse do manuscrito novo e completo, poria de parte o precedente, então destituído de préstimo.

Lord Alderley não mecheu nos traços biográficos que encontrou estatuídos do escrivão e escritor. Mas veio a confundir num personagem, o piloto João

Serrão e o comandante de uma flotilha que reconheceu o caminho de Malaca às Molucas, de nome Francisco Serrão, o qual tendo perdido por naufrágio o seu barco na proximidade desse arquipélago, veio a constituir família e a estabelecer-se definitivamente ali.

Da mesma guarnição de Malaca como eram Fernão de Magalhães e Francisco Ferrão, este deu àquele notícias do seu naufrágio e salvamento por carta enviada das Molucas. Em volta desta missiva teceu-se a lenda de uma correspondência aturada repleta de detalhes valiosos para a navegação do mar das Molucas, determinando assim Magalhães a aproveitar tanto Serrão como Duarte Barbosa, experientes auxiliares naquelas águas, aonde poderiam esclarecê-lo com o seu mais prático e directo conhecimento.

§ 22. Hesitação de paredes-meias com a certeza.

NO livro Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos Séculos XVI e XVII, cuja primeira parte saiu a lume em 1898, aparece a informação de que na Biblioteca do Porto há o verbete com o número 840 dando menção da presença de um códice

compreendendo cinco obras, a primeira das quais era o LIVRO DE DUARTE BARBOSA O Sr. Sousa Viterbo apenas teve vista do verbete pois que o códice já estava retirado dali.

Menciona ainda possuir a Torre do Tombo um códice contendo quatro obras sendo a primeira constituída pelo LIVRO DE DUARTE BARBOSA, manuscrito *in-fólio* para lá remetido pelo Ministério da Instrução Pública, provàvelmente a Direcção-Geral de Instrução Pública.

Parece tratar-se do mesmo que utilizou a Academia das Ciências para a sua publicação desse livro em 1812, diferindo apenas na aparência pela intervenção de nova brochura depois de se haver reconhecido no códice o mais proeminente do contexto.

A Biblioteca Pública do Porto fundada em 1833 pelo rei Dom Pedro IV quando se defendia nesse burgo do assédio ali feito pelas hostes do irmão, deu asilo a livros de várias proveniências. Talvez alguns fossem devolvidos aos primitivos donos. Deu-se também a circunstância de uma nova edição do LIVRO DE DUARTE BARBOSA, realizada em 1867 em um volume desprendido das demais obras da COLECÇÃO DE NOTÍCIAS; podiam ter requerido da Biblioteca do Porto a cedência do códice para esse fim.

Como se pode ler nos OPÚSCULOS de Herculano, a Academia de Ciências recebia de toda a parte do país, por ordem oficial, documentos que estavam disseminados e que ela utilizava para as suas publicações. Resolveu-se por fim salvaguardar esses documentos reunindo-os num único arquivo, em Lisboa, em vez de os devolver às suas proveniências. Estas explicações podem convir à perda do códice, sofrida pela Biblioteca do Porto.

Os TRABALHOS NÁUTICOS reuniram bastantes documentos elucidativos da personalidade de Duarte Barbosa. Tomando a BIBLIOTECA LUSITANA para ponto de partida da notícia que o apresentava como escrivão da feitoria de Cananor, o Sr. Sousa Viterbo confessa que depois de ler a carta dali enviada por ele em 12 de Janeiro de 1513, ficou convicto de pertencer ao seu signatário a redacção do livro publicado na Colecção de Ramúsio.

Mas a convicção foi desvanecendo-se por efeito de outra missiva remetida igualmente de Cananor a 15 de Janeiro de 1527. No entanto uma formal conclusão tirava logo do exame deste último documento, dizendo que este escrivão ainda vivo em 1527 não podia ser o mesmo indivíduo morto em Zebu no ano de 1521.

Mas o aparecimento do alvará datado de 1517 nomeado para a feitoria de Calecut um escrivão de nome Duarte Barbosa, atenuou não esta decisiva inferência, mas aquela convicção que ainda se mantinha flutuante, sentindo-se orientado mais deste modo:

> Em presença de todos estes elementos históricos somos levados a crer que no primeiro quartel do século XVI houve, pelo menos, três indivíduos com o mesmo nome de Duarte Barbosa, todos três exercendo a sua actividade na Índia e **quase por igual forma.** A biografia

do parente de Magalhães precisa portanto, em nosso humilde entender, de ser remodelada, sendo submetida a uma nova e profunda análise, análise que decida, em sentença final, se foi ele efectivamente o autor da obra que se divulgou em seu nome, ou se antes se deva atribuir ao escrivão de Cananor, que tanto se prezava de saber a língua e de conhecer as coisas da terra.

Dispensável se torna buscar argumento que suplante o requesto lançado nas últimas linhas do trecho aqui justamente deixado. O Sr. Sousa Viterbo emprazava os estudiosos a descerem ao pretório com seus arrazoados para se solver o pleito que apresentava com as facetas questionáveis. Os que dirigidos por outros motivos se abeiraram da matéria, não se detiveram no circunscrito objecto como se não fosse mais perceptível o aviso afixado do problema. Parece assim justificada a exumação das vetustas notícias para serem tratadas na tentativa folheada presentemente pelas mãos do leitor, procurando elucidá-lo nesse indeciso conhecimento.

Como o leitor viu, pelo autor da BIBLIOTECA LUSITANA era sustentada a opinião de que a redacção do LIVRO DE DUARTE BARBOSA fora feita pelo escrivão que trabalhava na feitoria de Cananor; mas os académicos que editaram o texto português não adoptaram essa ideia e inclinaram-se para outro personagem que percorrera o mar Índico em qualquer actividade sem preocupação sequer de a indiciarem de vaga forma.

O Sr. Sousa Viterbo possuia assim esta base para a sua indecisão sobre a autoria do livro, conservando

porém o parente de Magalhães como um experiente do Índico. Os seus TRABALHOS NÁUTICOS concluíram-se sem que ficasse definido o problema. Nos três personagens possuidores de nome igual e quase igual actividade divisam-se o escrivão de Cananor, o escrivão de Calecut e o tripulante da frota. Encerrou o seu labor esperançado de vir a encontrar nas futuras rebuscas de documentos, a chave do problema que lhe trouxesse a prova de caber a autoria do livro ao parente de Magalhães.

Desperdiçou destarte as preciosas contribuições que forneciam as LENDAS DA ÍNDIA num depoimento de tanta evidência, olvidando-as sob a influência do parecer daqueles membros da Academia. Não sentenciando a restituição da propriedade nesse legítimo dono, a sua perplexidade deve ter concorrido com os demais erros encerrados nas publicações portuguesas, a que os subsequentes investigadores estrangeiros socorrendo-se dos subsídios nacionais para desemaranharem a embaraçada meada, mantivessem o seguimento da tradição incorrecta.

§ 23. A SEGUNDA EDIÇÃO INGLESA

A Sociedade Hakluyt decidiu publicar novamente a Narração de Duarte Barbosa encarregando da edição o Sr. Mansel Longworth Dames funcioná-

rio da Administração Civil da Índia, ao tempo na situação de aposentado. Essas ocupações haviam-lhe facultado um normal estudo dos costumes, línguas e dialectos daqueles povos, completando-se a sua especialização por uma vasta leitura de publicações orientalistas.

O interior indostânico tinha-se tornado gradualmente acessível; o grande desenvolvimento atingido pela filologia tornava-a um instrumento auxiliar precioso nas investigações que houvessem de ser ali conduzidas. Estas circunstâncias concorriam a encanecer a versão de Lord Stanley de Alderley onde muitas das explicações não satisfaziam por terem quedado incompletas.

O Sr. Dames não careceu de consultar os manuscritos preservados da Narração. Dispunha da análise comparada do de Barcelona com os dois de Munique e a sua confrontação com o texto de Ramúsio, na edição do seu confrade lord Stanley; muniu-se então dos exemplares das duas edições portuguesas, a da Colecção de Notícias e a separada de 1867, tendo também presentes as várias edições de Ramúsio.

Esta segunda edição inglesa foi vertida do texto português, mencionando continuamente as divergências averiguadas e deixando-as incluídas nos respectivos lugares. Enriquecida de citações e de notas explicativas aclarando de par e passo os assuntos nos seus essenciais aspectos geográfico, histórico, etnográfico e mercantil, tal desenvolvimento tomou

que a avultada extensão requereu dois volumes, publicados respectivamente em 1918 e 1921. Deste vasto contexto — independentemente de outras edições da mesma obra, de muito custosa aquisição — saíram todas as informações requeridas do conhecimento da própria obra para o primordial urdume do presente estudo.

Entre os cuidados do Sr. Dames avulta a devolução do primitivo título por que a obra tinha sido divulgada. O traçado biográfico mereceu na edição o maior desenvolvimento convindo assim não se perder nenhum dos detalhes.

Aceitou que o autor do Livro de Duarte Barbosa fez parte da expedição de Magalhães, tendo precedentemente sido escrivão da feitoria de Cananor. Atribue o seu afastamento do país ao despeito que proveio de Dom Manuel não ter dado agasalho à queixa inclusa na carta directamente enviada em 1513. Na teia da lenda que buscava atenuantes à sua passagem para o serviço de Castela ficava aparente a trama do brio ofendido de um fidalgo. Lord Stanley tinha abordado a particularidade, mas atribuía a junção de Barbosa e de Magalhães a relações estreitadas nos seus recontros pela India.

O Sr. Dames consultou as Cartas de Afonso de Albuquerque mas aquela linguagem repleta de barbarismos escrita por mãos mais destras a empunhar lanças e escudetes que a mover penas de pato, não era favorável a revelar-lhe indícios. De leitura fatigante mesmo a um atreito da dicção, não

é de admirar que algumas furtivas informações ali jacentes passassem a um estrangeiro despercebidas.

Se em vez dessa obra tivesse o Sr. Dames conhecido os TRABALHOS NÁUTICOS, não incluídos no rol da bibliografia consultada, as suas averiguações incidiriam sobre uma elocução vazada em moldes mais regulares e possível seria que o valioso material subsidiário ali acumulado o impressionasse diferentemente.

O editor inglês afasta-se dos editores portugueses no ponto respeitante à demora de Duarte Barbosa na Índia, parecendo-lhe que o escritor poderia conservar-se naquelas paragens ainda em 1518 para recolher no seu livro as incluídas ocorrências desse ano, e regressar a Lisboa a tempo de atingir Sevilha antes de 10 de Agosto de 1519, data em que a frota de Magalhães iniciava dali a partida, empreitada deveras difícil.

Quanto à procedente anomalia que naquelas condições — a inclusão das ocorrências — brota da data de 1516 aposta no prefácio e ali instilada — segundo o texto faz crer — pela mesma pena que redigira o manuscrito, o Sr. Dames explica-a como uma alteração introduzida por Ramúsio. No prefácio existiria primitivamente outra data mais avançada, eventualmente a de 1518, acorde para o Sr. Dames mas destoante segundo a opinião de Ramúsio que a atribuía a interpolação intencional de um copista. O caso ficou assim indiscernível.

O comentário da 4.ª DÉCADA, de Lavanha, que dilatava a vida do escritor oito anos pelo menos, até

1529, parecia necessária ao Sr. Dames a aceitação de um homónimo possuindo idêntica colocação em Cananor e usufruindo igual fama de possuir grande conhecimento dos povos da costa do Malabar e da língua malaiálim que lhes é comum; ele próprio considerava impossível verificar-se a conjectura.

Encarando então a hipótese reversível de que o tripulante da frota de Magalhães não fosse o autor do livro atribuindo-se esse trabalho a diferente pessoa, pareceu-lhe mais improvável ainda. Preferia inclinar-se por considerar confusa a afirmação de Lavanha.

As opiniões estatuídas de longo tempo voltam-se em venerandas disciplinas quando a sua durabilidade se torna secular, um pouco equivalentes dos consagrados tabus das regiões do Pacífico. Nas suas antilogias e anacronismos envolvem os espíritos mais dotados, num entusiasmo de investigação atraídos a definir-lhes as vacilações que simbolizam. Servidos porém de razões adventícias, as legítimas causas nunca vêm a ajustar-se às soluções produzidas.

§ 24. A MENÇÃO NA OBRA DO DR. SOPHUS RUGE.

SOB a indicação: "o livro de Duarte Barbosa", inserta num capítulo aplicado à viagem de Fernão de Magalhães, encontra-se uma notícia sobre aquele

escritor português na monografia do professor Dr. Sophus Ruge, intitulada História da Época dos Descobrimentos, trabalho esse que forma uma parte do volume XIII da HISTÓRIA UNIVERSAL, de G. Oncken. Na versão portuguesa feita sob a direcção do professor Sr. Manuel de Oliveira Ramos, lê-se a pág. 414 desse volume, o seguinte:

"O "Livro de Duarte Barbosa" — D'este célebre livro existe na Bibliotheca de Barcelona um manuscripto em castelhano que serviu a Henry Stanley para uma traducção inglesa editada pela Hackluyt Society em 1866."

"O livro havia sido traduzido para italiano em 1524 pelo embaixador genovês na corte hespanhola, Centurion, com auxílio do cartógrapho ao serviço da Hespanha, Diogo Ribeiro. **Essa traducção** foi publicada por Ramusio que deu assim a edição *princeps*."

"Traduziram-no para português, d'esta edição de Ramusio, para ser inserto na Coll. de Not. para a Hist. e Geogr. das Nações Ultramarinas, no tomo II. No prefacio da traducção diz o traductor que cotejou o texto de Ramusio com um apógrapho que era propriedade sua, e discrimina por intuição que Duarte Barbosa auctor do "Livro" **não era** aquelle parente de Diogo mas sim um escrivão da feitoria de Cananor."

"Na Bibliotheca Municipal do Porto existiu um apógrapho d'essa obra, codice que desappareceu. O dr. Sousa Viterbo, nos seus "Trabalhos Nauticos" informou que existia na Torre do Tombo um apógrapho do "Livro", maltratado nas primeiras folhas."

Há em tal notícia um equívoco que convém desfazer. O leitor recorda-se bem de que Ramúsio considerava Duarte Barbosa possuidor de nascimento nobiliário não especificando qual fosse a família, nem

a profissão que exercera. O abade de Sever aceitando essa contribuição, relacionou profissionalmente o personagem como escrivão da feitoria de Cananor.

Os membros da Academia que deram publicidade à primeira edição portuguesa, aceitaram a paternidade do escritor que lhes foi ministrada como pertencente a Diogo Barbosa e abstiveram-se de qualquer pronúncia sobre a colocação profissional na feitoria, diferindo neste ponto do que era aceite pelo abade de Sever. Compreende-se o escrúpulo que os invadiria perante as duas contrastáveis situações, a que aceitaram de o considerar um viajante erradio pelo mar Índico e a de escrivão que o reteria num mais peculiar sedentarismo.

A asseveração é oposta à que lhes imputa o texto do Dr. Sophus Ruge. O equívoco proveio talvez de ficarem logo a par as opiniões do Sr. Sousa Viterbo que se inclinava a considerar o autor do livro um viajante muito experiente do Índico pretendendo ligá-lo profissionalmente a uma escrivaninha das feitorias. Tão ténue se tornou porém o fio do seu raciocínio nesse concentrado ponto que difícil se tornava reconhecê-lo à simples vista normal, percebendo-se sòmente se se amplificasse o objecto com o apresto penetrante da reflexão.

IV

ESCLARECIMENTOS SUPLEMENTARES

§ 25. O manuscrito de Madrid

EXISTIA outro manuscrito em linguagem espanhola não incluído na resenha dos catalogados por Lord Stanley de Alderley, podendo deduzir-se que lhe ficou desconhecido. Manifestou-o o historiador chileno Diego de Barros Arana que em 1859-60 visitou a Península Ibérica a fim de recolher informes subsidiários para uma história geral do seu país. Por ter senhoreado aquela região trezentos anos, possuia a Espanha depositados em Sevilha, no Arquivo das Índias, documentos do período que precedeu a nacionalidade independente.

As suas pesquisas proporcionaram-lhe muitas informações inéditas sobre o navegador Magalhães decidindo-se assim a delinear uma monografia destacada daquela sua projectada obra de conjunto, com o fim de melhorar o que se conhecia do famoso mareante. Conta então neste livro, Vida e Viagens de Fernão de Magalhães, que examinou em Madrid, na colecção de um erudito bibliófilo, Dom Paschoal de Gayangos, um manuscrito em letra do século XVI, tendo por título:

> Descripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hai en el mar de la India oriental i costumbres de sus naturales: su gobierno, religion, comercio i navegacion, i de los frutos i efectos que producen aquellas vastas rejiones, con otras noticias mui curiosas; compuesto por Fernando Magallanes, piloto portugues que le vio i anduvo todo.

Sob a fé desta noticia agregou a particularidade à biografia do navegador adicionando todavia os esclarecimentos seguintes:

> Posto que o frontispício do manuscrito espanhol diga que seu autor, Fernão de Magalhães, viu e percorreu tudo o que descreve, é evidente que os copistas ou tradutores castelhanos lhe introduziram intercalações e variantes de transcendência.

Com o livro já em circulação ou prestes a ser-lhe dada, alguém avisou o autor do equívoco em que laborara e o Sr. Arana reconhecendo o erro, adicionou no fim do volume a seguinte emenda:

> Correcção do autor — No capítulo I, pág. (21), fizemos menção de uma *Descripcion* da Índia oriental que existe inédita e que se atribue a Magalhães, como declara o manuscrito que havemos consultado. Dom Martim Fernandes de Navarrete havia já suspeitado que esta obra não fora composta por Magalhães; mas o erudito historiador do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, que examinou detidamente aquele manuscrito, observou que não era senão uma imperfeita tradução castelhana da obra, que, sobre o mesmo assunto, compusera Duarte Barbosa, e que só foi publicada pela primeira vez em 1813, pela Academia Real das Ciências de Lisboa, na COLECÇÃO DE NOTÍCIAS PARA A HISTÓRIA E GEOGRAPHIA DAS NAÇÕES ULTRAMARINAS, vol. II. Tão pouco conhecida era a obra de Barbosa, ainda em Portugal, que ao começar a sua publicação, os editores a traduziam do italiano da COLECÇÃO de Ramúsio; e só depois de impressa uma parte dela, é que se achou o manuscrito português que se julgava perdido. Não é para estranhar que em Espanha se fizesse no século XVI uma tradução daquela obra, e se atribuísse a Magalhães.

É digno de nota que carecendo de folhear a Colecção de Ramúsio para se documentar em duas obras ali contidas com referências a Fernão de Magalhães: a Relação de Pigafeta e a Epístola de Maximiliano Transilvano, não tivesse o Sr. Arana conhecido o LIVRO DE DUARTE BARBOSA; mas a explicação ficou nessa sua nota, desobrigando-o de conhecer como chileno uma obra portuguesa que os próprios portugueses mal conheciam.

Não é muito natural que fossem atribuir a Magalhães a autoria de um manuscrito encontrado sem nome de autor. Muito mais aceitável se torna a sua habitual indicação de "livro de Duarte Barbosa" mas conhecidas as tradições do primo de Magalhães e a sua vida licenciosa de Sevilha considerariam impossível que ele se tivesse entregado a qualquer trabalho de observação sobre a Índia. Interpretariam portanto a existência do seu nome no manuscrito como uma apropriação dos apontamentos de Magalhães que com a morte deste foram parar a suas mãos pelas razões de parentesco e sucessão no comando. Deste modo um admirador de Magalhães devolver-lhe-ia aquilo de que o supunha despojado.

No seu livro FERNÃO DE MAGALHÃES, o Sr. Visconde de Lagoa dá informe de que um manuscrito com aquele longo título e com a autoria conferida a Magalhães, foi publicado pelo bibliotecário perpétuo da Real Sociedade Geográfica de Madrid, Don António Blasquez y Delgado Aguilera. Deve o livro representar pois aquele manuscrito em questão.

Reproduz ainda o Sr. Visconde de Lagoa uma informação colhida na COLECCION DE DOCUMENTOS INEDITOS PARA LA HISTÓRIA DE CHILE, da autoria de Don José Toribio de Medina, denunciando o reprovável procedimento de Duarte Barbosa a bordo da frota, obrigando-se Magalhães a prendê-lo uma vez no porto de Santa Luzia — na actual baía de Rio de Janeiro — por pretender ir a terra; e, quando já capitão da *Vitória*, ausentando-se da nau por três dias na ilha de Zebu, passando-os entre os índios. (60)

§ 26. AONDE FUNDARAM A ARÁBIA *FELIX*

PELO latinismo do termo depreende-se que deve aproximar-se do começo da era actual a distinção topográfica da Arábia em três regiões: Deserta, Pétrea e Feliz. Coincidia essa partição com o antigo conceito que colocava no rio Nilo o limite terminal da África imaginando-se as extensões desérticas da margem direita desse curso como o aberto caminho da Arábia.

Esta região presentemente circunscrita a uma dilatada península banhada pelas águas dos golfos da Pérsia, de Oman e de Aden e das dos mares da Arábia e Vermelho, tal partição caducou; os tratadistas,

contudo procuram ainda distribuir dentro do cingido território as denominações características daquela anterior amplitude.

Assim a ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA na sua 11.ª edição, o mostra pela pena do coronel Robert Alexander Wabad que procura localizar da melhor forma possível as três porções, descrevendo a última deste modo:

> A terceira ou divisão meridional contém os elevados planaltos de Asir e Yemen a oeste, e Jebel Akhdar a leste, que com um clima temperado, devido à grande elevação e à proximidade do mar, obtém — se qualquer parte da Arábia tanto merece — o nome de *Arábia Felix*, entregando-se a população à agricultura com um zelo produtivo desde que as chuvas o reguem suficientemente.

Os mapas da mais antiga impressão de Ptolomeu que, segundo a mesma enciclopédia, datam pouco mais ou menos de 1462, mostram as três porções colocadas naquela única península: a Deserta, junto da Síria; a *Felix*, lançada contra a extremidade meridional e a Pétrea, inscrita entre as duas. O mapa de Fra Mauro (1457) mantém-nas em idêntica posição, não se percebendo se há nele menção da Pétrea. Mas o mapa-múndi de Diogo Ribeiro (1529) prolonga a Arábia Deserta ao longo do istmo até junto do Nilo, inscrevendo a Pétrea sob a Deserta, isto é ao Poente do mar Vermelho.

O Atlas de Vaz Dourado (1571) menciona a "Arabia Felis" colocando essa inscrição em toda a

largura da metade inferior da Península Arábica. Cartas havia portanto nesse tempo que a haviam já transferido para ali.

Num mapa recente do mar Índico editado pela Sociedade Geográfica Nacional dos Estados Unidos da América, a Arábia Deserta fica entre o Nilo e o mar Vermelho abrangendo toda a extensão do território egípcio com vista para este mar. Inferiormente, fica o deserto da Núbia que continua orlando o mesmo mar até ao limite da Eritrea. Das duas outras divisões especificadas, não dá esse mapa menção.

Quando os Portugueses começaram a sulcar o mar Índico encontraram os muçulmanos estabelecidos nos portos comerciais deste oceano, com todo o litoral sob sua directa ou indirecta dominação. As terras continentais interiores e as acidentadas zonas centrais das ilhas, mantinham-se em mãos dos nativos que agricultavam o solo; os resultantes produtos tradicionalmente usados nas permutas, eram trazidos aos portos circunvizinhos e o seu comércio feito com os muçulmanos que desta maneira usufruiam o monopólio no seu duplo aspecto da importação e exportação.

Na era quinhentista considerava-se o mar Vermelho como limite natural das duas partes, África e Ásia, continentalmente unidas, sendo a Arábia tida como nação na península que ainda hoje ocupa. Duarte Barbosa descrevendo as povoações e os portos assentes para além do cabo Guardafui, com o seu claro método expositivo, cita as cidades litóreas de

Metee, Barberá, Zeila, Dalaqua, no golfo de Aden ou estreito do mar Roxo, como então o designavam, e Maçua, já dentro do mar Roxo, a actual Massaua, nas costas da Eritrea.

Todos estes portos serviam o reino interior de Abexim ou Terras do Preste João que ocupavam os extensos e um tanto vagos territórios da Etiópia Oriental ou Etiópia Sob-Egipto. Do grupo sobrelevavam os de Dalaqua e de Maçua porque era neles que mais afluiam: grande quantidade de vitualhas, ouro, marfim, mel, cera e escravos, estes então muito apreciados dos árabes. Iniciando a descrição de Maçua, pronuncia-se desta forma:

§ 24. Maçua

DAQUI, deixando este lugar de Dalaqua a fim de penetrar no mar Roxo, navegamos ao longo da costa até um lugar que eles chamam Maçua e outras muitas povoações de mouros, pelos quais esta costa é chamada Baraiam mas **nós chamamo-la Arabia Felix** pelo motivo do **Monte Felix** que ali dentro está, no qual existia noutros tempos **uma famosa cidade** que chamavam **Felix,** mas ficou desde muito assolada, e ninguém habita agora dentro dela.

Da revelação assim feita por Duarte Barbosa recolhida das tradições existentes no folclore local, resulta que nos tempos de expansão do império Romano, a Arábia *Felix* assentaria ao Poente do mar Vermelho, abaixo da Arábia Deserta, portanto nas ime-

diações da Etiópia, terras prazenteiras a quem saía das desolações arenosas contíguas, caso o termo "felix" fosse posto pelo seu simples significado latino.

Num bem próximo tempo, Afonso de Albuquerque buscava ele próprio certificar-se de todos os meandros do mesmo estreito como preparação do golpe que projectava ali expedir contra o poder muçulmano e cujos planos abrigavam inclusivamente a destruição de Meca. As suas constatações confirmam com maior desenvolvimento o que o outro indagador asseverava. Contam os COMENTÁRIOS na sua parte I, cap. LIII, que Afonso de Albuquerque

> ... fez-se à vela, e foi surgir de dentro do cabo de Guardafum, e ali esteve surto só, tendo sempre uma atalaia em cima da serra, que está sobre o rosto do cabo, donde se vê a Bedalcuria, e todo aquele mar;
>
> ... andou nesta paragem do cabo de Guardafum, de quinze de Janeiro até treze dias de Maio, sem ver mais que quatro naos;
>
> ... A gente desta terra he muito doméstica. Afonso Dalboquerque lhe fez muito boa companhia, e deste cabo até a boca do estreito não tem rey: são governados por Xeques: suas armas são adargas, e espadas mouriscas: tem grandes creações de gados, e muitos camelos, de que se servem: ha pela terra dentro muita myrra, que trazem a vender: e na serra muitas árvores, em que nasce e incenso, que os nossos em companhia dos mouros, em quanto ali estiveram, hiam muitas vezes apanhar: não tem moeda, nem dam nada por dinheiro, senão a troco de pannos fazem suas compras, e vendas,

> ... Deste cabo de Guardafum até **Feliz** ha tres portos: hum se chama Bendariçaa, outro Bendaraxaa, e o derradeiro Bendesymuçaa, e todos tres tem agoa doce à borda do mar, e cada hum tem seu senhor, e logo diante está **Feliz**, Metee, Barbora jazira, e Barbora fiara; e mais chegado às portas do estreito do mar Roxo pela mesma costa jaz Zeilajadit, e daqui até o cabo do estreito não ha mais lugares.

Seu filho dissimula a origem de tais informes dizendo que os recolheu nos arquivos de Lisboa. Como tantos outros passos do livro, essa matéria inédita que se não encontra por outros textos denota bem a sua origem em subsídios mais directos, os apontamentos conservados em sigilo e que naturalmente apreçava antes de desferir os bruscos rasgos favorecedores dos sucessos.

§ 27. O CONGRESSO DE BADAJOZ

A bem concluída viagem inicial de Colombo na direcção do Poente com o suposto descobrimento dessa via de acesso às Índias, criando uma emulação que contrariava o engodo por onde iam enveredando os empreendimentos da corte portuguesa, determinou a intervenção do pontífice Alexandre VI além do objectivo que o momento requeria. Assim, em vez de reconhecer como domínios de Castela as ilhas

que Colombo costeara, a bula definiu as esferas de acção dos dois países Ibéricos fixando por limite uma linha tirada de polo a polo, rasando pelo lado de Oeste a última ilha do arquipélago de Cabo Verde.

Esta baliza conhecida por Linha de Demarcação, veio a ser deslocada ao depois pelos interessados monarcas mediante um pacto dos mais famosos da História, o Tratado de Tordesilhas, assentando-a 370 léguas mais ao Poente, deixando os portugueses senhores de navegar para Leste dêsse termo e os espanhóis para Oeste.

Com algum humor comentou-se que quantos se envolveram no plano dessa jurisdicional linha imaginária, procederam como se a Terra fosse menos globulosa que estirada, calculando que, fendidos os mares nessas diametralmente opostas direcções, as frotas dos dois países não mais se reencontrariam. Considerava-se então a Terra um centro fixo de todo o orbe movimentado, e composta de uma muralha ininterrupta de massas continentais onde ficava encerrada a irrequieta porção oceânica; em virtude deste princípio a questão da forma da Terra adquiria um lugar secundário. Certo é que Colombo visando abordar o extremo oriental da Ásia — actual Extremo Oriente — abrigava o conceito da globosidade terrestre, mas de facto não pontificava na ciência embora o monarca de Castela o mantivesse como seu cosmógrafo conselheiro. Para a passagem do restante meio-arco meridiano, possuíam ao tempo uma expressão de algum modo

rigorosa: a referência aos antípodas; mas o conceito em que tinham estes seres era tão desgostoso que se abstinham de pronunciar-lhes sequer o nome.

Estivesse porventura todo o meridiano incluído na expressão: "de polo a polo", aconteceu ao progredirem as navegações sobretudo do lado de Leste, despertar-se o zelo dos castelhanos perante o avanço constante dos portugueses, nascendo assim o receio que estes estivessem ultrapassando já os limites convencionados. Ao estabelecer-se a conquista de Malaca em 1511, fosse o brado de tal feito ou a notícia do enorme empório nesse porto constituído, os castelhanos adoptaram tal longitude como o exacto ponto onde ia cruzar-se o semi-meridiano suplementar do acordo.

Esta opinião que derivava de se atribuir ao globo terrestre uma circunferência menor da que na realidade possuia, tornou-se aceite adquirindo mesmo largo consenso pela sua concordância com as medições da antiguidade. Fernão de Magalhães, militar propenso a estudos de cosmografia, partilhava idêntica estimação que o convencia assim de não navegarem os portugueses em águas suas quando em 1512 se distanciaram de Malaca em reconhecimento das Molucas.

O meridiano estabelecido pelo pacto de Tordesilhas passava junto da foz do Amazonas, pouco mais ou menos a 50° de longitude O. vindo isso a dispor o arco complementar em 130° de longitude E. Era precisamente no grupo das Molucas situadas

entre 124° e 135° que viria passar esse arco; mas essas medições só muito mais tarde se obtiveram com rigor.

Erròneamente convencido de que as ilhas onde nasciam as especiarias cabiam pela Demarcação de Tordesilhas ao monarca de Castela, dependendo a sua posse todavia de uma comunicação ainda não estabelecida por Oeste, pensou Magalhães em cercar-se de habilitações que permitissem oferecer-se a descobri-la. Seria essa atitude um proceder condenável? Na corte de Dom Manuel ganhou proporções de felonia tal conduta.

Era corrente contudo virem marítimos estrangeiros servir nas frotas portuguesas, não sendo do mesmo modo raro estarem ao serviço da Espanha mareantes portugueses. Originara-se porém um caso de espécie, visto Dom Manuel pretender monopolizar em suas mãos o comércio de especiaria, juntando mais esse proveito ao que estava usufruindo do comércio da pimenta. Não se tratava pois de um desentendimento de ideais mas simplesmente de interesses e o sorno procedimento do súbdito contrariava tanto o monarca que se o apanhasse ao alcance dos meirinhos, Magalhães bem acabaria os dias no ergástulo de segura prisão.

Convém ter em vista que o patriotismo não era ainda um sentimento com a extensão adquirida mais tarde: correspondia sòmente a um afecto pelo torrão natal. As condições sociais obrigavam os indivíduos a tornarem-se vassalos de um personagem senhorial;

este, por sua vez de outro mais forte, como os maiores se tornavam por fim vassalos de um rei. Tal cadeia não passava porém de uma aliança contra a sempre iminente agressão de outros suseranos vizinhos e verdadeiramente cimentada nas ameaças de uma guerra. Se pelo jogo da astúcia, um monarca conseguia trazer para o seu campo alguns dos elos das ligações vizinhas, a sua nação aumentava pela ruína da vencida. A maior estabilidade das nações sobrevinda com o sossobro das instituições remanescentes do feudalismo e a transmutação dos senhorios absolutos dos monarcas, veio a tornar-se o berço do sentimento patriótico incutido nas actuais gerações.

De resto a tentativa de Magalhães tinha sido precedentemente ensaiada pela expedição comandada por João Diaz Solis. Este marítimo oriundo da Espanha, veio exercer a sua actividade em Portugal passando depois ao serviço de Castela donde os agentes de Dom Manuel pretenderam afastá-lo, possìvelmente ao terem notícia do objectivo dessa viagem. Tendo partido de Huelva a 8 de Outubro de 1515, foi explorar a foz do Prata para ver se nesse ponto encontraria a carecida passagem de Oeste. Descendo uma vez em terra acompanhado de oito homens, os embuscados indígenas mataram-nos às frechadas aproveitando em seguida as vítimas num imediato repasto sob as vistas da pouco distanciada frota. A tripulação perturbada pelo medonho espectáculo ([61]) não prosseguiu no intento.

Desse martirológio das explorações geográficas aproximou-se Magalhães cujo vislumbre da grandeza se deliu num instante com a morte. Pelas crenças dos indígenas compelidos a combate, o corpo desse chefe abatido na luta tinha de ser devorado por eles no festim comemorativo do triunfo, recusando-se assim a entregar o cadáver quando isso lhes foi pedido.

A *Victória* sob o comando de Juan Sebastian del Cano, profissional marítimo que fora alistado como mestre da *Conception* (48), largou do porto de Ternate, das Molucas, a 21 de Dezembro de 1521. Conduzindo no bojo um carregamento de especiarias ali metido — cravo, em maior quantidade — tripulavam-na sessenta indivíduos, dos quais quarenta e sete eram europeus e treze, autóctones daquelas ilhas (62).

Atingida a ilha de Timor onde recolheram bastas provisões, largaram-na a 8 de Fevereiro de 1522 para uma inimaginável travessia que sòmente pode apreciar-se com os olhos postos num mapa-múndi. Como tinham de evitar o encontro de portugueses que infalivelmente os aprisionariam, necessário se tornava cruzarem o cabo da Boa Esperança mais ao largo. Adoptando a latitude 42° foi nesse paralelo que sensivelmente seguiram onde a toalha do Índico não é menos contínua que a sulcada no Pacífico logo depois de transposto o estreito. Só divisaram a terra que se erguia de uma das duas ilhas ali esquecidas — ou a Nova Amsterdam ou a de S. Paulo — onde não tocaram.

No preferido abrigo buscado em tal pego, perseguiram-nos temporais e ventos contrários nas vizinhanças do cabo que conseguiram vencer apenas após maior aproximação da costa, a 6 de Maio depois de consumirem nisso uns dois meses. Oprimidos como seguiam de privações, atacados de doenças, dizimando-os largamente a morte, del Cano recorreu aos últimos castigos ordenando as execuções de alguns amotinados que instavam pelo apertamento a Moçambique, tão preferíveis achavam as consequências da rendição aos trabalhos de bordo acrescidos com o esgotamento da abundância de água que a nau fazia.

Atingindo Santiago de Cabo Verde a 9 de Julho, como podiam passar por vindos das Antilhas acossados de temporal, enviaram a terra um batel com treze homens para adquirir mantimento. De duas idas lhes trouxe arroz, mas da terceira vez qualquer indiscrição determinou suspeitas na autoridade local e a detenção dos bateleiros.

Notando del Cano uma excessiva demora do batel, apreendeu haver surgido qualquer denunciação da verdadeira derrota; sob esse pressentimento resolveu levantar ferro e seguir imediatamente com as provisões obtidas. A 6 de Setembro de 1522 arribava a San Lucar com um percurso equivalente a um terço da viagem total. Desembarcavam apenas dezoito, quantos restavam além dos treze aprisionados em Cabo Verde e de alguns evadidos em Timor, da hecatombe dos restantes. Vivos ainda mas tão esgotados que mais se assemelhavam a espectros (63).

Com o bem sucedido acabamento da viagem esfriaram as relações entre as duas cortes, com Dom João III por sucessor de Dom Manuel. Este, reclamou logo a entrega do carregamento da *Victoria* e o castigo da tripulação. O monarca de Castela achou que se deveria definir primeiramente o direito de propriedade e propôs o envio de uma expedição composta por barcos dos dois países e de um com delegados escolhidos pelo papa como árbitros, para se estabelecer a demarcação.

Este recurso, embora não fosse rigoroso, atingiria resultados aproveitáveis sobretudo quando concordassem em realizar duas viagens de circum-navegação sucessivamente conduzidas num oposto rumo, uma em contraprova da outra. Isso nunca conviria ao monarca português cujos barcos navegavam já muito mais além da suposta demarcação: mostrou o seu mediato empenho em que lhe fosse reconhecida antes do mais a propriedade de todas as terras que as suas naus haviam descoberto.

Nas negociações entrou assim a constituição de um congresso para se analisarem os pretendidos direitos de ambas as partes, reunindo os delegados espanhóis em Badajoz, os portugueses em Elvas, efectuando-se então algumas sessões, umas vezes na raia, outras vezes alternantes nas duas cidades. Este congresso teve uma efectuação que durou de parte de 1523 a meados de 1524. Para ele preparou o monarca português uma inquirição em que depuseram muitos indivíduos que haviam interferido nas navegações e conquistas dessas zonas contestadas, aparecendo também uma cópia do manuscrito de Duarte Barbosa como prova do conhecimento adquirido pelos portugueses das mesmas regiões.

Do manuscrito não deixaria de ter vista o monarca espanhol. Apeteceu-lhe possuir um traslado mas transvertido em castelhano. Serviu-o nisso o embaixador genovês Cinturion ajudado do cartógrafo Diogo Ribeiro.

Deste modo se estabelece a cadeia que liga o aparecimento de alguns dos manuscritos. Do original recebido recentemente da Índia pouco coberto ainda de poalha, tiraram uma cópia para ser presente ao congresso de Badajoz. Desta cópia saiu o texto espanhol que por si ou mediante uma cópia constituiu o mencionado manuscrito de Badajoz. Enquanto isto se dava com o texto espanhol, o manuscrito presente ao congresso não carecendo de regressar à casa da Índia onde havia de sobra o original, transviou-se e, ou ele próprio ou secundàriamente uma sua cópia veio a tornar-se o citado manuscrito de Sevilha que foi parar às mãos de Ramúsio.

Quanto ao assunto da linha de demarcação que sòmente o Tempo, grande resolvente dos problemas sobre-humanos, proporcionaria expeditos e rigorosos processos do seu traçado com a invenção dos cronómetros ([64]) resolveram-na os dois monarcas de uma maneira feliz.

Eram próximos parentes, cada um deles casado com a irmã do outro, duplamente cunhados portanto. A esposa, Dona Isabel, a quem Dom Carlos se devotara, interceden na questão. Assim quando em 1529 devia ir à Itália coroar-se para unir numa só mão os dois ceptros, de Carlos I rei de Castela e Carlos V imperador da Alemanha, alegou escassez de recursos para poder cobrir essas despesas.

Ninguém acredita que um monarca tão poderoso tivesse falta de recursos, mesmo para uma despesa extraordinária; naquele tempo porém a credulidade era maior. Sob essa pressão cedeu a Dom João III todos os seus direitos sobre as Molucas a troco de uma indemnização monetária de trezentos e cinquenta mil ducados.

Os entendidos acharam que fazia um mau negócio e um deles para dar uma medida mais impressionável do erro, manifestava que teria sido melhor empenhar a Estremadura. Porfiando eles por vários meios a que se desfizesse o negócio, Dom Carlos com sua proverbial tenacidade mandou dizer-lhes que não se falasse mais em tal assunto. A questão estava resolvida entre família.

V

DOCUMENTOS

E

ANOTAÇÕES

EXTRAÍDA DAS CARTAS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

VOL. III — PÁG. 48 — 1513, JANEIRO 12 — CARTA DE DUARTE BARBOSA. EXPEDIDA DE CANANOR:

Senhor — Alem da obriguaçom em que jaço ao oficio de scrivam **de que me vosa alteza fez merce,** minha comdiçam he falar sempre verdade, pryncipalmente naquelas cousas que tocam a voso seruiço, e pareceme que me nam faria deus merce se nam escrevese craramente as cousas de cananor a vosa alteza, porque estas sam as que eu sey lympamente, asy pela lyngoua, como por saber de **muyto tempo, que qua estyve da outra vez,** os tratos e costumes e comdições **asemtadas pelo almyrante,** e comfirmadas pelos outros capitães mores que atee guora foram, o que avemos de guardas ao rey e a jemte da terra, que, segundo vosos regimentos e mandados, he guardarlhe muita verdade e ter com elle verdadeyra paaz, as quaes cousas em alguma maneyra sam quebradas, como vosa alteza la vera pelos embaixadores, e cartas delrey de cananor.

Eu cheguey aquy ho anno de 1511 com dom ayres, (65) e ho capytam moor era em malaca, e dexara nesa fortaleza diogo corea por capitam, ho qual com suas tyranyas e descomfianças, e rispeda comdiçam, tynha a jemte da terra alevamtada contra sy, despeytandoos e ameaçandoos com o capitam moor, queremdo tomar bamdo por huum pocaracem comtra o trabalyam, e comtra o guovernador; lembro a vosa alteza que se perdeo o trato de calecud, por ayres corea querer bamdejar por coja beguy; he bem que sejam favorecidos os que seruem vosa alteza, e nam de maneyra que lhes façam fazer o que nam deuem contra o rey da terra, pois sam seus vasalos, e ele ho he de vosa alteza; esta he a causa que ele mais semte; nam

diguo de diogo correa muytas cousas pelo meudo, que sam dinas de gram castyguo, porque jaz ja onde nosso senhor se lembre de sua alma.

Estava aquy gonçalo mendes, feytor, e pedro homem, e por quererem palavras de grande esperança de vosa alteza, queriam conseruar e soster a paz desta jemte, tolhyamlhes que nam fosem a cananor nem amdar antre os mouros, semdo feytor, e escrivaão, e sobre isto os mexiriam com ho capitam moor, que creo sempre em suas maldades, e as ouve por vertudes, segundo o maao trato que deu ao rey da terra, e ao guovernador e jente dela, pelas quaes cousas vosa alteza deve perguntar a João sarraão, que sabe alguma cousa diso, porque avelas descrever meudamente nam se poderiam acabar.

E se o rey da terra esteve pera quebrar de todo com ho capitam moor sobre a tyrada do seu guovernador, e asy sobre huma soma de cavalos que lhe tomou forçosamente sem lhos paguar, e fez obriguar ao alguazil que paguase alguns deles a seus donos, e senam que o prenderia em ferros; eu ho sey muy bem porque estyue la huum dia todo com elrey, dezendolhe de parte de vosa alteza, se se semtya agravado, que o fezese saber a vosa alteza, e que tudo se remedearia com muyta paaz e muyto amor, e ele me dezia que queria acabar de perder sua terra, pois lhe faziam tantas forças que as nam podia sofrer, e que nam queria nada de nos, nem portos nem naveguaçam, nem dar nem tomar comnosco, e que queria viver no sertam, e com os frutos da terra se mamter, pois lhe roubavamos a terra e lhe faziamos tamtas forças. profyey tamto com elle com palavras mansas que por deradeyra me dise, avendo sobre iso muito conselho, que queria sofrir tudo ate ho fazer saber a vosa alteza, e a isto senhor manda la com alguums seruiços de joyas estes omes com cartas e recados na maão de João sarrão.

Este anno ouvemos pera esta feytorya, pera caregua destas naaos, quatro mil quintaes de jengivre, case todo fyado, que nos'o rey mandou dar, e fomolo paguamdo pouco e pouco, e

se teueramos mercadores pera o paguarmos, pareceme que ouueramos seis ou sete mil quintais, e porque nam temos nenhuma mercadoria, nem com que ho paguar, estamos no preço de cem fanoes ho bahar, a que o anno pasado o fezemos decer, porque estava a cento e vimte fanoes o bahar, e aguora nos acometem que nos obriguemos a lhe tomar ate seis mil quintaes, e que lhe paguemos em mercadorias, e loguo alguma cousa; se as teveramos pareceme que ho fezeramos abaixar a oytenta fanoes o bahar, porque jorge de melo, com suas boas palavras e corndyçam, os tem muyto mansos e tyrados de muytas malyceas em que jaziam, porque despois que aquy fycou vieram a esta fortaleza muitos mouros jentyos homrados, que avia dous annos que aquy nam emtravam, nem tratavam comnosco; este fruyto dam as arvores que vosa alteza poem por sua maão.

Mamde vosa alteza acudir a esta feytoria com muitas mercadorias, e, per especial mandado, mande que as descarreguem aquy, porque pasam todas a cochy, e nam nos dexam aquy nada, nem querem aquy estar tres dias, aynda que venham muyto cedo, nam lhes lembra senam quimtaladas, e este anno perderam quatro ou cimco naaos de meca que vieram a calecud, por nam querem aquy a guardar, e avisamolos disto porque sabiamos certo que vinham: ha anno pasado pasaram a meca e adem doze ou treze naaos careguadas despecearia, e este anno se fazem prestes outras tamtas. Remedee deus isto pois o vosa alteza nam quer remedear, porque milhor seria tolher esta pasaje a esta especearia, que estar sobre guoa gastando, quamtas vosas feytorias tem, com jemte darmas da terra, e com sete ou oyto centos omens, e quatro ou cinco naaos, e outras tamtas caravelas, e guales, paguando mais casamentos a omens que se loguo vam tornar mouros, do que val o que guoa ateguora rendeo nem nunca rendera; ahy poem o capitam moor todo seu fundamento, esquecendose das vosas feytorias antiguoas, em que ha toda a caregua per as naaos, pera cujo fundamento vosa alteza mandou descobrir a yndea, e asy tambem gasta em soldos e manti-

mentos aos canaris da terra tanto que falece qua nas feytorias, e os portuguezes andam qua sem averem paguamento de seus soldos muito tempo. Esta quy coja bequy, que nos come cada dia huum cruzado que tem de mantimento sem nenhum fruto.

Manda la a vosa alteza huum embayxador que diz que he do preste joham; mandou o de guoa por estas fortalezas, que lhe desem grandes dadivas, e que lhe fezesem grandes recebimentos, como lhe foram feitos, dezendo que traz o lenho da samta e verdadeira cruz; traz comsiguo huma molher da terra do preste joham, e hum moço fez emtender que a molher era sua proprea molher, e filha de huum gram senhor, e que o moço era muito paremte do rey, e que era o principal embaixador; e a molher descobrio aqui que este era mouro, e que vinha do cayro por espia, e que comprara aquele moço, e que a ela que a furtara, que nam era sua molher, porque os abaxis sam todos pretos e ferados nas testas, e que este he omem alvo, e que nam sabe a linguoa da terra do preste; requerio ao capitam Jorge de melo, peramte todos os oficiais desta fortaleza, que a tyrase dele, porquanto era mouro, e que olhase pelos enguanos com que vinha; o capitam o manda asy como vinha a vosa alteza, com a crareza do que qua soube, e asy gaspar pereira o escreve a vosa alteza.

Eu trouxe huum aluara de vosa alteza per a primeira escrevaninha que vaguase em cananor; fuy provido da de Joham dauila, por sua morte, e duarte fernandes veyo este anno com huum aluara pera a escrevaninha de Joham dauila, com os seguros das naaos da terra, e pedromem por feitor; **segundo a tençam de vosa alteza eu ficaua escriuaão primeyro como era pedromem,** pois duarte fernandes traz nomeada a escrevaninha de Joham dauila, e o capitam **moor** ho entendeo como quis, e proveyo duarte fernandes da escrevaninha primeira com os seguros, que tem satente mil reis, e mais parte nos direitos do jengi-

vre e drogarias, que **eu trabalho milhor que nenhum ofecial pela lyngua,** e fico aguora com cincoenta mil reis secos, pelo qual bejarey as maãos de vosa alteza mandar-me prover com justiça, **e que guose o tempo que tenho seruido** e seruir descrivão prymeyro, pois duarte fernandes tras nomeada a de Joham dauila em seu aluara, e niso me fara muita merce. **feita em cananor a doze de Janeiro de 1513. — Duarte barbosa.**

(No dorso) — A elrey noso senhor.

1 — Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas. Lisboa, 1892. Carta do Infante Dom Henrique, pág. 26:

> Comecei de povorar a minha ilha da Madeira averá ora trinta e cinco annos, e isso mesmo a do Porto Santo, e deshi, proseguindo, a Deserta, das quaes ilhas que assim edifiquei e novamente achei . . . .
>
> Na minha villa, 18 de Setembro de 1460

2 — A carta do dr. Jerónimo Monetário reproduziu-a Oliveira Martins no livro Portugal nos mares. Foi vertida e publicada com uma tradução do Tratado da Esfera do Mundo, de Sacrobosco, num incunábulo de que existe um exemplar na Biblioteca de Évora.

A História da Colonização Portuguesa do Brasil insere-a também a pág. 112 do vol. I, reproduzida de um outro exemplar desse incunábulo existente na Biblioteca Real de Munique, de diferente edição.

3 — ALGUNS DOCUMENTOS, etc. pág. 385:

> .... deixo a Jndia com as principaees cabecas tomadas em vosso poder, sem nela ficar outra pendença senam çerrar se e muj bem a porta do estreito; jsto he o que me Vosa Alteza encomendou....

4 — OPÚSCULOS HISTÓRICOS, da Livraria Civilização, editora. Porto, 1945. Pág. 135.

5 — Idem, pág. 215.

6 — A DESCRIPTION OF THE COASTS OF EAST AFRICA AND MALABBAR in the beginning of the Sixteenth Century, by Duarte Barbosa, a Portuguese. Translated from an early Spanish manuscript in the Barcelona Library, with Notes & a Preface, by Lord Stanley of Alderley. London. Printed for the Hakluyt Society, 1865. 1 vol. — N.° 35 of the first series.

7 — THE BOOK OF DUARTE BARBOSA. An account of the Countries bordering on the Indian Ocean and their Inhabitants, written by Duarte Barbosa, and completed about the year 1518 A. D. Translated from the Portuguese text, first published in 1812 A. D. by the Royal Academy of Sciences at Lisbon in Vol. II of its Collection of Documents regarding the History and Geography of the Nations beyond the seas, and edited and annotated by Mansel Longworth Dames. London. Printed for the Hakluyt Society. 2 Vol. — N.° 44 (1918) and N.° 49 (1921) of the second series.

8 — De um livro não concluído:

> De sorte que toute la suite des hommes, pendant le cours de tant de siècles, doit être considérée comme un même homme qui subsiste toujours et qui apprend continuellement.

no mesmo sentido de uma citação mais figurada que o prof. Mr. E. Forgue incluiu a pág. 25 do seu livro AU SEUIL DE LA CHIRURGIE: (Dédicace de Guy de Chauliac, en 1363, à la Faculté de Montpellier)

> Les sciences sont faites par additions, n'estant possible qu'un même commence et achève; nous sommes comme enfants au col d'un géant; car nous pouvons voir tout ce que voit le géant et quelque peu davantage.

9 — CARTAS — Vol. III, págs. 190-191 — Do Regimento dado a Afonso de Albuquerque na sua primeira viagem de 1503:

> Item: Hordenamos e vos mandamos que ha primeira escapulla da Imdia em que toques seja em cananor, ... e por gomçallo gill noso feytor, e os outros que com elle estam poderes ser avisado das cousas da terra como estam
>
> .... e por gomçallo gil poderees ser avisado da carega que aly podees ter;
>
> E por que gomçallo gill noso feytor he homem de bom rrecado, no que tocar ao assento da mercadorya que se aquy ouuer de fazer, em qualquer maneira em que asentardes que se faça, tomares sempre seu parecer e comselho, por que pella experiencia e vista das cousas da terra, e saber como estam, aveemos por nosso seruiço que asy o façaes;

Idem — Vol. II, pág. 326 — No Regimento que levou Dom Francisco de Almeida, datado de 5 de Março de 1505.

Num item sinalado à margem pela rubrica "Diogo fernandes e gonçalo gill que se venham e como viram":

Dioguo fernandes, noso feytor em cochy, aveemos por beem que se venha em booa ora nesta viajem das naaos de mercadorya, e com elle todos os spriuaaes que com elle eram ordenados na feytorya, porque em seu lugar ham de emtrar os que vaão agora pera aly ordenados, asy feytor como spriuaaes, porem vos encomendamos que ha o dito dioguo fernandes emcarregues huma das naaos, que ham de vyr, pera nella vyr por capitam, e parecenos que deue ser esta vosa em que hys, porque hade ficar despejada, e com elle venham os oficiais da feytorya, e, quando nesta nam for, em quallquer outra em que venha beem agasalhado, porque asy nos prazera que se lhe faça, e outro tanto vos encomendamos muyto que façaes a gomçallo gill e aos que com elle estam em cananor, em quallquer naao que hy ouuer, pera elle poder nella vyr com carguo de capitam, porque tambem aveemos por beem que se venham, e emcomendamosuos muyto que tomees grande cuidado e lembrança pera ha estas pesoas se dar todo boom gasalhado.

10 — História do descobrimento, etc., Livro III, cap. XLVIII:

E dom Vasco se lhe obrigou em nome del Rey de Portugal de ho ajudar contra todos aqueles que por sua causa lhe fizessem guerra: & de tudo isto

se fez hu contrato assinado por ambos, & em Cananor ficou por feytor Gõçalo gil barbosa, & por escriuães hu Bastião aluarez & hu Diogo godinho, & por lingoa Duarte barbosa, & ficarão mais na feytorya Francisco correa, Ioão da vila q eu ainda conheci em Cananor, Gaspar homem & outros que por todos forão vinte, que el rey tomou sobre si com a fazenda da feytoria.

11 — Lendas da Índia, vol. I — Armada de Pedraluares Cabral no ano de 500 — Cap. I, pág. 148:

E por feitor d'armada e da carga Ayres Correa, homem fidalgo, **dous escriuães, Gonçalo Gil Barbosa,** e Diogo d'Azeuedo com grande regimento de como hauião de vender e comprar, e pesar e medir todalas mercadorias, como tudo Dom Vasco soubera, e examinara em Calecut, que tudo passara em lembrança por escrito.

12 — Id. Id., cap. XII., pág. 218:

ElRey mandou dizer ao Capitão mór que lhe mandasse dizer todo o que hauia mister pera sua carga; do que logo fez apontamento que lhe mandou **por Gonçalo Gil Barbosa,** que lhe mandou que andasse **no trabalho de feitor, porque Lourenço Moreno era mal disposto.**

13 — Id., id., id., pág. 221:

O Capitão mór tinha já feito muytos apontamentos de todo o que lhe pareceo que compria pera deixar **ao feitor, que ficou Gonçalo Gil Barbosa, que Lourenço Moreno, por sua doença nom o quis ser, e antes ficou por escriuão** com . . . (Fernão ou Francisco?) Dinis; e mandou ao feitor que nada

fizesse da fazenda que lhe leixaua senão o que lhe ElRey mandasse, e que toda lha entregasse se a elle quisesse receber;

14 — Id., id — Armada de Dom Vasco da Gama com que partio pera a India, anno de 502 — Cap. VII. — Como o Capitão mór se vio com ElRey de Cananor, etc., pág. 298:

Então o Capitão mór, fez Capitão mór da armada Vicente Sodré, a que hauia de deixar a armada quando se fosse. E **fez feitor a Gonçalo Gil Barbosa, que estava em Cochym, porque pera Cochym vinha prouido de feitor Diogo Fernandez Correa,**

Cotejar com COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO DE ALBUQERQUE, 4.ª edição (conforme a segunda), Parte 1.ª, Cap. I,:

... Em Cochim ... Francisco Dalboquerque ficou praticando sobre este negocio com **Diogo Fernandez Correa, que o Almirante deixára por feitor,** e com Lourenço Moreno, e Alvaro Vaz, que eram escrivães,

15 — LENDAS DA ÍNDIA, cap. X, pág. 312:

Fez a negociação desta carga o **feitor que estaua, Gil Fernandes Barbosa,** porque tinha já comprada muyta da carga, em que serviião d'escriuães Lourenço Moreno, e Aluaro Vaz de Goes, **ao que era presente o feitor Diogo Fernandes Correa,** que fazia os pagamentos porque trazia toda a fazenda que vinha n'armada, que acabada a carga, **Gil Fernandes Barbosa se foy nas naos a ser feitor a Cananor, por assi vir ordenado por ElRey.**

16 — Id., id. — Armada de Dom Francisco d'Almeida, visorey o primeiro governador que á India passou anno 1505 — Cap. VI, pág. 582:

O visorey hia já informado do **feitor Gonçalo Gil Barbosa que em Cananor** nom podia ter feitoria segura sem fortaleza, porque os Mouros erão muyto contra ElRey, vendo que era tamanho nosso amigo, e trabalhauão polo matar.

17 — CARTAS, vol. II, pág. 389 — No pós-escrito da carta endereçada a Dom Manuel:

Senhor Peço a vosa alteza que olhe a quanto serviço eu tenho feito, e que nom tenho nem huma cousa, e que tenho cinco filhos e filhas, e poys ca ando seruyndo vosa alteza, que me faça merce da feitoria de cananor, despoys que lopo cabreyra acabar seu tempo, ou primeiro se quizer hyr, no que vosa me fara grande merce.

E a pág. 390, no "Sumario de todas as cartas que vieram da Imdia a elrey noso senhor, e doutros Recados que também vieram nas naaos de que veo capitam mor António de saldanha, e na naao de cide barbudo que veo depois dele" inclue esta de Diogo de Alcáçova, com o registro de quatro das suas passagens principais, sendo a última:

Item; pedia a feytoria de cananor.

18 — Idem, vol. II, pág. 429 — Alvará passado por ordem do vice-rei D. Francisco de Almeida em 6 de Fevereiro de 509 quando se entrava na

nau capitânia Flor do Mar, na expedição levada a efeito contra os rumes:

Gonçalo mendes, feitor de cananor, escriuães de uoso hoficio, mandamos que des a cide alle baci amdaluz quatrocemtos cruzados que em nome delRei meu senhor lhe faço merce, porque guardou, he agasalhou, he emparou os christaãos que foram catiuos em chaull em casa de mullqiaz, he por seu respeito hos nam mataram nem emtregaram aos Rumes, nem venderam por muito dinheiro que por elles davam pera os mandarem ao soldam do cairo, e por outros grandes seruiços que a elRey meu senhor tem feitos, os quaes eu direy a sua alteza quando com elle prazendo a deus me vir, pollos quaes elle he merecedor de toda a merce que lhe for feita. feito em froll de la mar a seis de fevereiro de beix. amtonio de sintra ho soescreui. O Viso Rey.

19 — Cartas, vol. II. pág. 354 a 369 — Carta do primeiro escrivão da feitoria de Cochim, para Dom Manuel, datada de Janeiro, 11 de 1506.

Domingo, onze do mes, mandou o viso rey recolher a naao madanella o feitor diogo fernandes, e os outros que nella aviam de hir, pera ante menhaã se partyrem caminho de cananor, e mandou hir pera ella muitos fidalgos e caualleiros creados de vosa alteza para acompanharem atee cananor,

20 — Lendas da Índia, vol. I, pág. 335:

. . . e se forão na volta de Cananor onde já estaua o Capitão mór, . . . desembarcou e foi á Igreja com toda a gente dar louvores a Nosso Senhor, e Gil Fernandes Barbosa tomou sua feitoria, e Bastião Aluares, e Diogo Nunes escrivães.

Este **Gil Fernandes tinha um sobrinho chamado Duarte Barbosa, que estando com elle em Cochym aprendeo tanto a lingoa das Malauares, que a fallaua melhor que os próprios da terra.**

21 — Idem, vol. I, pág. 378:

Então o Capitão mór se aleuantou em pé ante ElRey com o barrete na mão, e assi os Capitães, e todos os Portuguezes, tendo **junto de si Duarte Barbosa, que muyto bem sabia a lingoa da terra,** que tudo falaua a ElRey o Capitão mór, que disse:

22 — Lendas da Índia, vol. II, pág. 122:

ElRey de Cananor tinha grande desejo de se ver com o Governador, polo que, chegando ao mar, mandou visitar . . .

ElRey sayo fora da casa ao receber, a que o Governador e todos fizerão grandes cortesias e muyto acatamento, onde fallavão grande pedaço, **sendo lingoa Duarte Barbosa, que muyto sabia lingoa da terra.**

23 — Idem, vol. I, pág. 357:

Nesta gente Malauar ha dezanoue gerações e cada huns apartados. sobre si por leis e costumes, de que aqui nom fallo, . . . porque minha tenção he nom escreuer nada destas terras e seus costumes, como ouve alguns que o fizerão, em que foy hum delles **Duarte Barbosa, sobrinho do feitor de Cananor Gil Fernandes Barbosa, que fez hum Tratado, que eu vi,** de todalas terras, gentes, leis, costumes, e tratos, começando dos Lequeos, correndo todo o mar, que acabou no cabo da Boa Esperança.

24 — Idem, idem, pág. 2:

. . . E porque eu, sem algum tento de cobiça, vaidade, nem inveja, tomei pera mi este trabalho, somente satisfazendo a meu desejo, e contenta-

mento de vontade, e não escreuerei nada das terras, gente, e trato, porque houve alguns que n'isso se occuparão, **de que vi alguns volumes e mormente um liuro que d'isso fez Duarte Barbosa escrivão da feitoria de Cananor,** pelo que, a Deos prazendo, somente trabalharei por escreuer mui inteiramente os nobres feitos . . .

25 — CARTAS, vol. V, pág. 168:

Receby eu Joã davila escrivã d esta feitoria de cananor de gomçalo memdez feitor em cananor . . . . e por ser verdade fiz este conhecimento asynado de mynha mão feito em cananor aos vymte e çimquo dia do mes de abril de myll e quynhemtos e onze

Juam davila

26 — Idem, vol. V, pág. 201:

Recebeo lopo diaz do feytor gonçalo memdez qujnze quintaes de cobre per sasenta e dous pães redomdos pera levar a vemder a batecala per vertude deste mamdado e por verdade asynou aquj comjguo duarte barbosa escrjvaão da feytoria a xxij deste setembro de 1512.

Duarte barbosa. lopo diaz.

27 — Idem, vol. I, pág. 134:

. . . . Porém, senhor, dura cousa he de sofrer estes vossos ofyciaees e pesoas a que daes tamto credito, os quaes sem vergonha nem temor de vos alteza se trabalham por danar quaa e laa as cousas de voso serviço, as quaees eu amdo metemdo em ordem com ho voso Rejimento metido debaixo do braço; porque neste feito de calecut os vosos oficiaes de cochim e cananor e gaspar pereira com eles tinham tam danado ho negocio de calecut e tam Revolto el Rey de cochim e o de cananor, que aimda oj este dia em dia nam cree el Rey de calecut que ha forteleza e paz se faz de verdade, e cada dia me toma salvas diso, alegamdo me cousas mesmas que lhe eles mamdavam dizer. Pejam se com gomçalo memdez, porque lhe era muyto comtrayro quamdo estava em cananor, e era muyto liado com ho alguazil ho velho e com el Rey de cananor, e diz que lho tire daly, porque era muyto comtrayro haa paz;

. . . e asy senhor tiro **barbosa** de cananor, **porque ele he lymgua e causa de todas estas Revoltas:**

28 — Idem, vol. V, pág. 474:

Gonçalo memdes **feitor de calecut** o capitã jeral governador das Imdias etc. per este vos mamdo que pagues a duarte barbosa vinte e tres pardaos e meo por huua arelhana e quatro perlas que comprou pelo dito dinheiro, que se pos em huua joya que mamdo a el Rey nosso senhor e per este com assento dos escprivães desa feitoria vos sera levado em conta feito em calecut a xbiij dias do mes dezembro fernam pimentel o fez de 1513.

afonso dalboquerque.

29 — Por equívoco, o sr. Sousa Viterbo deu a cena como ocorrida em Cananor. Nos COMENTÁRIOS lê-se na Parte III, Cap. LV, que em 10 de Fevereiro de 1513 Albuquerque foi informado das melhores disposições do Samorim quanto à erecção de uma fortaleza em Calecut:

Afonso Dalboquerque com este recado deteve-se em Goa quatro, ou cinco dias, e despachou Francisco Nogueira, que ElRey D. Manuel mandava,

que fazendo-se fortaleza em Calicut, ficasse por capitão della, e Gonçalo Mendez, que havia de ser feitor, pera ambos irem acabar este negocio, polos desejos que tinha de meter hum pé em Calicut;

. . . e deo-lhe cartas pera os capitães, e officiaes de Cochim, e Cananor lhe darem tudo o que lhe fosse necessario pera a obra. Despedido Francisco Nogueira de Afonso Dalboquerque, foi-se a Cochim fazer prestes, e deo as cartas que levava ao capitão, e officiaes delRey, e dali partiu pera Calicut.

30 — Trabalhos náuticos, págs. 43 a 46:

Sor o misijeiro del **Rey de Calecut** chegou aqui hum dia de noyte que vinha de Guoa e a outro dia pella manhaã nos mandou el Rey chamar e nos deu huas cartas de vossa senhoria e mandou que as lessemos **loguo pera ver se falauam em Duarte Barbosa,** antre as quaes vinha huua carta vossa pera nos, em que nos mandaueys que, vista aquella, prendesemos Duarte Barbosa em ferros e sem mays delaçam ho mandasemos loguo em hum zambuquo a Cuchym a Pero Mazcarenhas e que sobre seu caso escreuerieys. Tamto que viemos de casa del Rey e vimos vosso mandado ho prendemos e cumprymos tudo o que mandaueys pera loguo ho mandar **e ao outro dia** mandounos el Rey chamar e perguntounos **que hera o que vossa senhoria mandaua que se fizesse de Duarte Barbosa.**

Dissemoslhe que vossa senhoria mandaua que loguo o mãdassemos preso em ferros a Cuchym e que asy o tinhamos feyto, somente os ferros nom tinha lançados, por que os nom auya hy e se estauam fazendo.

Mandounos le Rey que lhe nom lançassem ferros e que esteuesse em sua casa preso negnociando o aviando sua fazenda e que **nom fizessemos nada delle sem seu mandado** e que dahy a tres dias tornassemos la e nos dirya o que se delle auya de fazer: tornamos la aos tres dias, como nos ele mãdou, e nom quys dar nenhuua destriminaçam e disenos que ho leixassemos asy estar.

Requeremoslhe tantas vezes que nos leixase cumpryr voso mandado, porquando, nos punheys grandes penas, te que per derradeiro **mandou que ho nom mandasemos a Cuchym** e ho leixassemos estar em sua casa sem ferros e della nom sayse somente ate fortaleza, porquanto elle tinha por impedimento sua ida a Cuchym, e que quando vossa senhoria aquy vyese vollo entreguarya e **vos diria o que se delle fizesse;** e quanto as penas que nos vosa senhoria punha e nom cumprimos e vosso mandado que elle escreuerya a vossa senhoria sobryso como nello mandara asy. . .

31 — Comentários, parte 4.ª, cap. XIII:

. . . . Chegado Afonso Dalboquerque a Goa . . . . Francisco Nogueira, que elle tinha deixado ao tempo de sua partida pera fazer a fortaleza de Calecut . . . . lhe deo conta como chegára a Calicut . . . . e ainda que lhe dera lugar em Calicut, como os capitães e officiaes delRey, a quem elle escrevêra que lhe dessem todo o favor, e ajuda pera se fazer a obra, tinham danado secretamente o negocio, por comprazerem aos reys de Cananor, e Cochim, era impossivel fazer-se fortaleza, se elle mesmo lá não fosse em pessoa.

32 — Idem, Id.:

Afonso Dalboquerque pelos desejos que tinha de meter um pé em Calicut, ficou descontente.... e querendo se determinar no que faria, mandou chamar os capitães, e officiaes delRey, e contou-lhes tudo.... e como nas náos, que aquelle anno vieram de Portugal, lhe escrevêra ElRey, que nas cousas de Calicut se houvesse de maneira, que o rey de Cochim se não escandalizasse: e que escrever-lhe ElRey seu senhor aquillo, não podia ser senão más informações, que os seus officiaes de Cananor e Cochim lhe tinham escrito daquelle negocio, sendo elles os que o tinham danado por comprazerem aos reys....

33 — Cartas, vol. I, pág. 375: Carta de Albuquerque para Dom Manuel, datada de Setembro 22 de 1515.

....Na Imdia, em cochim, deixey ordenado fezerem se duas galees.... e outras duas em calecut, as quaes se fazem á custa d uns chatins dy, mercadores, porque el Rey de calecut apertou Rijo comigo, que lhe dése licemça pera mamdar duas naos adem est ano:

....quamdo determiney de vir a vrmuz, emtam fiz da necesidade virtude, e lhe dise que (de) sem os mercadores delas duas galees gr (ãdes) e que eu lhe deixaria ir as naaos: outorgaram (nos) isto, o que eu nam cuidey e ficaram as quy (lhas) armadas já, e **duarte barbosa por feitor e negoceante delas,** e hum carpimteiro pera as fazer com os carpimteiros da terra: se a noso senhor aprouuer de as achar acabadas, temos tres galees e huua galeota.

34 — Comentários, parte IV, cap. XXIX:

....e porque se fizessem com mais diligencia, deixou pera negoceador dellas Duarte Barbosa, e hum carpinteiro com outros da terra pera as fazerem, porque **sua determinação era,** depois que entrou o estreito do mar Roxo, **reduzir toda a armada da India a galés.**

35 — Cartas, Vol. II, Pág. 137:

Ho capitam jeral etc.ª per este m apraz e ey por bem que **duarte barbosa aja de mercê** em nome d el Rey noso senhor vinte mil reis per seu trabalho tanto que se acabarem duas guales que lhe ora mando fazer em **calecut** a custa dos mouros de meca e per este mando ao feitor de calecut que acabadas as duas guales lhe paguem os ditos vinte mil reis da fazemda d el Rey noso senhor, e ao escrivão da feytoria que lh os lance em despesa. feito em calecut a treze de ianeiro de mil quinhentos e quinze.

Affomso dalboquerque.

Tem junto a ordem de Lopo Soares para que se cumpra este alvará, e o recibo de Duarte Barbosa.

36 — Idem, Vol. VI, pág. 355:

Francisco nugueyra capitã desta fortalleza de callecut mãdo a vos gonçalo mendez feitor e ao escpriuã de nosso carguo que pagues a **duarte brabossa** a que o Senhor capitã mor deu carguo de fazer duas galles pera elRey noso Senhor sete cemtos e uinte e cymquo fanões que per seu mandado gastou em alguas dellygemçeas e seruyço que compryam ao despacho das ditas galles a que o Rey

da terra nã era obrygado que as fazya a sua custa por quãto eu lhe mãdey fazer as ditas despesas por me pareçer seruyço delRey noso Senhor e se dar bõ despacho a dita hobra, e quãdo lhe fyzer o dito pagamento lhe dares juramento se gastou os ditos sete semtos e uymte e cymquo fanões, em seruyço delRey e despacho da dita oba, e per este cõ asemto de vosso escprivã vos sera llevado em conta, feyto em callecut a x doutubro de 1515.

Francisco Nogueyra

Eu **duarte barbosa** diguo que he verdade que reçeby de gonçalo memdez feytor de calecud setecemtos e vimte cimqo fanões que gastey em alguas dilyjemçeas que se fezeram no fazer de duas guales reaes que me o capitam moor mandou fazer a custa dos mouros de meca, a qual despesa fiz per virtude desde mãdado e por verdade lhe dey este meu asynado feito oje xij de outubro de 1515.

Duarte barbosa.

37 — COMENTÁRIOS, Parte IV, Cap. XLI:

. . . e concertados os navios, que houvesse na India, e se acabassem as galés, que deixára começadas em Goa; e escreveo a **Duarte Barbosa,** que as duas de Calicut lhe tivesse acabadas, porque determinava de aquelle verão ir com uma grossa armada tomar Adem, e fazer-se forte nella, e entrar o estreito do mar Roxo, e fazer assento na terra do Preste João.

38 — CARTAS, Vol. VII, Pág. 155:

Eu **Duarte Barbosa** diguo que he verdade que Gonçalo mendez feytor delrey noso senhor em calecud me deu dez cruzados per huu mãdado do capitam moor de que lhe dey outro conhecimento ao pe do mãdado os quaes dez cruzados gastey

com fernãdinho que me o capitam moor mamdou ter em calecud escondido pera o mandar em trajos de mouro a meca e adem a espiar a terra, os quaes ditos dez cruzados gastey com ele em vestydos mouriscos e arcos e frechas e mãtymentos; e por quanto o dito feytor diz que perdeo ho outro mãdado cõ meu conhecimento lhe dey esta çirtydam pera sua comta cõ cõdiçam que nam sam majs que huus dez cruzados que se gastaram e per esta maneyra feito em calecud a dez dias de janeyro de 1516.

Duarte Barbosa.

39 — TRABALHOS NÁUTICOS, págs. 43 a 46 — Documento extraído da Torre do Tombo, Chanc. de D. Manuel, 1.° 10, fl. 3v.:

Dom Manuell etc. a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que comfiando nos da bomdade e descriçam de Duarte Barbosa, **caualeiro de nosa casa,** que nyso nos seruira bem e como compre a noso seruiço e queremdolhe fazer graça e merce, avemdo respeito **a nos ter bem seruido nas partes da Imdya** e nos ora tornar lla seruir e asy lleuar comsiguo sua molher, temos por bem e lhe fazemos merce de huua **scprivaninha da feitoria de nosa fortelleza de Callequ,** com o quall queremos que aja em cada huu anno o ordenado que ora ha cada huu dos scprivães que nos lla servem na dita feitoria per nosos aluaraais, e esto em quamto olle nos bem seruir, e começara de seruir a dita escriuaninha **tamto que cada huu dos escriuães acabar o seu tempo** . . .

Dada em Lixboa aos xxij dias de janeiro — D.° Vaaz a fez — ano de jbc xbij.

(12 de janeiro de 1517)

40 — As Famozas Armadas Portuguesas 1496--1651, por Simão Ferreira Paez. Manuscrito publicado pelo Ministério da Marinha. Rio de Janeiro, 1937.

41 — Mr. M. L. Dames analisa minuciosamente uma divergência de datas entre João de Barros que indica como data da partida de Lopo Soares, da Índia para o Mar Vermelho, o dia 8 de Fevereiro de 1516 (Dec. III Liv. I, Cap. 2), e Gaspar Correia que marca essa partida em Fevereiro de 1517, sendo esta última a data fornecida por Castanheda. Dois outros factos ocorridos em 1517 e narrados pelos três historiadores como contemporâneos dessa viagem de Lopo Soares, tendo mesmo com ela alguma conexão, levam a crer que por parte de João de Barros nada houve mais que um lapso da sua pena ou gralha tipográfica.

Este incidente abona a precisão das datas fornecidas por Duarte Barbosa e deixa em relevo um idêntico cuidado por parte de Correia e Castanheda.

42 — Dá menção deles, Mr. M. L. Dames na resenha bibliográfica das obras consultadas, indicando o livro de:

> R. Sewell, A Forgotten Empire: Vijayanagar. London, 1900. Containing translations of the following: Narrative of Domingo Paes (about 1520), Chronicle of Fernão Nunez (about 1535).

43 — Publicado na Colecção Delle Navigationi et Viaggi de Gio. Battista Ramusio. Revertido para português, nesta língua divulgado pela Colecção de Notícias para a História e Geographia das Nações Ultramarinas, etc.

44 — O manuscrito de Tomé Pires teve recentemente publicidade dada em edição bilingue pela Sociedade Hakluyt de Londres que incluiu assim mais um escrito português nas séries produzidas sob sua iniciativa.

45 — The Book of Duarte Barbosa, § 85., note:

> Further on in his work he gives it another paragraph in its proper place on the coast of the Bay of Bengal. Had he ever made a final revision of his work he would doubtless have combined the two notices under the latter, its proper geographical position. See § 101.

46 — Cartas, vol. VII, pág. 181:

> Cauanor dõ aeres, feitor acaba antonjo carvalho, entra pero bareto, que ora de la veo, **esprivão barbosa** e outro, aluaro de brito alcaide mor.
>
> Calequt manuel de laçerda, duarte fernamdez feitor acaba, entra antonio carvalho, alcaide mor bastiã salvago, escprivães lopo diaz e antonio da mota.

47 — As Famozas Armadas Portuguesas 1496-1651:

Em 18 de Abril de 1528 saiu Nuno da Cunha para governar a Índia, embarcando numa esquadra composta de 13 naus na qual seguia como capitão-mor.

Esta demora anómala entre a saída de Lisboa e a chegada a Goa em 22 de Outubro de 1529 é explicada pelas LENDAS DA ÍNDIA ou pela sua condensação apresentada no RESUMO HISTÓRICO ACERCA DA ANTIGA ÍNDIA PORTUGUESA, da autoria de Sebastião José Pedroso, Lisboa, 1879, 1 vol.

Sobre tal assunto diz ter-se perdido a nau capitânia na ilha de Madagáscar, sendo o capitão-mor recolhido por uma outra nau na qual arribou a Zanzibar. Daí seguiu para Melinde, indo invernar a Ormuz.

Entretanto as naus remetidas na ano de 1529 sob o comando-mor de Diogo da Silveira, chegavam à Índia em Outubro desse mesmo ano. Nuno da Cunha, então já na Índia, nomeou Diogo da Silveira para fazer o cruzeiro na costa do Malabar.

48 — Informação recolhida da vária documentação acumulada na obra recente do Sr. Visconde de Lagoa, FERNÃO DE MAGALHÃES, Lisboa, 1938, 2 vol. in 4.°, o segundo dos quais contém uma tradução do relato que da viagem fez o tripulante António Pigafeta a que deu o título PRIMO VIAGIO INTORNO AL MONDO.

Para evitar a confusão do nome do navegador com o título da obra, as citações irão em nome dos autores: Pigafeta e Visconde de Lagoa.

49 — VIDA E VIAGENS DE FERNÃO DE MAGALHÃES, do historiador chileno Diego de Barros Arana, tradução portuguesa, Lisboa 1881, pág. 64.

50 — Pigafeta diz que "a almejada passagem foi baptisada com o nome de *Estreito da Patagónia*" mas esta designação bem como a de "*Mar Pacífico*" parecem ser de seu inteiro alvedrio pois que o mar aonde desembocava o Estreito continuou por largo tempo com a anterior designação de "*Mar do Sul*", pelo menos entre os cronistas espanhóis.

51 — Visconde de Lagoa — nos excerptos do ROTEIRO DE FRANCISCO ALBO, dados em anotações à tradução de Pigafeta.

52 — Arana, pág. 132.

53 — DOS TRABALHOS NÁUTICOS, pág. 47 a 50:

> Don Joham etc. A quamtos esta minha carta vyrem faço saber que avemdo eu respeyto aos seruiços que tenho recebidos de Duarte Barbosa, pylloto, morador na cidade de Lixboa, e aos que ao diamte espero que me faça e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e me apraz que elle tenha e aja de mim de temça em cada huu anno, em quamto minha mercee for, oyto mill rs alem dos doze mill rs que ja de mim tem de temça com ho abyto de Xpo. E porem mãdo... Manuel de Moura a fez em Setuball a xix de março do ano do nacimento do Noso Senhor Jhuu Xpo de mill e bc xxxij.

54 — Idem, id.

Conheceu Helena Luys, molher de Duarte Barbosa, receber do almoxarife Diogo Fernandez das Povoas per Gomez Pachequo, recebedor, hos oito mill rs cõteudos e decrarados em este desenbarguo, os quaes recebeo per vertude de hua jerall procuração que mostrou feita a ella pello dito seu marido, que cõtava ser feita em **dezoito dias do mes dagosto do anno de mill he bc xxxj** per Miguell Frade, pubrico tabeliam nesta cidade de Lixboa, e antre as outras cousas em ella cõteudas dezia darlhe poder pera receber estes ditos oito mill rs e dar conhecimento, a quall por ser jerall fica em seu poder, e deulhe este conhecimento feito per mym Eytor Lopez, escprivã desta alfãdega, e asynado a seu rogo della per R.° de Sea e per mim, oje xxij dagosto de j bc xxxiiij.

55 — Da ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 11.ª edição:

Artigo sobre Ramúsio assinado por Henry Yule e artigo sobre Marco Polo assinada por Henry Yule e Charles Raymond Beazley, este último, autor de HENRY THE NAVIGATOR e de THE DAWN OF MODERN GEOGRAPHY.

56 — Friar Francesco Pipino of Bologna, a Dominican . . . .

As Pipino states himself to have executed the translation of Polo by order of his superiors, it is probable that the task was set him at a general chapter of the order which was held at Bologna in 1315. (Henry Yule, THE BOOK OF SER MARCO POLO, 3d edition, vol. I, pág. 95).

57 — Da notícia que precede o texto reimpresso da edição de Valentim Fernandes, Lisboa, 1922.

58 — THE BOOK OF DUARTE BARBOSA — Nota sotoposta pelo sr. M. L. Dames ao reproduzir, a Introdução escrita pelos editores, que acompanha o texto português impresso em 1813:

Ramúsio não usa a palavra ""desgostos"" que os editores portugueses empregam.

O que ele disse, foi: ""mosso poi da alcune cagioni, che sarebbe superfluo de raccontarle"", isto é, ""moved thereto by certain causes which it would be superfluous to relate"".

59 — Idem, idem:

Ramusio's words are simply: E mi fu affermato.

60 — el capitain general a prender Duarte Barbosa en grillos, en el puerto de Santa Lucia, ques en la costa del Brasil, que se queria ir à los indios deste dicho puerto, y despues que puesto en la nao Victoria por capitan della, y della se huyó á los indios en la isla de Zebu, y estuvo tres dias que no vino á las naos ni queria venir, aunque el capitan Magallanes lo envió a llamar.

61 — Segundo a HISTÓRIA DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS, pelo dr. Sophus Ruge, vol. XIII da HISTÓRIA UNIVERSAL de G. Oncken, tradução de Manuel de Oliveira Ramos, cap. III, pág. 407.

62 — EARLY SPANISH VOYAGES TO THE STRAIT OF MAGELLAN, by Sir Clements Markham, London, 1911 (Hakluyt Society — Second series N° XXVIII).

Contém alguns dados biográficos do mareante Juan Sebastian del Cano, tão modesto profissional como notável navegador desde que possuiu o comando; e aponta a forma correcta do seu apelido que algumas vezes é apresentado erròneamente sob a forma "d'Elcano".

63 — Pigafeta —

> Sábado, seis de Setembro de 1522 entramos na baia de San Lucar, com dezoito homens sòmente a maior parte doentes, resto dos sessenta que partiram de Maluco.
>
> Alguns morreram de fome, alguns fugiram na ilha de Timor e alguns foram mortos em virtude dos seus delitos.

64 — THE WAY OF A SHIP, by Lawrence C. Wroth, Portland, Maine, 1937:

Em Novembro de 1761, o navio inglês *Deptford* partiu para a Jamaica levando o 4° relógio de Harrison, a cargo do seu filho Guilherme acompanhado de algumas testemunhas para presenciarem a experiência.

Sòmente onze anos mais tarde, após outras mais convincentes experiências, foi concedida a Harrisson a recompensa prometida pela pra-

ticabilidade de se poder determinar a longitude com precisão usando o cronómetro de seu invento; ao mesmo tempo quase que em França outro modelo surgia independentemente, criado pelo relojoeiro Pierre le Roy, do qual descende o actual cronómetro usado no mesmo fim.

65 — Dom Aires — capitão que veio para a fortaleza de Cananor aonde se conservava ainda em 1520.

Corrigenda

Vários erros se notam neste texto resultantes do apressamento concedido à impressão. Por serem demasiado evidentes alguns deles para os desculpar a benevolência do leitor, vão assim enumerados com a respectiva correcção:

			ONDE SE LÊ	DEVE LER-SE
A págs.	12—Linha	6	contê-los	contê-las
		7	animá-los	animá-las
	18	17	conseguiram	obterem
	26	10	pode	pôde
	32	18	envolvendo-se	envolvendo-lhe
	33	1	ajustavam	ajustaram
	54	12	a boa-vontade de a suprir e as	boa-vontade de a suprir, as
	69	15	aperecido	aparecido
	71	8	a última	a última menção
	80	5	pouco, além	pouco além
	101	9	lapos	lapso
	107	10	impresionariam	impressionariam
	112	18	o compunham	a compunham
	116	29	de deliberação	da deliberação
	133	28	diferença	diferenças
	142	5	A	À
	153	7	substituindo-o	substituindo-a
	174	20	Esta região	Nesta região
	186	3	Este, reclamou	O rei reclamou

CONCLUIDO ESTE ESCRITO EM 1942 PARA AGUARDAR A SUA
REVISÃO DEFINITIVA APÓS EXAME DIRECTO DAS ESPE-
CIES BIBLIOGRÁFICAS NELE CITADAS DE DIFICIL
AQUISIÇÃO PESSOAL, TEVE A FORTUNA DE
LHE SER CONCEDIDA A PUBLICIDADE
PELAS OFICINAS DA IMPRENSA NA-
CIONAL DE MACAU E ASSIM
COM ABANDONO DO PRI-
MEIRO VOTO, VIU A SUA
IMPRESSÃO ULTI-
MADA EM OU-
TUBRO DE
1948